

unesp 

UNIVERSIDADE ESTADUAL
PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA
FILHO”

**Faculdade de
Ciências e Letras
Campus de
Araraquara - SP**

RENAN ANTÔNIO DA SILVA

***INCLUIR EXCLUINDO OU EXCLUIR INCLUINDO: A escola
E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos***



**ARARAQUARA/SP
2018**

RENAN ANTÔNIO DA SILVA

**INCLUIR EXCLUINDO OU EXCLUIR INCLUINDO: A
ESCOLA E-JOVEM/LGBTTI E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Tese de Doutorado apresentada à
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e
Letras de Araraquara UNESP – Programa
de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em
Educação Escolar, linha de pesquisas:
Sexualidade, Cultura e Educação Sexual,
para obtenção do Título de Doutor.

Orientadora:

Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti

Coorientador:

Prof. Dr. João Manuel Calhau de Oliveira

**ARARAQUARA/SP
2018**

Silva, Renan Antônio da
INCLUIR EXCLUINDO OU EXCLUIR INCLUINDO: A escola
E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos / Renan Antônio
da Silva – 2018
127 f.

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Luci Regina Muzzeti
Coorientador: João Manuel Calhau de Oliveira

1. Escola. 2. Homofobia. 3. Inclusão. 4. Políticas
Públicas. 5. Violência. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RENAN ANTÔNIO DA SILVA

**INCLUIR EXCLUINDO OU EXCLUIR INCLUINDO: A escola
E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos**

Data de aprovação 13 / 07 / 2018.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti

UNESP - Universidade Estadual Paulista –
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de
Araraquara – SP

Membro Titular:

Profa. Dra. Andreza Marques de Castro Leão

UNESP - Universidade Estadual Paulista –
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de
Araraquara – SP

Membro Titular:

Prof. Dr. Fábio Tadeu Reina

UNESP - Universidade Estadual Paulista –
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de
Araraquara – SP

Membro Titular:

Profa. Dra. Flávia Baccin Fiorante

Faculdades Integradas
Einstein de Limeira – SP

Membro Titular:

Prof. Dr. Darbi Masson Suficier

UEMG- Universidade do Estado
de Minas Gerais - Passos – MG

LOCAL:

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Faculdade de
Ciências e Letras
Campus de
Araraquara – SP

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos pela produção desse trabalho ultrapassaria com facilidade muitas páginas, pois tantas são as pessoas que lutaram e lutam por dignidade e respeito à nação LGBTTI que elencá-los todos seria impossível. Alguns pagaram com suas vidas por não temerem aceitar a si mesmos; outros foram exilados, aprisionados, expostos à vergonha pública, entre as muitas barbaridades que o ser humano é capaz de fazer. Obrigado a todos do passado, presente e futuro. Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora de angústia. Agradeço a todos os amigos e amigas que têm participação direta ou indireta nesse trabalho, especialmente por serem exemplos de resistência e bravura na luta pelos direitos das minorias LGBTTI. Esses amigos são chamados e considerados uma fraternidade por levarem diariamente as mesmas pauladas, seja de familiares, falsos amigos e de uma sociedade em que a diferença é um crime. E em especial, meus pais, Maria Luiza da Silva e Reginaldo Antônio da Silva, que sempre estiverem ao meu lado, me apoiando, incentivando, e mostrando que meus sonhos podem se tornar realidade por meio de lutas diárias. Agradeço a minha professora orientadora, Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti, pois teve paciência e me ajudou bastante a concluir esta pesquisa.

Aos/às professores/as e funcionários/as do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP de Araraquara, pela atenção e por me proporcionarem um ambiente de reflexão, crescimento e acolhimento.

Aos/às membros das banca de defesa.

Por fim, a CAPES pelo auxílio financeiro à pesquisa – estágio doutoral (Doutorado Sanduíche) junto ao Centro em Investigação Social (CIS) pelo Centro Universitário de Lisboa - ISCTE - (2015-2016) sob processo de número 99999.006746/2015-02.

SILVA, R.A. **INCLUIR EXCLUINDO OU EXCLUIR INCLUINDO: A escola E-JOVEM/LGBTTI e seus desdobramentos.** Araraquara: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2018. Tese (Doutorado *Stricto Sensu* – área de concentração: Educação). Orientadora: Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti.

RESUMO

A presente pesquisa foi realizada por meio de uma análise descritiva/analítica da proposta de implantação e seus desdobramentos de uma escola destinada ao público LGBTTI, a E-JOVEM, sendo uma na capital do estado de São Paulo, duas no interior e uma no litoral paulista. O estudo possibilitou perceber a cada um desses segmentos e como a E-JOVEM contribuiu para a promoção ou não ao combate à homofobia e o respeito pelas diferenças no período de 2009 até 2012. A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa e com os resultados e análises das narrativas trazidas pelos gestores/fundadores, granjeamos os pontos críticos e relevantes da E-JOVEM. As fontes são de duas naturezas: documentais, sobre a criação e implementação da E-JOVEM e a percepção sobre o trabalho desenvolvido pelos principais atores/atrizes, neste caso, os fundadores/diretores assim como, os resultados objetivados na vida dos depoentes. Além disso, observou-se qual a percepção da direção, dos professores e dos alunos sobre os resultados que a referida formação pedagógica trouxe a cada um desses segmentos, à luz do objetivo da criação da escola: promover o combate à homofobia e o respeito pelas diferenças. Nesse sentido, o objetivo central entrecruzou ações e reações derivadas de políticas públicas específicas ao grupo LGBTTI.

Palavras Chave: E-JOVEM. Escola. LGBTTI. Homofobia. Políticas Públicas. Violência.

SILVA, R.A **INCLUDE EXCLUDING OR EXCLUDING INCLUDING: The E-JOVEM / LGBTTI school and its developments.** Araraquara: UNESP - *Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara*, 2018. Thesis (Granted a doctorate *Stricto Sensu* - concentration area: Education). Oriented by: Professor Doctor Luci Regina Muzzeti.

ABSTRACT

The present research was carried out by means of a descriptive / analytical analysis of the proposal of implantation and its unfolding of a school destined to the public LGBTTI, the E-JOVEM, being one in the capital of the state of São Paulo, two in the interior and one in the coast paulista. The study made it possible to perceive each of these segments and how E-JOVEM contributed to promoting or not the fight against homophobia and respect for differences between 2009 and 2012. The methodological approach of this research is qualitative and with the results and analyzes of the narratives brought by the managers / founders, we get the critical and relevant points of E-JOVEM. The sources are of two natures: documentaries, about the creation and implementation of E-JOVEM and the perception about the work developed by the main actors / actresses, in this case, the founders / directors as well as the objective results in the life of the deponents. In addition, it was observed the perception of the direction of teachers and students on the results that the pedagogical training brought to each of these segments, in light of the objective of the creation of the school: to promote the fight against homophobia and respect for differences. In this sense, the central objective intertwined actions and reactions derived from specific public policies to the LGBTTI group.

Keywords: E - JOVEM. School. LGBTTI. Homophobia. Public Policy. Violence.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
INTRODUÇÃO	14
Seção 2 – HOMOSSEXUALIDADE	17
2.1 Gênero e suas várias compreensões.....	20
2.1.1 Realidades e contradições.....	25
2.1.2 Questões jurídicas.....	25
2.1.3 A Psicologia, Cultura e a Homossexualidade.....	32
2.1.4 Religião e Homossexualidade.....	38
2.1.5 A Bíblia e a cristandade.....	44
Seção 3 – OLHAR SOCIOLÓGICO	53
Seção 4 – HOMOFOBIA E AS CONDIÇÕES DE SUBALTERNIDADE	64
Seção 5 – HOMOSSEXUALIDADE, PSICOLOGIA, SOCIOLOGIA E SUBJETIVIDADE	70
Seção 6 – METODOLOGIA	76
6.1 Participantes.....	79
6.1.1 Estratégia de coleta de dados.....	79
6.1.2 Análise dos dados.....	80
6.1.3 Aspectos Éticos.....	80
Seção 7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	82
7.1.1 Categorias relativas às entrevistas individuais.....	82
7.1.2 História de vida.....	82
7.1.3 A homossexualidade e seus estigmas.....	85
7.1.4 De fora da família e do âmbito social: preconceito.....	87
7.1.5 O social: amizades e convivência.....	89
7.1.6 Quando eram alunos/as: homofobia existia?.....	90
7.1.7 Locais públicos: correndo de pedradas.....	91
7.1.8 E-JOVEM.....	92
7.1.9 Suas funções como escola.....	93
7.1.10 E-JOVEM? Pra que?.....	94
7.1.11 Método de ensino E-JOVEM.....	96
7.1.12 Diretor da E-JOVEM.....	96
7.1.13 Avaliação institucional.....	97
7.1.14 Resultados obtidos pela E-JOVEM.....	98
7.1.15 E-JOVEM funcionou como uma escola inclusiva?.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105
GLOSSÁRIO	122

Eu preciso aprender mais de Deus
Porque ele é quem cuida de mim
Se uma porta se fecha aqui
Outras portas se abrem ali
Eu preciso aprender mais de Deus
Porque ele é quem cuida de mim
Deus cuida de mim...

APRESENTAÇÃO

“Transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador.”

P.FREIRE

Iniciando esta tese, expresso de forma descritiva, um breve resumo de cada etapa da minha vida acadêmica desde 2012 até a presente data, situando fatos que me levaram para tal temática. Apresento os fatos em ordem cronológica. Decidi pelo curso de Ciências Sociais durante o ensino médio, tendo como modelo e referência meus pais, que mesmo sem nenhuma formação acadêmica (minha mãe, uma simples cabeleireira e meu pai um metalúrgico aposentado), souberam colocar em minha vida, mesmo que simples, o gosto pela leitura e o incentivo para meu crescimento pessoal. Prestei vestibular apenas para o curso de Ciências Sociais, sem ter feito nenhum curso preparatório ou estado em colégios particulares. Ingressei no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), antigo CEFET, no primeiro semestre de 2008 e me formei no segundo semestre de 2012. Durante os quatro anos de duração do curso de Ciências Sociais realizei muitas atividades extracurriculares que ajudaram bastante na minha formação profissional e na decisão dos rumos que eu seguiria após a formatura. Participei de alguns eventos na instituição e em outras universidades, onde destaco dois trabalhos apresentados no XII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), sendo eles: “O pecado chamado prazer: análise do paradigma sexual entre os adolescentes membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias a partir da ótica de Michel Foucault e A Religação com Deus: dependência química e religiosidade”. Organizei um evento no IFTM, sobre “Gênero e AIDS”, com a participação de docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Na instituição, participei como pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Educação Popular (GPEP/IFTM), sob orientação do Prof. Dr. Otaviano José Pereira. Após me destacar entre os 32 alunos de minha turma, sendo em três anos consecutivos, o melhor estagiário da instituição onde realizei minhas horas complementares, recebi em 2009, pela Câmara Municipal de Uberaba, interior de Minas Gerais, o Título de Cidadão Uberabense, me tornando o mais jovem homenageado (20 anos de idade).

Tendo decidido durante o curso de graduação pela pesquisa científica e pela área

de políticas públicas, realizei o mestrado no Centro Universitário Municipal de Franca - Uni – FACEF, sob a orientação da Profa. Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro, trabalhando com uma pesquisa de campo na escola destinada ao público LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais e Transgêneros), aberta pelo Governo Federal, no ano de 2009, na cidade de Campinas/SP, localização e grupo utilizados nesta pesquisa, só que agora, no doutorado.

Foi um período de grande amadurecimento profissional e envolvimento com os grupos de pesquisa de políticas públicas da UFBA, UNESP e USP. Durante o mestrado tive a oportunidade de participar e apresentar trabalhos em eventos e também publicar diversos capítulos de livros, como resultado de minha pesquisa de dissertação e de outros experimentos conduzidos durante o curso. No ano de minha defesa (2014) recebi da Câmara Municipal de Orlândia/SP, uma Moção de Aplausos, por conta de minhas pesquisas.

O melhor aconteceu em 2015, além de ter sido aprovado como aluno regular em um Programa de Pós-Graduação na UNESP, meu outro sonho se realizou: doutorado sanduíche no exterior. O Doutorado Sanduíche, aprovado sob o número de processo 6746/15-2 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, me proporcionou um contato com a realidade dos processos envolvidos na construção de conhecimento desenvolvido pela Prof. Dr. Romualdo Dias e seu grupo de pesquisa. Ressalta-se como pontos imprescindíveis deste estágio doutoral a apropriação dos referenciais teóricos relacionados às temáticas de gênero, sexualidade, violência e sujeitos LGBTTI, bem como dos delineamentos metodológicos desenvolvidos em minhas investigações, em especial, na tese aqui apresentada. Este estágio foi de encontro de meus anseios em relação ao processo de qualificação teórico-metodológica de minha tese de doutoramento desenvolvida em Araraquara – SP. Diversos artigos científicos foram publicados resultantes das pesquisas desenvolvidas durante o doutorado sanduíche. Voltando para o projeto, já aprovado, de doutorado sanduíche, que fui desenvolver no Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE era um dos estudos que estavam previstos no projeto inicial, aprovado pela CAPES. Tratava-se de uma pesquisa que foi desenvolvida pela UNESP e pelo ISCTE. Seus coordenadores foram: José Manuel de Oliveira em Portugal e Romualdo Dias no Brasil. Dentre as problemáticas tratadas estavam: a) o funcionamento interno da escola, b) o desenvolvimento do currículo diferenciado, c) a construção do conhecimento escolar, d) a organização do cotidiano escolar em uma escola inclusiva, e) as vidas e a experiência dos alunos/as e dos professores/as.

O projeto objetivou, no âmbito dos contextos de suas respectivas parcerias, produzir um conhecimento que favorecesse constituir uma compreensão do desenvolvimento da “escola de massas” (escola obrigatória, escola universal, escola para todos, etc.), ou sobre este modelo escolar, a partir dos fins do século XIX até o final do século XX.

Não fugi da racionalidade dos estudos que vinha realizando até aquele momento. Interessava-me saber sobre a forma por meio da qual os pesquisadores, no caso, os portugueses, viviam e falavam sobre o preconceito (homofobia) em Portugal. Lembre-se que desde minha primeira pesquisa venho às voltas com a escola destinada para o público LGBTTI. Embora com recursos teórico-metodológicos muito diferentes dos utilizados nas outras pesquisas, o objeto permanecia. Contudo, já no início do desenvolvimento dessa pesquisa dei-me conta, empiricamente, de questões que dizem respeito à relação sujeito-objeto e dos desdobramentos acadêmicos derivados dessa relação. Essas questões também estão relacionadas ao fenômeno eu pessoal/eu profissional como uma mesma construção.

Esta pesquisa se justifica, em si, pelo caráter inovador da própria escola e das políticas públicas empregadas pelo Governo Federal. Sendo um tema atual, baseado no Programa Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Promoção da Cidadania LGBTTI, no qual o programa sugere a inclusão da diferença. Esta, a nosso ver, está fazendo uma “travessia” para um novo paradigma de escola (ambiente escolar, cotidiano, gestão, entre outros) com um investimento diferenciado na aprendizagem, a ser verificado.

Sendo assim, essa reprodução de conteúdos estabelecidos que rejeita as análises e interferências dos estudantes continua a retroalimentar o sistema gerador de sujeitos incapazes de refletirem sobre as implicações que o sistema neoliberal causa, levando-os a submissão daqueles detentores do poder. Logo, o educador precisa ter em mente que é preciso repensar a educação enquanto inserida no processo de transformação do saber, diante, primeiramente, da própria concepção do indivíduo, enquanto sujeito dotado de direitos e garantias inerentes à condição humana, independentemente de sua sexualidade, modo, raça ou qualquer outra forma de diferenciação.

Nesse momento, surge à justificativa da presente pesquisa, pelo interesse de compreender teoricamente o projeto pedagógico implementado na E-JOVEM, considerando o papel desta enquanto veículo de transformação, em um contexto que vislumbra a diversidade e inclusão social.

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como “seres vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (FREIRE, 1984, p.15)

Sendo assim, considerando os preceitos fundamentais, ancorado em um Estado de Direito Democrático, é preciso propor a escola E-JOVEM como um produto científico-acadêmico e veículo de transformação, posto que a homofobia é um problema atualmente onipresente, que precisa ser sanado, enquanto que a população homossexual do país precisa de educação que garanta a sua dignidade e o seu direito subjetivo de pensar de modo a não reproduzir o sistema instaurado nos dias de hoje.

Pesquisando, lendo, vendo índices alarmantes, o que me deixou mais atordoado é que um homossexual é morto a cada 26 horas no Brasil¹. Esse alto número faz o Brasil estar entre os países mais perigosos do mundo para gays, lésbicas e transgêneros. Nossos países irmãos na Europa, Espanha e Portugal, por outro lado, são, respectivamente o quinto e o sexto países que mais protegem os direitos LGBTTI na Europa, segundo dados da ILGA Europe (European Region of the International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), associação essa que tem o apoio e fomento da própria Comissão Europeia para Igualdade de Direitos e Cidadania². Estão à frente de nações chamadas mais desenvolvidas como França, Alemanha e Itália. Esses dados são alarmantes, especialmente quando consideramos que as populações homoafetivas têm sido privadas de direitos fundamentais, devida à negligência do poder público, discriminação da sociedade civil, preconceito acentuado por organismos religiosos e políticas públicas ineficazes que deixam tal parcela vulnerável da população à mercê de pessoas inescrupulosas. Além do fator de alienação social, normalmente iniciado cedo na vida da pessoa homoafetiva, o descaso diante da realidade só aumenta as barbaridades sofridas por tais, uma história de dor, lágrimas e ódio que precisa ser repensada. A homoafetividade existe há tanto tempo quanto a própria sociedade humana conforme conhecemos atualmente. Ao longo dos milênios foi abordado sob muitos prismas, desde a aprovação, indiferença, reprovação,

¹AGÊNCIA BRASIL. Número de homicídios de pessoas LGBTTI pode ser recorde em 2016. Débora Brito, 29 dez. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/numero-de-homicidios-de-pessoas-LGBTTI-pode-ser-recorde-em-2016>>. Acesso 06 fev. 2018.

²ILGA. Europe Rainbow Map – May 2016. Disponível em: <http://ilga-europe.org/sites/default/files/Attachments/side_a_rainbow_europe_map_2016_a3_small.pdf>. Acesso em 06 fev. 2018.

estigmatização e até aplicação de penas capitais quanto ao declarado, por alguns, anormal, perverso e promíscuo. Especialmente no mundo ocidental, há uma abrupta mudança de conceito em virtude da fortíssima influência da cristandade, sob o suposto amparo das Escrituras, quando, na verdade, uma análise mais cuidadosa do assunto comprova que não é exatamente esse o conceito que a Bíblia promove.

Ademais, há um grave problema relacionado: a sociedade sempre correlaciona a homoafetividade com a conduta sexual imoral, ponto de vista preconceituoso e discriminatório. Há pessoas pervertidas com todos os tipos de identidades de gênero e os grandes crimes sexuais tendem a ser promovidos durante a história, a saber, haréns, escravidão sexual, tráfico de seres humanos para exploração sexual, barbarização sexual, entre outros, não foram cometidos por homossexuais, mas por pessoas de padrões de conduta heteroafetivos. No que diz respeito às violações de Direitos Humanos, principalmente de mulheres e, anteriormente, de escravas e nas Américas de indígenas, foram perpetrados por heterossexuais. Logo, associar homoafetividade à perversão sexual ou moral é um grande desconhecimento de fatos históricos que permeiam a humanidade. Visto que a sociologia tem uma grande preocupação com os fatos e comportamentos sociais estabelecidos pelo coletivo, sejam esses de aprovação subjetiva ou não, a análise do assunto é necessária porque adentramos no século XXI com uma total mudança nos conceitos de família, casamento e aceitabilidade desse evento.

Cientificamente a homoafetividade, seja ela relacionada à conduta sexual ou não, é tida como um aspecto da conduta humana, distinto e não ligado a qualquer traço patológico. A psicologia e a medicina, com razão, não tratam esse assunto como caso médico, orgânico. Contudo, persiste a definição inapropriada, pelo CID 10 (Código Internacional de Doença) F64.0-F64-9, os chamados transtornos da identidade sexual, passando pelos transgêneros, os de identidade, desde a infância e o travestismo³. Essa definição é tanto errada quanto imprópria, pois equipara transgêneros e travestis, por exemplo, as psicopatas, os sociopatas, as obsessivas, psiconeuróticos, cleptomaníacos, pedófilos, sadomasoquistas e diversas anomalias enquadradas nos Códigos F60-F69. Há muito obscurantismo e uma veemente ignorância acerca do assunto, mesmo por parte da ciência contemporânea.

Não menos forte é a contumaz desaprovação religiosa, principalmente no islamismo e na cristandade, responsáveis por mais de 50% da população mundial, o que cria

³SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Transtornos da personalidade e do comportamento adulto. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em 6 fev. 2018.

um enorme tabu nas discussões abertas e livres de preconceitos e criando um transtorno mental, não qualificado, mas evidentemente observado: a homofobia. Sob a escusa da defesa dos bons costumes, da família e da moral, as pessoas se rogam juízes sobre outras e privam as pessoas do direito inalienável de escolha e liberdade, em alguns casos cometendo crimes contra a vida, pelo mero fato de alguém se declarar homoafetivo.

INTRODUÇÃO

“Onde está a Vida que nós perdemos em Vida? Onde está a Sabedoria que nós perdemos com o conhecimento? Onde está o Conhecimento que nós perdemos com a Informação?”
T.S.ELIOT

Esta tese é fundamentada nas reflexões sobre a homossexualidade (BORRILLO, 2001) e educação (WELZER-LANG, 2001; TIN, 2008) desenvolvida no campo das Ciências Humanas. Realizou, de forma minuciosa uma análise descritiva/analítica da implantação da E-JOVEM nas cidades de Campinas, Piracicaba e São Vicente (interior e litoral paulistano) e, igualmente, do desenvolvimento do Projeto Pedagógico dessa Escola. Procura pensar, principalmente através das ferramentas teóricas e metodológicas da Antropologia e da História (MAUSS, 1993; PORTELLI, 1996; EVANS-PRITCHARD, 2007), como as violências, toleradas pela população homossexual na escola, tornara-se uma categoria de política pública no âmbito do Ministério da Educação do Governo Federal que lançou, em 2004, o Programa Federal “Brasil Sem Homofobia”, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Tendo como subtítulo “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTTI e Promoção da Cidadania Homossexual”, propõe questionar temas relativos à homossexualidade em todos os Ministérios do Governo e requerer políticas que apreciem essa população nas mais variadas esferas, entre elas a educação.

Buscando sanar a problemática existente, o Governo Federal autorizou, em 2009, juntamente com o financiamento do Ministério da Cultura (MINC), a abertura da Escola E-JOVEM, voltada para o público gay do Brasil, instalada, primeiramente, na cidade de Campinas, interior de São Paulo e com o passar do tempo, em outras três cidades. A escola ofereceu aulas de Expressão Literária, Expressão Cênica, Espanhol, Sociologia da Homossexualidade, Dança e Expressão Artística, além de um curso para formação de drag queens.

Tal instituição de ensino foi criada como uma forma de extirpar a homofobia (que engloba um rol de preconceitos e violências sofridas pela população homossexual) e de promover uma socialização diferenciada, e se constituiu a fim de provocar mudanças na realidade social, no que tange as vivências das sexualidades. Sendo uma escola de ensino

técnico, a E-JOVEM tem em seu projeto pedagógico matérias diferenciadas para envolver o público atendido, sendo as de Expressão Cultural Multimídia divididas em três áreas a serem desenvolvidas e aprofundadas ao longo de três anos, sendo elas: Expressão Artística (Dança – ano 1, Música – ano 2 e Performance (Drag Queen) – ano 3), Expressão Cênica (WEB TV – ano 1, Teatro – ano 2, Cinema – ano 3) e Expressão Gráfica (Fanzine – ano 1, Revista – ano 2 e Livro – ano 3), tendo como objetivo dos cursos a circulação no Estado de São Paulo do material produzido pelos alunos, tais como, CDs, DVDs, livros, revistas, peças de teatro e espetáculos de drag queens.

O principal objetivo da E-JOVEM é oferecer ao jovem todas as ferramentas para que ele possa se expressar, conhecer a Cultura LGBTTI e produzir sua própria cultura, propondo uma socialização diferenciada.

Para isso, a pesquisa foi produzida dentro de uma perspectiva qualitativa, ou seja, que descreve informações que não podem ser quantificadas. Foram entrevistados os fundadores e diretores da E-JOVEM, totalizando dois (02) participantes, ou seja os atores principais deste programa.

Inicialmente, na Seção 1 abordaremos – Homossexualidade – a seção tratou sobre questões de gênero voltadas ao âmbito psicológico, social e jurídico.

Na Seção 2 trataremos – Olhar sociológico - abordamos sobre questionamentos e quaisquer fatores subjetivos da homossexualidade, posto que seu propósito seja especificamente a análise sociológica da questão.

Na Seção 3 trataremos – Homofobia e as condições de subalternidade – versaremos sobre preconceito homofóbico e as condições de subalternidade e inferioridade a que certos grupos, entendidos como minoritários, estão submetidos, compõem um espectro de fenômenos da realidade brasileira.

Na Seção 4 – Caminhos metodológicos – o leitor adentrará a metodologia utilizada nesta tese, como também terá mais dados sobre a E-JOVEM desde sua fundação e funcionamento.

Na Seção 5 – Resultados e discussão – informações sobre os entrevistados e a forma da realização das entrevistas (semiestruturadas) é mostrada com clareza. Para tal, partimos de três eixos temáticos: história de vida, criação da E-JOVEM, funcionamento e encerramento das atividades.

A análise dos resultados se deram a partir da divisão dos dados coletados em eixos temáticos.

Por fim, são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho.

Seção 2 – HOMOSSEXUALIDADE

*“Uma verdadeira viagem de descoberta não é a de se
pesquisar novas terras, mas ter um novo olhar.”*

M. PROUST

O propósito inicial dessa tese é analisar, sem preconceitos ou ideais religiosos, a questão da homossexualidade em nossa sociedade, tendo consciência de que esse assunto não é passível de revisão, nem de conformismo, mas apenas de compreensão e respeito. Respeito, referimo-nos não propriamente às práticas homoafetivas, posto serem de foro íntimo, mas sim do respeito à pessoa humana, à dignidade, ao direito de escolha e a manutenção do bom convívio social.

Existe uma grande distorção de conceito ao supor-se que esse tópico deva ser referendado pela sociedade para tornar-se aceitável. Isso é um conceito trêfego, próprio de uma sociedade engessada por falsos valores morais e uma hipocrisia descarada de uma sociedade que tolera verdadeiras barbáries, desde que essas não lhes ofenda o que é comum, mas que se transtorna e inflama diante daquilo que se apresenta como diferente.

A verdade é que, estando fundada sobre padrões heteronormativos, a sociedade acha compreensível e tolerável estupro e agressão doméstica. Segundo Mena (2016) no Brasil, uma mulher é violentada a cada onze minutos; um terço dos brasileiros culpam as vítimas pela agressão; e Cristaldo (2016) diz que a violência doméstica, mata cinco mulheres por hora em todo o mundo, no Brasil são treze assassinadas por dia (Cerqueira, 2016). O detalhe é que, novamente, não são crimes cometidos por homossexuais, lésbicas, travestis ou transgêneros, mas por pessoas que se ocultam sob a aparência da sexualidade para praticarem crimes contra a humanidade. Como já mencionamos homossexuais não passam ilesos, exceto um detalhe é intrigante: são vítimas de agressões exclusivamente pela sua identidade de gênero que diverge da maioria.

Na verdade, a própria questão do diferente é controversa porque, em virtude da pluralidade da sociedade humana e do próprio ser humano, é muito leviano qualificar um aspecto de cunho pessoal como diferente, quando o inverso também poderia ser verdadeiro: o comum ser chamado de diferente. Muito pior é quando as mentes não informadas chamam a escolha de desnatural, perversão, imoralidade e outros termos pejorativos. Em nada essa mentalidade contribuirá para consolidação de uma sociedade orientada pela

justiça, respeito e paz.

Embasar também os conceitos tópicos sobre o referido tema apenas no ponto de vista religioso é extremamente delicado por pelo menos dois motivos: a religiosidade e o homem são inseparáveis, mesmo aos declarados ateus, cuja religião é o ateísmo, uma forma de visão de mundo e filosofia de vida que exclui a ideia do divino, mas de modo algum torna a pessoa desprovida de senso, sentimentos, raciocínio, inteligência e critério (na verdade, o pensamento ateu é, teologicamente uma visão que perpassa qualquer simplismo, tendem a ser pessoas de muito critério crítico e com um discernimento bastante acurado); a diversidade de credos permitiria uma infinidade de opiniões sobre o assunto, sempre cada qual defendendo com força e até com violência seus dogmas e os impondo como verdade absoluta.

Por esse motivo, sob o prisma sociológico, a discussão da homoafetividade nos primórdios do século XXI é mandatória, posto que esse assunto há poucas décadas, era somente inimaginável e agora faz parte do cotidiano de todas as bases da sociedade humana: a família, a religião, a sociedade e o Estado. Evidentemente que não podemos criar políticas de Estado para regular um aspecto de cunho unicamente pessoal, mas podemos e devemos conceber, por meio do estudo e do esclarecimento, políticas de inclusão, desmarginalização e, acima de tudo, de tolerância.

Essa abordagem sociológica se justifica de tempos em tempos especialmente ao considerarmos que, as constantes mudanças pelas quais a sociedade passa, torna um assunto em uma época tolerável, compreensível e aceitável, ao passo que em outro existe a completa inversão do assunto. Todo método sociológico será baseado na questão da definição do fato social, da distinção quanto à patologia, não somente em termos biológicos, mas também em aspectos comportamentais que influenciam a avaliação dos estereótipos humanos.

Como referido a pouco, é próprio da pessoa humana a aversão a qualquer coisa que não se enquadre no seu subjetivo ponto de vista ideal. Ademais, a estrutura dualista de certo e errado, Deus e Diabo, proibido e permitido, mesmo que alicerçada sob a efemeridade da opinião humana, sempre volúvel e em constante mudança, torna mais difícil uma discussão honesta e clara. A verdade é que como povos, em virtude das diferenças saudáveis e naturais, todos os aspectos deveriam ser tratados como comum e não comum, sendo esse último aspecto um mero enquadramento estilístico porque o não comum está sujeito não apenas à objetividade, mas, principalmente à subjetividade.

De modo algum defendemos ou falamos de utilitarismo e subjetivismo ético,

aspectos muito específicos, mas que não se enquadram no tema em questão porque estamos falando do modo de vida de uma parcela populacional, não de uma pessoa específica e porque não queremos criar um padrão de análise e julgamento, mas expor os fatos para que o leitor compreenda porque, ainda que seja algo tão bem estabelecido cientificamente, é mal compreendido por muito. O ponto fundamental para se determinar algo como não comum é o dano que tais causarão a outrem, se implicará na violação do direito de outrem ou se trará danos irreversíveis. Ao tratar-se de algo de foro íntimo e subjetivo, como as preferências sexuais, independentemente de quais sejam, uma vez que há consenso entre as partes, à nulidade do dano não permite a ninguém determinar ou declarar o assunto como certo ou errado. Haverá sempre o direito ao contraditório.

O crime propriamente dito, em termos sociológicos é considerado algo patológico mórbido em virtude do seu dano social em qualquer época da história da civilização. Ainda assim, por incrível que pareça a identificação e estudo do mesmo é proveitoso em determinar, segundo as circunstâncias, o que é necessário para o resguardo da comunidade. É como o caso de situações epidêmicas: a menos que sejam identificadas e tratadas ao grande risco de dizimação populacional. De igual maneira, a criminalidade sociologicamente falando será um caso de saúde pública e não apenas de direito.

Destarte esses fatos sejam de grande simplicidade na discussão da homoafetividade, existem ‘cláusulas de barreiras’ que causam um verdadeiro transtorno nessa temática que, na verdade, em uma sociedade tolerante, educada e respeitosa, sequer teria espaço. O fato é que a constituição humana, tipicamente direcionada a controlar e ditar aos outros, o que deve ou não ser realizado cria uma tirania ideológica que faz a mera proposição da discussão uma revolução, principalmente aos falsamente chamados guardiães da fé, da moral, da família e dos bons costumes.

Logo, desmascarando esses falsos colaboradores da sociedade humana, analisamos livre de conceitos pessoais, os fatos reais, não apenas por empirismo, mas com uma dialética que confronte até mesmo as ditas tradições religiosas e que mostre, por exemplo, o que a Bíblia realmente diz. De igual forma, cabe a explanação história da homoafetividade e a relação da sociedade humana ao longo dos milênios com essa. Que dizer do hoje e do futuro?

A primeira questão que discutimos nesse tópico é: o que é exatamente a homoafetividade? Normalmente a associação imediata que se faz do assunto é com a homossexualidade, a atração sexual pelo mesmo gênero. Contudo, essa definição não compreende tudo que está envolvido nesse termo. Por exemplo, pode haver um

relacionamento entre iguais de tamanha intimidade e cumplicidade, sem que o componente sexual esteja presente. Em alguns casos, o relacionamento absolutamente alheio à sexualidade se dá até mesmo entre parentes consanguíneos, não podendo ser qualificado como incesto.

Assim, quando se fala de homoafetividade, estamos entrando num conceito muito mais abrangente que se estenderá desde ao amor platônico até o amor romântico e ao amor social, sendo próprio das relações humanas. No grego, existem ao menos quatro palavras para definição do termo amor. O primeiro que está intimamente relacionado à preservação da vida é o ‘*eros*’, descrevendo o amor romântico. ‘*fileo*’, usado para designar o amor entre parentes, desprovido de intenções sexuais. Dentro do seio familiar, como uma expressão profunda de afeto e carinho, normalmente entre pais e filhos, há o ‘*storgé*’. Por fim, o mais interessante de todos é o ‘*ágape*’, a expressão totalmente altruísta, governada pelo único desejo de ver o bem estar do próximo. Em todas essas descrições pode se enquadrar a homoafetividade, mesmo que isso inclua o aspecto sexual. A verdade é que o sentimento amor é absolutamente desprovido de gênero, sendo possível a prática por qualquer ser humano em qualquer tipo de relacionamento. Isso é comprovado quando se analisam e estudam bebês e crianças. Tais seres humanos, ainda não “formatados” pelo meio social, expressam seus sentimentos desprovidos de discriminação de gênero. Não veem ou avaliam a pessoa humana pelo mero espelho macho e fêmea, mas conseguem captar a essência do *ser* humano, independente do gênero a que biologicamente pertencem. Tais são uma fonte de aprendizado para nós quando tratamos de sexualidade e respeito mútuos.

Para entendermos mais detalhadamente, faremos uma breve revisão de literatura sobre o que vem a ser gênero para alguns autores que trabalharemos na análise da pesquisa.

2.1 Gênero e suas várias compreensões

A primeira questão que discutimos nesse tópico é: o que é exatamente a homoafetividade? Normalmente a associação imediata que se faz do assunto é com a homossexualidade, a atração sexual pelo mesmo gênero. Contudo, essa definição não compreende tudo que está envolvido nesse termo. Por exemplo, pode haver um relacionamento entre iguais de tamanha intimidade e cumplicidade, sem que o componente sexual esteja presente. Em alguns casos, o relacionamento absolutamente alheio à sexualidade se dá até mesmo entre parentes consanguíneos, não podendo ser qualificado como incesto.

Lewis (2009) diz que isso se dá dentro do seio familiar, como uma expressão profunda de afeto e carinho, normalmente entre pais e filhos, há o ‘storgé’. Por fim, o mais interessante de todos é o ‘ágape’, a expressão totalmente altruísta, governada pelo único desejo de ver o bem estar do próximo. Contudo, a questão homoafetiva tem ligação com o tópico gênero. Nesse momento há uma grande confusão na mente das pessoas. Basicamente o gênero é a identidade assumida por uma pessoa segundo seus órgãos genitais, psicologia ou papel social. Normalmente as pessoas associam gênero a sexo, especialmente pelos padrões heteronormativos dominantes que definem a genitália masculina como homem e a feminina como mulher. Porém, para as ciências sociais e a psicologia, o gênero está relacionado às diferenças sociais e as ciências biológicas chamarão isso de papel de gênero, o conjunto de comportamentos associados com a masculinidade ou feminilidade.

Logo, não é uma definição simplória: homem e mulher, algo físico, mas que não se estende ao gênero.

Assim sendo, o que é gênero, afinal? Vejam duas definições de Héritier (1998) e Scott (1996):

Ora, o indivíduo não pode ser pensado sozinho: ele só existe em relação. Basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista e que não seja nunca o simples agregado dos direitos de cada um de seus membros, mas um arbitrário constituído de regras em que a filiação (social) não seja nunca redutível ao puro biológico.

Por gênero, eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998).

Héritier (1996) define o gênero como a contraposição que vem à existência na relação homem/mulher, posto que não existe ser humano isolado, desconsiderando a questão normativa social. Scott (1998), por outro lado, valora as questões sociais, históricas que se desenvolvem ao longo dos séculos, estabelecendo nas relações sociais a diferença entre os gêneros. Isso é evidenciado especialmente pelos discursos sociais que ressaltam essa diferença.

Qual delas está correta? Ambas. O gênero é sim um dado histórico social, consolidado por padrões normativos, mas ele se materializará as relações decorrentes desses discursos. Então, consideramos feminino/masculino como sexo biológico e gênero com o desenrolar do desenvolvimento do indivíduo no bioma social em que ele está inserido.

Grossi (1998) mostra que o papel de gênero é entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero.

Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta. Um exemplo simples: no ocidente ao falar-se em agressividade é comum associar esse papel aos homens e a docilidade ou passividade à mulher. Assim, o papel de gênero é aquilo que a sociedade impõe como expectativa de comportamento sobre homem ou mulher, como o clássico das cores: azul para homens e rosa para mulheres. Se pararmos para meditar, não há nenhuma evidência científica, mitológica ou mesmo religiosa que determine esse padrão para cores.

Porém, o papel de gênero, um composto socioantropológico, assim determinou.

A identidade de gênero, por sua vez, como a própria expressão indica, é o gênero com o qual a pessoa se identifica, incluindo assumir o papel de gênero que a sociedade diz ser o ‘apropriado’ para tal. Pode também referir-se aos estereótipos atribuídos a alguém pelas características exógenas (roupas, corte de cabelo, etc), o que darão a tal um papel social de gênero⁴.

Sobre isso disse Nietzsche (2008, p.27):

Quando o homem atribuía um sexo a todas as coisas, não via nisso um jogo, mas acreditava ampliar seu entendimento: só muito mais tarde descobriu, e nem mesmo inteiramente ainda hoje, a enormidade desse erro. De igual modo o homem atribuiu a tudo o que existe uma relação moral, jogando sobre os ombros do mundo o manto de uma significação ética. Um dia, tudo isso não terá nem mais nem menos valor do que possui hoje a crença no sexo masculino ou feminino do Sol.

Nietzsche (1844 – 1900) pode parecer radical, porém, ele de maneira franca relembra que as atribuições milenares que o ser humano faz a homem/mulher é tão fugaz quanto alguém querer atribuir a um corpo celeste um sexo. Cada ser humano é uma pessoa única, que, porém, tem características comuns a toda a humanidade. Elas nos identificam com alguns e nos tornam diferentes de outros, como a região em que nascemos e crescemos, nossa raça,

⁴ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Gender Identity*. Disponível em: <<https://global.britannica.com/topic/gender-identity>>. Acesso em 11 fev. 2017.

classe social, se temos ou não uma religião, idade, nossas habilidades físicas, entre outras que marcam a diversidade humana.

Jesus (2015) aborda que a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, essa construção do sexo não é um fato biológico, é social. Prova dessa afirmação consiste no seguinte: ser masculino no Brasil é um papel, no Japão é outro, na Argentina também. Portanto, reafirmamos: sexo é algo biológico, gênero é a definição (ligado ao papel) e identidade de gênero é o que a pessoa reivindica para si. Assim podemos entrar nas questões de transgêneros e travestismo. Há certa discordância sobre a questão da identidade de gênero e seus desdobramentos. Alguns, erroneamente, vão isolá-la à questão da atração física sexual, algo que não necessariamente se sustenta. Por quê? Pela questão da vivência do gênero. Ainda segundo Jesus (2015) há pelo menos duas questões relacionadas: a identidade, que caracteriza (caso de travestis e transexuais); a funcionalidade, que parece (caso de crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas). Nesse caso, não podemos, por exemplo, dizer que um homem seja drag queen e, ao mesmo tempo, seja casado com uma mulher. O mesmo aplica-se a transformistas. Assim sendo, não podemos falar em identidade de gênero e ligá-lo a mera atração sexual. A identidade de gênero é explicitamente como a pessoa se percebe, como se vê, como quer ser vista, percebida e, o papel que ela deseja assumir na sociedade. Portanto: mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher; homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem (Jesus, 2015, p. 8).

Ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam e não um procedimento cirúrgico. Assim, muitas pessoas que hoje se consideram travestis seriam, em teoria, transexuais. Cada pessoa transexual é tratada de acordo com o seu gênero: mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens. Jesus (2015) mostra que uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo-sexualmente, portanto, mulheres transexuais⁵ que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais⁶ que se

⁵ Mulher transgênero, mulher transexual ou, simplesmente, mulher trans é a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino embora tenha sido designada como pertencente ao gênero masculino.

⁶ Homem transexual, homem trans ou ainda transexual FtM é a pessoa trans que foi designada mulher ao nascer, mas que se identifica como homem.

atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice-versa.

Ou seja, nem toda pessoa transexual é gay ou lésbica, a maioria não é, apesar de geralmente serem identificados como membros do mesmo grupo político, o de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais – LGBTTI. Homossexuais se sentem atraídos por pessoas do mesmo sexo, o que não se relaciona com sua identidade de gênero. Não se questionam quanto a sua identidade como homens ou mulheres e ao gênero que lhes foi atribuído quando nasceram ao contrário das pessoas transexuais. Transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico.

Isso pode se dar de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos. Para a pessoa transexual, é imprescindível viver integralmente como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade, entre outros aspectos. Isso ajuda na consolidação da sua identidade e para avaliar se ela pode fazer a cirurgia de transgenitalização (adequação do órgão genital). Algumas pessoas transexuais decidem não fazer a cirurgia. Por fim, temos a intersexualidade. Em seres humanos, é qualquer variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, gônadas e / ou órgãos genitais que dificultam a identificação de um indivíduo como totalmente feminino ou masculino. Essa variação pode envolver ambiguidade genital, combinações de fatores genéticos e aparência e variações cromossômicas sexuais diferentes de XX para mulher e XY para homem.

Segundo Money (1972) pode-se incluir outras características de dimorfismo sexual como aspecto da face, voz, membros, pelos e formato de partes do corpo. Intersexualidade, enquanto transgeneridade é uma condição sexual e não uma orientação sexual. Portanto, como aborda Santos (2006) as pessoas que se autodenominam intersexuais, podem se identificar como homossexuais, heterossexuais, pansexuais, bissexuais ou assexuais.

O que é que são todas essas palavras? Definição simples: heterossexual, que tem atração sexual ou romântica por pessoa de sexo diferente; homossexual, quando ocorre pelo mesmo sexo; pansexual, que sente atração ou amorosa por pessoas independentes de sexo ou identidade de gênero; assexual falta ou pequena atração sexual por qualquer pessoa; bissexual atração afetiva ou sexual por mais de um gênero. Essas são as orientações sexuais.

As identidades de gênero são as ligadas a identificação, logo é condição dos transgêneros. Dentre esses estão os transexuais que têm percepção de gênero diferente do que

sua constituição biológica indica, podendo ou não a pessoa realizar cirurgia de redesignação de sexo; travestis que se vestem de acordo com o gênero que assumem; e os funcionais, que o fazem pelo cumprimento de um papel, como drags queen e kings, crossdressers e transformistas.

Os únicos que têm condição biológica distinta são os intersexuais, que, por uma questão genética, têm ambivalência de sexo e podem assumir qualquer orientação sexual ou identidade de gênero.

Na próxima subseção, trataremos sobre a homossexualidade nas vertentes jurídicas, psicológicas, religiosas e sociais.

2.1.1 Realidades e contradições

Primeiramente trouxemos a homossexualidade para ser desmitificada e compreendida, depois trouxemos o gênero como categoria. Mas ainda é importante, para que possamos adentrar na relevância da pesquisa, sobre a escola E-JOVEM, discutir a seguir às questões que dão fundamentação, desvelamento da importância da educação voltada para as diferenças, e também de onde vem e como foi encarada a homossexualidade em diferentes instâncias do saber, como a jurídica, social, psicológica e educacional. Começaremos por trazer as questões Jurídicas e a homossexualidade e seguiremos por outros campos, até que possamos esclarecer como a tal é (in) compreendida por várias redes de saber.

2.1.2 Questões jurídicas

Ao longo da história da humanidade, os aspectos individuais da homossexualidade foram admirados, tolerados ou condenados de acordo com as normas sexuais vigentes nas diversas culturas e épocas em que ocorreram. Quando admirados esses aspectos eram entendidos como uma maneira de melhorar a sociedade; quando condenados, eram considerados um pecado ou algum tipo de doença, sendo em alguns casos, proibidos por lei. Desde meados do século XX a homossexualidade tem sido gradualmente desclassificada como doença e descriminalizada em quase todos os países desenvolvidos, a maioria do mundo ocidental. Entretanto, o estatuto jurídico das relações homoafetivas ainda

varia muito de país para país.

Por exemplo, Portugal, Espanha, Países Baixos, Bélgica, África do Sul, Canadá, Noruega, Suécia, Islândia. Argentina e, recentemente Estados Unidos aprovaram leis que permitem o casamento homoafetivo, com o *status* idêntico ao casamento civil heteroafetivo. O caso mais *suis generis* é o da Argentina, pois essa é uma República Confessional Católica Romana (Constituição Federal, artigo 2º⁷), e isso não a impediu de aprovar uma lei laica sobre casamento homoafetivo. Noruega (Constituição, artigo 4º⁸) e Islândia (Constituição, artigo 62) embora sejam confessionalmente Luteranos, estão entre as alas da cristandade mais moderadas, sendo que a Igreja Luterana têm muitos posicionamentos sobre o assunto, mas nenhum deles coercitivo. A Igreja Católica, por outro lado, tem seu posicionamento firme: reprova o casamento homoafetivo⁹.

Segundo Rocha (2015) cerca de 12% de católicos do planeta estão no Brasil. Isso significa 65% de sua população total de católicos de rito latino, além de 29% de protestantes e evangélicos (sendo protestantes tradicionais, tais como presbiterianos, anglicanos, luteranos, batistas etc; mais os chamados evangélicos em milhares de denominações). Com esse perfil religioso, o Brasil é o Estado laico mais religioso do planeta.

O resultado disso é direto sobre a legislação. No Brasil, é permitido o registro em cartório da união civil homoafetiva, que é equiparada ao casamento heteronormativo, mas *ipsis literis*, não existe lei que permita o casamento homoafetivo propriamente exposto. Desde 1995, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.151¹⁰, da ex-deputada, e hoje senadora, Marta Suplicy. Esse projeto tem por intenção regularizar o casamento homoafetivo, dando-lhe *status* de união civil plena, alterando legislações conflitantes. Já se vão quase 12 anos e o Projeto está parado na Câmara, sem nenhuma discussão, principalmente pela forte oposição dos Deputados Federais ligados aos setores religiosos, que são maioria.

⁷REPÚBLICA ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina*. Disponível em: <<http://www.constitution.org/cons/argentin.htm?PHPSESSID=095185bf7651b6839b7c935f65b5d89e>>. Acesso em 6 fev. 2017. (tradução livre).

⁸KINGDOM OF NORWAY. *Constitution from May 17th of 814*. Disponível em: <<https://www.stortinget.no/en/Grunnlovsjubileet/In-English/The-Constitution---Complete-text/>>. Acesso em 6 fev. 2017. (tradução livre).

⁹REPUBLIC OF ICELAND. *Constitution from June 24th of 1999*. Disponível em: <<http://www.government.is/constitution/>>. Acesso em 6 fev. 2017. (tradução livre).

¹⁰ IBGE. *Atlas religioso do Brasil*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=censode mog2010_relig>. Acesso em 6 fev. 2017.

O Código Civil Brasileiro de 2002, ou seja, já do século XXI é explícito ao declarar que “O casamento se realiza no momento em que *o homem e a mulher* manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados” (artigo 1.514), o mesmo entendimento repete-se no artigo 1.517, sobre a idade mínima para *homem e mulher* casarem-se, no artigo 1.565 sobre as obrigações legais que assumem *homem e mulher* ao se casarem¹¹. O Código Civil Português fala sobre o casamento como sendo “o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família” (artigo 1.577), sem fazer especificação do que é “sexo diferente”, como faz o Código brasileiro: homem e mulher¹². Esse Código português vigente vale ressaltar, foi elaborado durante o regime salazarista e não era tão taxativo quanto aos nubentes. A lei 9 de 2009¹³, por fim, atualizou o Código, de modo que o mesmo artigo hoje diz que o casamento é “o contrato celebrado *entre duas pessoas* que pretendem constituir família”¹⁴. O Código Civil Espanhol, similarmente, no artigo 44 fazia referência ao casamento entre homem e mulher¹⁵. Considerando que o mesmo fora elaborado ainda no século XIX é até compreensível que naquele contexto histórico o casamento seguisse o que era tradicional: a união heteroafetivo. Porém, em 2005, a lei 13, após um preâmbulo humanístico, relembra que a união afetiva é estabelecida não pelo gênero, mas pelo afeto e aspecto primordial do desenvolvimento da personalidade humana, admite também que o histórico de discriminação e perseguição pelo Estado ou sociedade não condizem com uma sociedade democrática e pluralista. Assim, o artigo 44 do Código Civil passou a reconhecer o casamento como tendo efeitos jurídicos e legais quando os contraentes forem do mesmo ou de sexo diferente¹⁶.

Assim sendo, o casamento homoafetivo tem *status* jurídico legal e igual a casamento heteroafetivo em Portugal e Espanha, ao passo que no Brasil admite-se o registro

¹¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei 1.151 de 26 de outubro de 1995*: Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>>. Acesso em 6 fev. 2017.

¹² BRASIL. *Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002*: Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 7 fev. 2017.

¹³ PORTUGAL. *Decreto-Lei 47.344 de 25 de novembro de 1966*. Disponível em: <http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugal_codigocivil.pdf>. Acesso em 7 fev. 2017.

¹⁴ PORTUGAL. *Lei 9 de 31 de maio de 2010*: Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tab_ela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=>> Acesso em 7 fev. 2017.

¹⁵ ESPAÑA. *Real Decreto de 24 de Julio de 1889*: se publica el Código Civil. Disponível em: <<https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1889-4763>>. Acesso em 7 fev. 2017.

¹⁶ ESPAÑA. *Lei 13 de 1 de Julio de 2005*: modifica el Código Civil en materi de derecho a contraer matrimonio. Disponível em: <https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE2005-11364>. Acesso em 7 fev. 2017.

da união homoafetiva, mas não se lhe dá o reconhecimento pleno de casamento, no sentido jurídico do termo. O caso brasileiro é muito peculiar porque a admissão desse registro de união homoafetiva foi considerada somente após o Supremo Tribunal Federal (STF) pronunciar-se numa Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) e numa Ação Direta de Inconstitucionalidade, ambas de 2011, na qual o Judiciário, não o Legislativo, entendeu não haver ilicitude na união conjugal homoafetiva. Porém, a ADPF 132 e a ADI 4.277, basearam seus pareceres e argumentos com base no artigo 1.723 do Código Civil, que trata da União Estável, não nos artigos supracitados que falam do Casamento. Assim, à luz da Constituição Federal, entendeu o STF brasileiro que a união estável entre homoafetivos no Brasil é compatível com o conceito de união estável heteroafetiva, estendendo-se lhe todos os deveres e direitos de tal união¹⁷.

Foucault (2010) mostra que nesta seara, o direito assume importância fundamental, pois a genealogia dos regimes veridicionais passa pela análise da relação direito/verdade, cuja manifestação encontra-se privilegiada no discurso em que se formula o verdadeiro e o falso, em que se formula o direito, funcionando a lei como agente regulador, normalizador, da sociedade baseada no biopoder, na tecnologia de poder centrada na vida. Ademais, a vida como objeto político implicou que a própria vida, muito mais do que o direito, se tornasse objeto de lutas políticas, ainda que formuladas por meio do discurso jurídico, como o direito à vida, ao corpo, à saúde, à satisfação das necessidades, à felicidade, o que é incompreensível para o sistema jurídico clássico.

Quanto às sexualidades consideradas ilegítimas, Foucault (2010) diz que resta a repressão como condenação ao desaparecimento e ao silêncio, pois o que não é regulado, não possui nem lei nem verbo, não existindo e não devendo existir e, caso necessário algumas concessões, que “vão incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possa ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro”, como as casas de prostituição e de saúde, fora das quais o “puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo”.

Todavia, como não é competência do Judiciário legislar, o assunto permanece nas mãos do Legislativo que tem um projeto de lei de 1995 que regulamenta a matéria. Enquanto isso, homoafetivos do Brasil aproveitam-se de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça que proíbe as autoridades competentes de recusar a celebração de

¹⁷BRASIL. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 131/2011*. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em 7 fev. 2017.

casamento civil ou o registro de união estável de pessoas do mesmo sexo¹⁸. Contudo, no sentido *stricto* da palavra, o casamento homoafetivo no Brasil não é legalizado, ou seja, não é previsto em lei como poderia e deveria sê-lo.

Em contrapartida e parecendo paradoxal, a adoção por casais homoafetivos no Brasil não enfrenta a mesma barreira. Em 2009 o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu que o assentamento de registro de crianças no Brasil dispusesse da filiação e não do *pai e mãe*, como era tradicional. Em 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgando uma ação de adoção por casais homoafetivos, concedeu esse direito a um casal de lésbicas do Rio Grande do Sul. Um dos Ministros da 4ª. Turma do STJ, Luís Felipe Salomão, no seu voto lembrou que não existe lei no Brasil que proíba a adoção por casais homoafetivos e que, na adoção, “deve prevalecer o melhor interesse da criança”¹⁹. Logo, não há óbice para que um casal homoafetivo adote uma criança no Brasil. De fato, a lei brasileira sobre adoção é bastante clara quando declara que é permitida a adoção “aos maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil”²⁰. Portanto, se podem os maiores de idade, seja qual for seu estado civil, isso não pode excluir casais homoafetivos. Uma decisão e interpretação acertada do Judiciário brasileiro a favor dos direitos LGBTTI, que permanece à espera do mesmo tipo de ação por parte do Legislativo, os representantes diretos do povo.

Por outro lado, em 2006, a ex-deputada Iara Bernardi apresentou o Projeto de Lei 122 que alteraria a lei 7.716/1989 para incluir como tipificação de crime os cometidos por preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, conhecida como a lei contra homofobia, a alteração do artigo 140 (parágrafo 3º) sobre a injúria motivada por orientação sexual e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, sobre a garantia de acesso ao trabalho às pessoas homoafetivas²¹. Silva (2017) diz que o Brasil é o país que mais mata homossexuais, travestis e transgêneros, segundo dados apresentados pela ONG Internacional Transgender Europe, o Brasil é o país que mais matou travestis

¹⁸BRASIL. Resolução 175 de 14 de maio de 2013. <Disponível em: http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf>. Acesso em 7 fev. 2017.

¹⁹ SENADO FEDERAL. A adoção feita por homossexuais: batalhas e vitórias legais. *Revista Em Discussão*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/relatos-reais-sobre-adocao-a-adocao-feita-por-homossexuais-batalhas-e-vitorias-legais.aspx>>. Acesso em 7 fev. 2017.

²⁰ BRASIL. Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009: Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm>. Acesso em 7 fev. 2017.

²¹ BRASIL. *Projeto de Lei 122 de 12 de dezembro de 2006*: Criminaliza a Homofobia. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>. Acesso em 8 fev. 2017.

entre janeiro de 2008 e abril de 2013. Foram 486 mortes, quatro vezes a mais que o México, segundo país com mais casos registrados. Porém, esses dados podem ser maiores, em conformidade com o Grupo Gay da Bahia (GGB), na qual, demonstra que no ano de 2016 o número de mortes envolvendo a comunidade LGBT (Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) foi de 347 mortes. A razão do PL 122/2006 era claro: regular a conduta que leva ao fato e resultado criminal, a saber, agressão aos bens jurídicos de pessoas homoafetivas, especialmente os que causam dano ou risco à vida. A lei que seria alterada, já mencionada, é a mesma que criminaliza o racismo, segundo a Constituição Federal um crime imprescritível e inafiançável (artigo 5º, inciso XLII²²). Porém, o provável resultado seria o mesmo que acontece quanto ao racismo: um unicórnio. A verdade sobre o crime de racismo no Brasil: existe, mas a sanção contra o mesmo é subnotificada e subconsiderada; quase todos os casos são considerados mera injúria racial, por envolverem a agressão verbal, ao passo que o racismo só é considerado como tal quando se trata do cerceamento de direitos a uma pessoa em virtude da raça ou cor. Resultado: o Brasil extermina negros em abundância. O extermínio se dá por um jovem negro a cada 23 minutos²³.

Ainda assim, a aprovação do PL 122/2006 seria uma segurança jurídica adicional para pessoas homoafetivas, especialmente quanto à segurança de punibilidade aos crimes de ódio, que é o caso da matança de homoafetivos no país. Houve uma violenta oposição, especialmente pela chamada ‘bancada evangélica’, parlamentares de religiões da cristandade. A maioria desses parlamentares são líderes religiosos e mostram abertamente seu preconceito e ódio às populações homoafetivas. Sua argumentação contra o PL 122/2006 incluía a disseminação da ideia mentirosa que tal lei criaria insegurança jurídica por criar uma ‘categoria de cidadãos especiais’, diferenciados, quando a Constituição defende, com razão, que todos somos iguais perante a lei.

Borrillo (2010) diz que a “natureza” homossexual historicamente construída inexistente como algo além da invenção impessoal da sociedade heterossexista que a fabricou fora de uma normalidade que nada tem de natural, estigmatizando-se o outro para se justificar, da mesma forma, por exemplo, que o racismo, a xenofobia, e o antissemitismo.

O crime de racismo não torna as populações negras brasileiras diferenciadas; a lei que condena o feminicídio (prática do homicídio de mulheres por serem mulheres, algo

²² BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm>. Acesso em 8 fev. 2017.

²³BBC BRASIL. *A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>>. Acesso em 8 fev. 2017.

muito comum no Brasil) não torna as mulheres cidadãs diferenciadas; *a isenção de impostos que as religiões no Brasil desfrutam, não os torna pessoas especiais*. Logo, dizer que o PL 122/2006 criaria um sectarismo populacional é um sofisma muito pernicioso. O que o PL 122 queria e deveria regular, como mencionado, é a conduta discriminatória e de ódio que redundou no assassinato de homoafetivos no Brasil. Porém, dada a grande influência religiosa sobre os assuntos de Estado no Brasil, o Projeto de lei foi arquivado em 2015 e não fazemos ideia se o mesmo algum dia retornará à pauta do Legislativo brasileiro.²⁴

*Pari passu*²⁵ está correndo no Senado Brasileiro o Projeto de Lei do Senado 236/2012, que propõe um novo Código Penal para o Brasil (o vigente é de 1940). Há uma sessão nesse novo código que trata de Crimes contra os Direitos Humanos (Título XVI, artigos 458 a 503²⁶). Com a proposta, temos incluída, finalmente, a tipificação do racismo (que não consta no Código Penal vigente), fala sobre o crime de *apartheid* e crimes contra populações vulneráveis (são consideradas vulneráveis as pessoas indígenas, pessoas com deficiências físicas, mental e intelectual, idosos, crianças e adolescentes). Não há uma palavra sobre amparo às populações LGBTTI. O artigo 464 fala sobre ‘transgenerização’, o ‘crime’ de forçar alguém, contra a sua vontade, a alterar sua percepção social do gênero de nascimento, com o fim de prostituir a pessoa. Evidentemente que o legislador, além de heteronormativos, mostra um conceito muito fechado, restrito e discriminatório, considerando e associando a percepção de gênero como um fator social, o que não é realidade, e pior: conjugando a chamada ‘percepção’ com a prostituição.

O estigma, segundo Borrillo (2010) que marca a homossexualidade pode ser verificado na linguagem, que para Lévinas conceitua e aprisiona, ante o fato dos dicionários de sinônimos não registrarem vocábulos para a heterossexualidade, enquanto para a homossexualidade sempre há uma grande diversidade de termos, a maioria de conotação negativa. Essa desproporção revela a operação ideológica de deixar implícito o considerado natural e evidente, enquanto nomeia-se em profusão o problemático.

Compreendemos que o legislador fale sobre a ideia de aliciamento, porém, o que dizer dos inúmeros homoafetivos que são vítimas de violência sexual na infância? Quanto aos excluídos da sociedade que se veem obrigados a recorrer à prostituição para sobrevivência? A conclusão é que, além de não tutelar direitos da população LGBTTI, o

²⁴ AGÊNCIA SENADO. *Projeto que criminaliza a homofobia será arquivado*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/07/projeto-que-criminaliza-homofobia-sera-arquivado>>. Acesso em 8 fev. 2017.

²⁵ No mesmo passo ou ritmo; a par

²⁶ SENADO FEDERAL. *Projeto de lei do Senado 236 de 9 de julho de 2012: Reforma do Código Penal Brasileiro*. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-materia/106404>>. Acesso em 8 fev. 2017.

novo código penal não faz as considerações aos aspectos sociais e os crimes de violações de Direitos Humanos das populações homoafetiva. Os Direitos Humanos para os homossexuais ainda estão caminhando no Brasil, como em grande parte do mundo, a passos lentos, mas a comunidade vem se fortalecendo, muitos homossexuais, estão na linha de frente, como juízes, promotores, professores, pesquisadores, o que trás componentes importantes, para a transformação e direito desta comunidade.

A seguir apontaremos como a psicologia vem tratando a homossexualidade. Ela é uma ciência, que durante o século 19 tratou a homossexualidade como doença, mas depois de muitas pesquisas, principalmente com a pesquisa Freudiana, abriu-se muitos caminhos para o entendimento da homossexualidade como uma condição, como orientação, e sua identidade validada pela ciência. Mas no momento atual, principalmente por alguns psicólogos terem se ligado a religiões e a discursos políticos ultrapassados, retrógrados, a justiça concedeu a psicologia o direito de transformar a homossexualidade em heterossexualidade, sem nenhum critério, sem nenhuma base científica. O Conselho Federal de Psicologia, já se manifestou e há um grande impasse, mostrando claramente o quanto o país retrocedeu, trazendo de um lado, conflitos ideológicos entre ativistas do movimento LGBT e lideranças conservadoras e/ou religiosas. Mas discorreremos a seguir sobre a temática da psicologia, para esclarecer alguns pontos dos Direitos Humanos que eles estão perdendo, por conta de frentes abusivas conservadoras.

2.1.3 A Psicologia, Cultura e a Homossexualidade

A questão da psicologia e a homossexualidade é um ponto importante a ser discutido. Na contemporaneidade houve um grande retrocesso com relação a esta população, uma vez que, muitos psicólogos, tentam a cura, por meio de terapia, de medicalização. Mas muitos destes profissionais se apropriam de conhecimentos advindos de igrejas, ao invés de estudos de autores da psicologia que tratam da homossexualidade.

Os primeiros autores que escreviam sobre homossexualidade geralmente entendiam que ela era intrinsecamente ligada ao próprio sexo do sujeito. Por exemplo, Terry (1999) pensava que uma pessoa com um típico corpo feminino atraído por pessoas do mesmo sexo e corpo feminino, teriam atributos masculinos, e vice versa. Esse entendimento,

segundo Minton (1986) foi compartilhado pela maioria dos teóricos importantes da homossexualidade a partir de fins do século XIX até inícios do século XX, como Karl Heinrich Ulrichs, Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld, Havelock Ellis, Carl Jung e Sigmund Freud. No entanto, Martin (1975) diz que esse entendimento da homossexualidade como inversão sexual foi contestado no momento, e durante a segunda metade do século XX, pois a identidade sexual passou a ser cada vez mais visto como um fenômeno distinto de orientação sexual.

Vassi (2005) diz que indivíduos transgêneros e cisgêneros podem ser atraídos por homens, mulheres ou ambos, embora a prevalência de diferentes orientações sexuais seja bastante diferente nas duas populações (ver mulher transexual). Bailey e Zucker (1995) mostra que um indivíduo homossexual, heterossexual ou bissexual pode ser masculino, feminino ou andrógino, e, além disso, muitos membros e simpatizantes das comunidades gays e lésbicas veem agora o “sexo-conformes heterossexual” e “gênero não conformes homossexual” como os estereótipos negativos. No entanto, estudos realizados por J. Michael Baile e K.J. Zucker revelaram que a maioria dos relatórios gays e lésbicos em gênero reportam um “não gênero” durante seus anos de infância. Richard C. Friedman, em seu “Homossexualidade Masculina” publicado em 1990, escrito a partir de uma perspectiva psicanalítica, argumenta que o desejo sexual começa mais tarde do que os escritos de Sigmund Freud indica, não na infância, mas entre as idades de 5 e 10 anos e não é focado numa figura da mãe, mas dos pais. Como consequência, Goode (1998) raciocina que os homossexuais não são anormais, uma vez que nunca foram sexualmente atraídos por suas mães.

Atualmente, as principais organizações internacionais de saúde (incluindo as de psicologia) afirmam que ser homossexual ou bissexual é uma característica compatível com uma saúde mental e um ajustamento social completamente normal; tais instituições médicas também não recomendam que as pessoas tentem alterar a sua condição sexual. Desde 1973 a homoafetividade não é mais classificada como um transtorno pela Associação Americana de Psicologia. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia adotou o mesmo procedimento ao deixar de considerar tal como uma doença²⁷. No Brasil, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) posicionou-se contra a discriminação e considerou a homoafetividade algo que não prejudica a sociedade. Em 1985, segundo Mott (2006) a ABP foi seguida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que deixou de considerar a homossexualidade um

²⁷AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Being Gay Is Just as Healthy as Being Straight*. Disponível em: <<http://www.apa.org/research/action/gay.aspx>>. Acesso em 7 fev. 2017. (tradução livre).

desvio sexual e, em 1999, estabeleceu regras para a atuação dos psicólogos em relação às questões de orientação sexual, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” e que os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento ou “cura” da homossexualidade²⁸.

Aliás, quando se trata da visão homoafetiva, o uso do termo “cura” chega ser ofensivo, não às pessoas que mantêm esses relacionamentos, mas a ciência que sequer pode dar alguma explicação, o que, do meu ponto de vista não se faz necessário, que dirá propor cura.

Maior ignorância comete aquele que adere ao uso do termo ‘homossexualismo’, surgido século XIX, por volta da década de 1860 ou 1870, criados pelo discurso médico, para identificar o sujeito homossexual. Uma vez que o sufixo “ismo” é utilizado para referenciar posições filosóficas, ideológicas e/ou científicas, diversos psicólogos e outros afirmam que sua utilização é errônea e usada no passado como forma de associá-la a distúrbio mental ou doença. Santos (2008) mostra que em alguns léxicos, o ‘homossexualismo’ aparece definido por prática de atos homossexuais, enquanto o termo homossexualidade é aplicado à atração sentimental e sexual. Também por isso, muitas pessoas consideram que o termo ‘homossexualismo’ tem um significado pejorativo, e isto tem levado a que o termo seja hoje em dia mais utilizado por pessoas que têm uma visão negativa da homossexualidade.

Em culturas influenciadas pelas religiões abraâmicas, a lei e a igreja estabeleciam a homoafetividade como uma transgressão contra a lei divina ou um crime contra a natureza. A condenação do sexo anal entre homens, no entanto, é anterior à crença cristã. Muitas figuras históricas, incluindo Sócrates, Lord Byron, Eduardo II, e Adriano tiveram termos como homossexual ou bissexual, aplicados a eles. Porém, Reinisch (1990) diz que mesmo sob o contexto religioso monoteísta, especificamente quanto ao cristianismo a algumas divergências sobre as quais falaremos adiante. Consideremos, por exemplo, o que sucede nos continentes ao longo da História.

Embora muitas vezes ignorada ou suprimida pelos exploradores europeus e colonialistas, a expressão homossexual na África nativa também esteve presente e tomou uma variedade de formas. Boswell (1980) aborda que antropólogos Stephen Murray e Will Roscoe relataram que mulheres do Lesoto envolviam-se em relações de “longo prazo e

²⁸CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 1 de 22 de março de 1999*: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-.aspx>> Acesso em 7 fev. 2017.

eróticas” chamadas *motsoalle*. E. E. Evans-Pritchard (1970), também registrou que guerreiros Zandes no norte do Congo rotineiramente assumiam jovens amantes do sexo masculino entre as idades de doze e vinte anos, que ajudavam com as tarefas domésticas e praticavam sexo intercrural com seus maridos mais velhos. Roscoe (1991) diz que a prática já havia morrido no início do século XX, depois de os europeus conquistarem o controle de países Africanos, mas foi relatada para Evans-Pritchard pelos anciãos, com quem ele falou.

Homossexuais e transgêneros também eram comuns entre outras civilizações pré-conquista na América Latina como os astecas, maias, quíchuas, moches, zapotecas, e os tupinambás no Brasil, levando em consideração os estudos de Evans Pritchard (1970). Segundo Bem (2004) os conquistadores europeus ficaram horrorizados ao descobrir que a homossexualidade era abertamente praticada entre os povos nativos. Os europeus tentaram acabar com as berdaches (como os espanhóis chamavam a prática dos Dois-Espíritos) através de penalidades severas como a execução pública, onde a pessoa era queimada e rasgada em pedaços por cães, algo bastante próprio do espírito intolerante que a cristandade incutiu nos povos europeus, principalmente durante os séculos da Idade Média.

No extremo oriente, a homossexualidade na China conhecida como os prazeres do pêsego picado, a manga cortada, ou o costume do sul, é relatada desde aproximadamente 600 a.C.. Estes termos eufemísticos foram utilizados para descrever comportamentos e não identidades (recentemente, alguns jovens chineses tendem a usar o termo “brokeback”, 斷背 (duanbei), para se referir aos homossexuais, a partir do sucesso do filme do diretor Ang Lee, *Brokeback Mountain*).

Hoje, os governos no Oriente Médio, muitas vezes ignoram, negam a existência ou criminalizam a homossexualidade. A homossexualidade é ilegal e em quase todos os países muçulmanos. O presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad durante o seu discurso em 2007 na Universidade de Colúmbia, afirmou que não havia homossexuais no Irã. A maioria dos homossexuais, segundo Angleria (1530) que vivem neste país mantém a sua orientação sexual em segredo por medo de sanções ou rejeição do governo às suas famílias.

O Código de Manu, a obra fundamental do direito hindu, menciona um "terceiro sexo", cujos membros podem exercer expressões de gênero não tradicionais e atividades homossexuais²⁹. Contudo, em vigor desde 1860 a Seção 377 do Código Penal Indiano considera crime qualquer tipo de relação homossexual (em particular o sexo anal), com

²⁹ REPUBLIC OF INDIA. *The Indian Penal Code of 6th of October of 1860*. Disponível em: <http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=201592>. Acesso em 7 fev. 2017. (tradução livre).

punições de até 10 anos de prisão para quem manter relações homossexuais. Em julho de 2009 o Alto Tribunal anula esta seção do código penal por considerá-la uma “violação dos direitos fundamentais” da Constituição. Tal decisão foi criticada por grupos religiosos, que apresentaram recurso ao Supremo Tribunal do país, que em 2013 restituiu a Seção 377 por considerar que "cabe ao parlamento legislar sobre o tema", surpreendendo ativistas da causa LGBTTI não apenas na Índia, mas em todo o mundo.

Os documentos mais antigos do Ocidente (sob a forma de obras literárias, objetos de arte e materiais mitográficos) sobre as relações de mesmo sexo são derivados da Grécia antiga. A homoafetividade, especialmente com jovens, era largamente utilizada como meio pedagógico; sabe-se que Platão, em seus primeiros escritos, elogiou os seus benefícios, embora em suas obras tardias tenha proposto sua proibição.

Em O Banquete (380 a.C.), Platão equivale a aceitação da homossexualidade com a democracia, e sua supressão com o despotismo, dizendo que a homossexualidade "é vergonhosa para os bárbaros por causa de seus governos despóticos, assim como a filosofia e o atletismo o são, uma vez que aparentemente não é o melhor interesse dos governantes como de ter grandes ideias amigáveis engendradas em seus súditos, ou poderosos sindicatos ou física, em que o amor é particularmente adequado para produzir." Conner (1998) mostra que Aristóteles, em sua obra Política, indeferiu as ideias de Platão sobre a abolição da homossexualidade, explica que os bárbaros, assim como os celtas, concederam isso como uma honra especial, enquanto os cretenses a utilizavam para regular a população.

Ainda segundo Conner (1998) na arte, é conhecida ainda hoje a poetisa Safo, importante figura que escreveu versos endereçados a outras mulheres e que, por nascer em Lesbos, logo ficou associada às lésbicas, terminologia que ficou muito famosa no século XIX. Os narradores de muitos dos seus poemas falam de paixão e amor (por vezes correspondido, outras vezes não) para várias fêmeas, mas as descrições de atos físicos e/ou sexuais entre mulheres nos seus versos são poucas e sujeitas a debate. De qualquer forma, hoje em dia sabe-se que a deusa Afrodite, nos poemas de Safo, é tida como a patrona das lésbicas.

De fato, no mundo Antigo, a homoafetividade era conhecida, respeitada e, até certo ponto, admirada. Muitas obras de arte retratam explicitamente as práticas homossexuais, não o fazendo de modo lascivo, mas com naturalidade, como sendo uma mera expressão das paixões humanas.

A partir da segunda metade do século XIII, a morte era a punição mais comum

para a homossexualidade masculina na maior parte da Europa. Com o Renascimento, as cidades ricas no norte da Itália, e em particular Florença e Veneza, eram conhecidas pela sua prática generalizada do amor entre pessoas do mesmo sexo, praticado por uma parte considerável da população masculina e construído ao longo do padrão clássico estético da Grécia e Roma.

Antigamente conhecida por nomes como “amor viril”, “sodomia”, “pecado nefando”, “uranismo” ou “terceiro sexo”, só em 1869, na Alemanha, o amor entre pessoas do mesmo sexo recebeu a definição ‘científica’ de “homossexualismo”, embora como vimos, esse termo com o passar dos anos mostrou-se impróprio. O médico, seu criador, que seria ele próprio homossexual, visava apresentar a atração pelo mesmo sexo como inata, portanto natural e não adquirida, para assim afastar a culpa por sua prática. Tal intenção lhe valeu a simpatia do mundo científico progressista da época. Na verdade, o tiro saiu pela culatra, pois o conceito científico foi englobado pela psiquiatria. Com isso, o amor entre pessoas do mesmo sexo deixou de ser matéria de pecado para tornar-se doença e, portanto, passível de tratamentos. Sua condenação transferiu-se da esfera da religião para a ciência, de modo que os padres foram substituídos pelos médicos como seus algozes.

Por fim, na Oceania, em muitas sociedades da Melanésia, especialmente em Papua-Nova Guiné, as relações do mesmo sexo eram parte integrante da cultura até meados do século passado. Em muitas culturas tradicionais da Melanésia um menino na pré-adolescência formaria um casal com um adolescente mais velho, que se tornaria seu mentor e que iria "inseminá-lo" (oral, anal, ou topicamente, dependendo da tribo) ao longo de vários anos para que o mais jovem também atingisse a puberdade. Muitas sociedades da Melanésia, no entanto, tornaram-se hostis para com as relações entre pessoas do mesmo sexo desde a introdução da cristandade pelos missionários europeus.

Vimos brevemente como as muitas culturas ao longo da História encararam e algumas hoje encaram a homoafetividade. Permanece, todavia, o fato sociológico: o que em determinada época é visto com naturalidade, pode em outro momento ser percebido com repulsa. De modo que para Sociologia, a análise desse assunto sempre será de especial importância e consideração, especialmente pelo seu impacto nas relações humanas, no desenho das relações familiares e até mesmo das adaptações religiosas ante as novidades. Não é objeto de a Sociologia estipular regras e procedimentos, mas sim considerar os eventos resultantes do procedimento humano e o seu curso na escrita da nossa jornada sobre o planeta.

Recentemente, a chamada “cura gay” volta ao ar. Em meados de agosto de 2017, conflitos entre as posições dos órgãos fiscalizadores das profissões e as instituições ou grupos religiosos, se tornaram frequentemente objetos da mídia. Assim, segundo De Freitas e Piasson (2017) multiplicaram-se reportagens, tanto em mídias comerciais quanto especializadas, sobre as decorrências da posição adotada pelo Sistema Conselhos de Psicologia em distinguir técnicas consideradas cientificamente terapêuticas, sendo estas permitidas ao psicólogo, e aquelas que se confundem com rituais ou crenças religiosas (e.g. cura gay; terapias de vidas passadas; emprego do chá hoasca), que não podem ser exercidas em nome desta profissão. Em setembro de 2017, eclodiu na mídia brasileira com fortes repercussões nas redes sociais um debate em torno da decisão interlocutória proferida pelo juízo da 14ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, a qual teria, segundo algumas matérias, autorizado psicólogos a desenvolverem terapias de “reorientação sexual”. Tal ação, segundo De Sousa (2017) permite que psicólogos ao invés de auxiliarem homossexuais a aceitarem sua verdadeira orientação sexual como algo normal e despido de qualquer caráter patológico, possam confundi-los e estimulá-los a se enclausurarem eternamente em um cruel e asfixiante armário, gerando desta maneira transtornos psicológicos na vida do indivíduo.

O Brasil mostrava-se em “desenvolvimento” perante questões contra todo o tipo de patologização diante à homossexualidade, mas, com toda repercussão de uma decisão judicial, tivemos um retrocesso enorme, colocando em xeque todos os ganhos conquistados diante de muita luta, sangue e pesquisas.

De Freitas e Piasson (2017) mostra que as crescentes repercussões midiáticas do tema religioso, em conexão com a prática do psicólogo, têm levado, direta ou indiretamente, a uma interessante e significativa mudança de cenário no campo dos estudos, atuação e formação em psicologia no Brasil. Veremos na próxima subseção, que são vários os questionamentos sobre a homossexualidade entre a psicologia e a religião, entrelaçando, muitas vezes, pensamentos preconceituosos e retrógrados, que não levam ao conhecimento, mas sim, a escuridão do preconceito.

2.1.4 Religião e Homossexualidade

O ser humano é intrinsecamente religioso, independentemente do credo que venha a professar, é quase que automática a religiosidade na pessoa humana, homem ou mulher. Homoafetivos, de modo algum são diferentes, embora nem sempre encontrem

amparo ou conforto em suas religiões. Antes, em alguns casos são execrados, meramente tolerados ou publicamente condenados. Pouquíssimas entidades religiosas dão apoio direto a tais, mesmo estando todas elas cientes que, aceitem ou não, em seus rebanhos sempre a tão poucos homoafetivos.

A também as religiões que não reprovam explicitamente a homossexualidade; algumas meramente omitem considerações a respeito. Ao longo da história, o amor e o sexo entre homossexuais (especialmente homens) eram tolerados e também instituídos em rituais religiosos da Babilônia e Canaã, além de serem enaltecidos na religião da Grécia antiga; historiadores confirmam que a indícios de que os exércitos de Tebas e de Esparta possuíam unidades formadas por pares de amantes homossexuais, que às vezes oficiavam sacrifícios a Eros, deus do amor, antes de se engajarem em combate. Além disso, a mitologia grega é uma fonte rica de histórias de amor e sexo entre figuras do mesmo sexo.

Quando a Igreja Romana, em 325 a.D., se oficializou no Império Romano com a ascensão de Constantino, historiadores escreveram que a homossexualidade era uma ameaça institucional; uma das razões dessas perseguições antigas seria o da condição de sobrevivência e expansão por meio da defesa da procriação através da família. A posição oficial da Igreja quanto à homossexualidade racionalizou-se com os escritos de Santo Agostinho, para quem os órgãos reprodutivos tinham a finalidade natural de procriação. Em nenhuma hipótese poderia ser usada para outra forma de prazer, sendo a homossexualidade, segundo ele, uma perversão da mesma categoria que seria a masturbação, o coito anal, o coito oral e a zoofilia. A homossexualidade continua a ser reprovada pela maior parte das tradições da cristandade pelo mundo.

A Reforma Protestante ao invés de introduzir alguma modificação no modo de pensar quanto ao assunto, criou na verdade, um ambiente mais hostil ainda com a criação da corrente de pensamento ascética, fortemente defendida por Calvino e as diversas religiões que seguiram os dogmas ensinados por ele. O ascetismo é basicamente um estilo de vida austero cujas práticas supostamente virtuosas, que têm por objetivo adquirir uma grande espiritualidade. Muitos ascéticos acreditam que a purificação do corpo ajuda na purificação da alma, e de fato a obter a compreensão de uma divindade ou encontrar a paz interior. Isto também pode ser obtido com a auto mortificação, rituais, ou uma severa renúncia ao prazer. Entretanto, ascéticos defendem que essas restrições auto-impostas trazem grande liberdade em várias áreas de suas vidas, tais como aumento das habilidades para pensar limpidamente e para resistir a potenciais impulsos destrutivos.

Essa mentalidade permeia, por assim dizer todos os círculos religiosos. Esse modo de pensar e viver, nos remete ao estoicismo (do grego Στωικισμός), uma escola de filosofia helenística fundada em Atenas por Zenão de Cítio no início do século III a.C. Os estoicos ensinavam que as emoções destrutivas resultam de erros de julgamento, e que um sábio, ou pessoa com “perfeição moral e intelectual”, não sofreria dessas emoções. O estoicismo afirma que todo o universo é corpóreo e governado por um Logos divino (noção que os estoicos tomam de Heráclito de Éfeso e desenvolvem). Segundo Baltzly (2003) a alma está identificada com este princípio divino como parte de um todo ao qual pertence. Este ‘logos’ (ou razão universal) ordena todas as coisas: tudo surge a partir dele e de acordo com ele, graças a ele o mundo é um *kosmos* (termo grego que significa “harmonia”).

Russel (2004) diz que o estoicismo propõe se viver de acordo com a lei racional da natureza e aconselha a indiferença (*apathea*) em relação a tudo que é externo ao ser. O homem sábio obedece à lei natural, reconhecendo-se como uma peça na grande ordem e propósito do universo, devendo assim, manter a serenidade perante tanto as tragédias quanto as coisas boas. A partir disso, surgem duas consequências éticas: primeiro, deve-se “viver conforme a natureza”. Mas, sendo a natureza essencialmente o ‘logos’, essa máxima é prescrição para se viver de acordo com a razão. Ainda segundo Baltzly (2003), sendo a razão aquilo por meio do que o homem torna-se livre e feliz, o homem sábio não aprende o seu ver- divino (noção que os estoicos tomam de Heráclito de Éfeso e desenvolvem). A alma está identificada com este princípio divino como parte de um todo ao qual pertence. Este ‘logos’ (ou razão universal) ordena todas as coisas: tudo surge a partir dele e de acordo com ele, graças a ele o mundo é um *kosmos* (termo grego que significa “harmonia”).

O estoicismo propõe se viver de acordo com a lei racional da natureza e aconselha a indiferença (*apa thea*) em relação a tudo que é externo ao ser. O homem sábio obedece à lei natural, reconhecendo-se como uma peça na grande ordem e propósito do universo, devendo assim, manter a serenidade perante tanto as tragédias quanto as coisas boas. A partir disso, surgem duas consequências éticas: primeiro, deve-se “viver conforme a natureza”. Mas, sendo a natureza essencialmente o ‘logos’, essa máxima é prescrição para se viver de acordo com a razão. Sendo a razão aquilo por meio do que o homem torna-se livre e feliz, o homem sábio não aprende o seu verdadeiro bem nos objetos externos, mas usando estes objetos através de uma sabedoria pela qual não se deixa escravizar pelas paixões e pelas coisas externas.

Os estoicos preocupavam-se com a relação ativa entre o determinismo cósmico e

a liberdade humana, e com a crença de que é virtuoso manter uma vontade (denominada *prohairesis*) que esteja de acordo com a natureza. Por causa disso, os estoicos apresentaram a sua filosofia como um modo de vida, e pensavam que a melhor indicação da filosofia de uma pessoa não era o que teria dito, mas como se teria comportado.

Estoicos mais tardios, como Sêneca e Epicteto, enfatizaram que porque a “virtude é suficiente para a felicidade”, um sábio era imune aos infortúnios. Esta crença é semelhante ao significado de “calma estoica”, apesar de essa expressão não incluir as visões “éticas radicais” estoicas de que apenas um “sábio” pode ser verdadeiramente considerado livre, e que todas as corrupções morais são igualmente viciosas. O estoicismo floresceu na Grécia com Cleantes de Assos e Crisipo de Solis, sendo levado a Roma no ano 155 a.C. por Diógenes de Babilônia. Ali, seus continuadores foram Marco Aurélio, Sêneca, Epiteto e Lucano.

O estoicismo, por Baltzly (2003), foi uma doutrina que sobreviveu todo o período da Grécia Antiga até o Império Romano, incluindo a época do imperador Marco Aurélio até que todas as escolas filosóficas fossem encerradas no ano 529 por ordem do imperador Justiniano I, que compreendeu suas características pagãs como contrárias à fé cristã. Porém, por mais contraditório que pareça, muitos preceitos estoicos estão inseridos exatamente no seio da cristandade. A escola estoica preconizava a indiferença à dor de ânimo causada pelos males e agruras da vida. Reunia seus discípulos sobórticos (“*stoa*”, em grego) situados em templos, mercados e ginásios.

Em contrapartida, apresentava-se o epicurismo, ao qual o próprio apóstolo Paulo faz referência ao dizer que alguns em Corinto viviam com a mentalidade ‘comamos e bebamos, pois amanhã morreremos’. O propósito da filosofia para Epicuro era atingir a felicidade, estado caracterizado pela ‘aponia’, a ausência de dor (física) e ‘ataraxia’ ou imperturbabilidade da alma. Ele buscou na natureza os balizas para o seu pensamento: o homem, a exemplo dos animais, busca afastar-se da dor e aproximar-se do prazer. Estas referências seriam as melhores maneiras de medir o que é bom ou ruim. Utilizou-se da teoria atômica de Demócrito para justificar a constituição de tudo o que existe. Das estrelas à alma, tudo é formado de átomos, sendo, porém de diferentes naturezas. Dizia que os átomos são de qualidades finitas, de quantidades infinitas e sujeitos a infinitas combinações.

A morte física seria o fim do corpo (e do indivíduo), que era entendido como somatório de carne e alma, pela desintegração completa dos átomos que o constituem. Desta forma, os átomos eternos e indestrutíveis estariam livres para constituir outros corpos. Essa

teoria, exaustivamente trabalhada, tinha a finalidade de explicar todos os fenômenos naturais conhecidos ou ainda não, e principalmente extirpar os maiores medos dos humanos: o medo da morte e o medo dos deuses.

Naqueles tempos, Epicuro (341 a.C - 271 a.C) percebeu que as pessoas eram muito supersticiosas e haviam se afastado da verdadeira função das religiões e dos deuses. Os deuses, segundo ele, viviam em perfeita harmonia, desfrutando da bem-aventurança (felicidade) divina. Não seria preocupação divina atormentar o homem de qualquer forma. Os deuses deveriam ser tomados como foram em tempos remotos, modelos de bem-aventurança que servem como modelo para os homens e não seres instáveis, com paixões humanas, que devem ser temidos.

Desta forma, procurou tranquilizar as pessoas quanto aos tormentos futuros ou após a morte. Não tem porque temer os deuses nem em vida e nem após a vida. E, além disso, depois de mortos, como não estaremos mais de posse de nossos sentidos, será impossível sentir alguma coisa. Então, não haveria nada a temer com a morte. No entanto, a caminho da busca da felicidade, ainda estão às dores e os prazeres. Quanto às dores físicas, nem sempre seria possível evitá-las. Mas Epicuro faz questão de frisar que elas não são duradouras e podem ser suportadas com as lembranças de bons momentos que o indivíduo tenha vivido. Piores e mais difíceis de lidar são as dores que perturbam a alma. Essas podem continuar a doer mesmo muito tempo depois de terem sido despertadas pela primeira vez. Para essas, Epicuro recomenda a reflexão. As dores da alma estão frequentemente associadas às frustrações. Em geral, oriunda de um desejo não satisfeito.

Brun (1987) fala que um dos pontos fundamentais para o entendimento dessa curiosa doutrina, que também foi tomada por seus seguidores e discípulos como um evangelho ou boa nova, o equacionamento entre dores e prazeres. A doutrina de Epicuro entende que o sumo bem reside no prazer e, por isso, foi uma doutrina muitas vezes confundida com o hedonismo. O prazer de que fala Epicuro é o prazer do sábio, entendido como quietude da mente e o domínio sobre as emoções e, portanto, sobre si mesmo. É o prazer da justa medida e não dos excessos. É a própria Natureza que nos informa que o prazer é um bem. Este prazer, no entanto, apenas satisfaz uma necessidade ou aquieta a dor. A Natureza conduz-nos a uma vida simples. O único prazer é o prazer do corpo e o que se chama de prazer do espírito é apenas lembrança dos prazeres do corpo. Marcondes (2001) diz que o mais alto prazer reside no que chamamos de saúde. Entre os prazeres, Epicuro elege a amizade. Por isso, o convívio entre os estudiosos de sua doutrina era tão importante a

ponto de viverem em uma comunidade, o “Jardim”. Ali, os amigos poderiam se dedicar à filosofia, cuja função principal é libertar o homem para uma vida melhor.

Essas eram as correntes dominantes por ocasião da formação da Igreja Romana e o resultado foi na verdade, um distanciamento do cristianismo e dos genuínos ensinamentos bíblicos, tanto por Jesus, quanto pelos apóstolos, a salvo Paulo que adotava um ponto de vista bastante peculiar, mas que trataremos a seguir. Embora a relação entre a homossexualidade e a religião possa variar muito através da época e do lugar, dentro e entre diferentes religiões e seitas e sobre as diferentes formas de homossexualidade e bissexualidade, as atuais lideranças e doutrinas das três grandes religiões de tradição judaica, em geral, veem a homossexualidade de forma negativa. Isto pode variar do desencorajamento silencioso da atividade homossexual, até a proibição expressa de práticas sexuais entre adeptos do mesmo sexo e uma forte oposição à aceitação social da homossexualidade. Algumas ensinam que a orientação homossexual é um pecado em si, enquanto outros afirmam que apenas o ato sexual é um pecado. Algumas religiões afirmam que a homoafetividade pode ser superada através da fé e da prática religiosa.

Por outro lado, existem vozes dentro de muitas religiões que veem a homossexualidade de forma mais positiva, liberal e algumas confissões religiosas abençoam uniões do mesmo sexo. Alguns veem o amor e a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo como sagrada e que mitologias sobre o amor homossexual podem ser encontradas ao redor do mundo. Independentemente da sua posição sobre a homossexualidade, muitas pessoas de fé, olham para os textos sagrados e para a tradição como guias sobre este tema. No entanto, a autoridade de várias tradições ou passagens das escrituras sagradas e da exatidão das traduções e interpretações são avidamente disputadas.

Outras religiões, particularmente orientais, não discutem a sexualidade em geral, e isso inclui a homossexualidade; focam-se em outros assuntos que lhe são mais importantes e sagrados, como o budismo (que possui uma grande comunidade gay) e o Confucionismo, embora isso dependa das tradições de cada uma e o Budismo em particular ensina a não viver nenhum tipo de prática mundana. Religiões antigas como o Hinduísmo tem várias tradições que se posicionam de diversas formas sobre a homossexualidade; de forma geral os hindus a consideram uma das diversas formas do amor, embora o Código de Manu contenha em certas passagens afirmações de que é um crime punível. O Espiritismo, por sua vez, mostrando influência de outras tradições religiosas, crê que o espírito humano não tem sexo e que um mesmo espírito pode em outras reencarnações habitar o corpo ora de um homem

ora de uma mulher, embora também frise que a homossexualidade é uma escolha entre tantas as outras do livre arbítrio e que os homossexuais podem deixar de sê-los. Novos movimentos neopagãos como a Wicca aceitam a homossexualidade e embora algumas de suas figuras históricas, como Gerald Gardner, terem sido contra suas práticas, outras não menos famosas, como Alex Sanders e Eddie Buczynski eram abertamente homossexuais ou bissexuais.

Esse debate, segundo Negamine (2017) tem ressonâncias no Brasil, onde a categoria circula entre igrejas cristãs, assumindo outros sentidos e prestando-se a diferentes usos. No campo religioso brasileiro, ela é uma categoria corrente, por exemplo, entre membros de ‘igrejas inclusivas’, que a empregam para designar ideias, discursos e atores do que chamam de ‘igrejas tradicionais’. Em suas falas, as ideias e os posicionamentos dessas instituições e lideranças são, segundo elas, informados por uma leitura “fundamentalista” da Bíblia, que sustenta sua oposição aos interesses e demandas por cidadania e direitos civis de homossexuais e transgêneros, com base naquela leitura específica. Na próxima subseção, veremos que o ‘fundamentalismo religioso’ designa, pois, um uso dogmático de uma interpretação originária da Bíblia, descomprometida com o contexto em que o texto bíblico é escrito e comprometida, ao contrário, com a reprodução da desigualdade entre indivíduos homossexuais e heterossexuais.

2.1.5 A Bíblia e a cristandade

O conceito geral e imediato quando se fala de homoafetividade e a bíblia ou o cristianismo é um só: condenável sob todos os aspectos. Porém, a maioria das pessoas baseia sua opinião no que ouviram dizer por líderes religiosos ou no seu próprio preconceito, sem ao menos terem feito uma análise imparcial dos fatos. Não afirmo que nas Escrituras haja o incentivo a qualquer tipo de conduta sexual, nem diretamente e nem indiretamente. Ao contrário, a Bíblia é extremamente equilibrada ao tratar desse assunto, seja ao falar da questão reprodutiva, das relações sexuais e da heteroafetividade ou homoafetividade.

A um sério desentendimento sobre o que vem a ser a questão de Sodoma e Gomorra. De modo geral, os ditos entendidos bíblicos falam que tais cidades foram arruinadas por Deus devido às práticas homossexuais ali presente. Essa afirmação espúria é feita, não com base no registro bíblico, mas sim na mentalidade discriminatória. Por exemplo, Gênesis 18:20 diz que ‘É imenso o clamor que se eleva de Sodoma e Gomorra, e o seu pecado é muito grande.’. Em outra passagem, no mesmo livro bíblico, capítulo 13, versículo 13,

conseguimos entender o problema, posto que se diz que ‘eram perversos, e grandes pecadores diante do Senhor.’os homens de Sodoma eram maus, grandes pecadores contra Jeová.’³⁰.

Alguns escritos judaicos clássicos enfatizam os aspectos de crueldade e falta de hospitalidade com forasteiros. Uma tradição rabínica, exposta na Mishnah, afirma que os pecados de Sodoma estavam relacionados à ganância e ao apego excessivo à propriedade, e que são interpretados como sinais de falta de compaixão

Alguns textos rabínicos acusam os sodomitas de serem blasfemos e sanguinários. Outra tradição rabínica indica que Sodoma e Gomorra tratavam os visitantes de forma sádica. Um dos crimes cometidos contra os forasteiros é quase idêntico ao de Procusto, na mitologia grega, dizendo respeito à “cama de Sodoma” (midat sodom), na qual todos visitantes eram obrigados a dormir. Se os hóspedes fossem mais altos, eram amputados, se eram mais baixos, eram esticados até atingirem o comprimento da cama.

É verdade que estamos falando de tradições judaicas, não fatos históricos, mas tais coincidem com o relato bíblico de que o problema das cidades de Sodoma e Gomorra era a violência dos seus habitantes que incluía a violência sexual contra forasteiros homens, não como meio de se obter prazer ou como expressão amorosa, mas como demonstração de sadismo e prazer no sofrimento humano. Ademais, no que diz respeito à questão sexual, é notório que milênios depois São Judas fale as pessoas dali ‘havendo-se entregue à fornicção como aqueles, e ido após outra carne’³¹. A fornicção, segundo a língua portuguesa significa: ato de fornicar, ter relações sexuais, deixar ou ficar em mal estado, destruído ou prejudicado³². Portanto, não há relação de fornicção com situação conjugal ou com identidade de gênero. Tampouco, há nas palavras de S. Judas referências ao contexto ou por quê o caso de Sodoma e Gomorra foi considerada ‘fornicção’ e não simplesmente relações sexuais. Acima de tudo, não se usa a palavra homossexualidade, antes, o texto bíblico dá a entender que a perversão sexual era um problema, mas esse tipo de conduta pode ser praticada tanto por heteroafetivos, quanto homoafetivos. Na verdade, a história está repleta de fatos e registros de violência de *homens contra mulheres*, não de violência homoafetiva.

³⁰BÍBLIA ONLINE. *Livro de Gênesis: Versão Católica*. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/vc/gn>>. Acesso em 8 fev. 2017.

³¹BÍBLIA ON LINE. *Carta de São Judas, versículo 7: Versão Almeida Corrigida e Revisada Fiel*. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/jd/1>>. Acesso em 8 de fev. de 2017.

³²BÍBLIA ONLINE. *2º livro de Samuel, capítulo 1, versículo 26: Sociedade Bíblica Britânica*. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/tb/2sm/1>>. Acesso em 8 fev. 2017.

Quer dizer do relato bíblico sobre Davi e Jonatã, filho de Saul? Alguns asseveram que tais mantinham um relacionamento amoroso pelo fato de Davi dizer abertamente que o amor de Jonatã era ‘tu eras as minhas delícias; maravilhoso me era o teu amor, ultrapassando o amor de mulheres.’³³ Eram Dani e Jonatã um casal homoafetivo? Não podemos afirmar, nem que sim, nem que não. Tudo que falarmos, nesse sentido, seria apenas ilação. A realidade sobre o assunto é muito simples: há um silêncio da Bíblia sobre essa questão, logo, podemos dizer que está mais ao critério do leitor do que do texto bíblico. Contudo, se o jovem Davi fala de algo melhor, não igual, supomos que ele não se referia a questões de cunho sexual, mas sim da verdadeira e profunda amizade que existia entre os dois. Isso é compreensível, especialmente pelo fato que Jonatã por várias vezes ajudou Davi a escapar de Saul, seu pai, arriscando sua própria vida. Assim sendo, era absolutamente compreensível que Davi se sentisse tão achegado a Jonatã, ao ponto de Davi chorar amargamente a sua morte. Falando séculos mais tarde, sobre o cristianismo propriamente dito, que temos a declarar? A primeira observação que devemos destacar é que Jesus, durante seu apostolado na terra, não fez *nenhuma* referência a esse assunto. Isso nos causa espanto reverente porque ele falou sobre muitos assuntos da vida humana, incluindo a questão da vida conjugal, mas não fez qualquer referência à homoafetividade. Nos quatro evangelhos, não há uma palavra de Jesus sobre aprovar, desaprovar, rejeitar ou repudiar homoafetivos. Na verdade, Jesus, foi muito enfático em outro assunto: ‘Não julguem, para que vocês não sejam julgados. Pois da mesma forma que julgarem, vocês serão julgados’³⁴. Em muitas passagens dos Evangelhos Jesus falou sobre a importância e necessidade de não julgar, ou seja, não atribuir a outrem motivações ou considerações, segundo o nosso ponto de vista acerca dos assuntos.

A única referência que Jesus fez sobre a questão da genitália masculina foi quando ele disse: Porque há eunucos que nasceram assim; e há eunucos que pelos homens foram feitos tais; e outros há que a si mesmos se fizeram eunucos por causa do reino dos céus. Quem pode aceitar isso o aceite.³⁵

Ser eunuco, na Antiguidade não tinha ligação com sexualidade. Eunucos naqueles tempos podiam referir-se àqueles que não possuíam a genitália masculina, quanto aos que ocupavam postos de extrema confiança na corte real. No que diz respeito à declaração de

³³BÍBLIA ONLINE. *Evangelho de S. Mateus, Capítulo 7, versículo 7*: Nova Versão Internacional. Disponível: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/mt/7>>. Acesso em 8 fev. 2017.

³⁴Ibidem. *Evangelho de Mateus, capítulo 19, versículo 12*. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/mt/19>>. Acesso em 8 fev. 2017.

³⁵BÍBLIA ONLINE. *Primeira carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 6, versículos 9 ao 12*: Nova Versão Internacional. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1co/6>>. Acesso em 8 fev. 2017.

Jesus, certamente ele se referia à questão de casar-se ou não, posto que nos versículos anteriores, esse era o assunto. Ainda assim, não obrigava Jesus uma vida celibatária, nem excluía totalmente a possibilidade de que um eunuco estivesse envolvido numa vida homoafetiva, dada sua privação que impediria de ter um casamento ordinário. Sim, Jesus falou de eunucos que, se fossem tais em sentido físico, não poderiam casar-se e terem filhos. O interessante, porém, é que nesse versículo bíblico ele diz que quem *pode aceitar isso o aceite*. Logo, Jesus, provavelmente estava falando de algo que incomodava a sociedade daquela época. Quem nos garante que o assunto não era de pessoas homossexuais que viviam em uma união amorosa? Quem pode provar que sim ou que não?

Assim, nos quatro evangelhos, não há referências de palavras da parte de Jesus acerca do assunto que, se fosse realmente fundamental ao cristianismo, ele certamente teria feito, como o fez a respeito do adultério, assassinato, ódio, hipocrisia e tantas outras situações comuns à pessoa humana. Tampouco os apóstolos que conviveram com Jesus, especificamente Pedro e João, que também escreveram partes das escrituras gregas cristãs, fizeram menção ao assunto. Concentraram-se sim em difundir aquilo que sempre foi o traço característico da doutrina cristã: o amor abnegado, que não vê gênero e não distingue macho ou fêmea. Esse é o alicerce da fé cristã, fundado na pessoa de Jesus Cristo.

Alguns talvez arrazoem que existem as referências de São Paulo na sua carta aos Coríntios, como lemos:

Vocês não sabem que os *perversos* não herdarão o Reino de Deus? Não se deixem enganar: nem ímorais, nem idólatras, nem adúlteros, nem homossexuais passivos ou ativos, nem ladrões, nem avarentos, nem alcoólatras, nem caluniadores, nem trapaceiros herdarão o Reino de Deus. *Assim foram alguns de vocês*. Mas vocês foram lavados, foram santificados, foram justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito de nosso Deus. “*Tudo me é permitido*”, *mas nem tudo convém*. “*Tudo me é permitido*”, *mas eu não deixarei que nada domine*.³⁶ (grifo do autor)

A leitura superficial desses versículos levaria qualquer um a afirmar com toda veemência a condenação irreversível dos homoafetivos. Contudo, uma análise mais cuidadosa nos dá a entender um conjunto de práticas que destoam em absoluto do amor cristão mencionado anteriormente. De modo que, ao se referir à questão da homossexualidade, Paulo certamente tinha em mente dois fatos distintos: a obscenidade e a

³⁶BÍBLIA ONLINE. *Primeira carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 6, versículos 9 ao 12*: Nova Versão Internacional. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1co/6>>. Acesso em 8 fev. 2017

perversão. Por que dizemos isso? Porque outras traduções vertem as declarações do apóstolo com o uso da expressão ‘prostituição’ e ‘prostituir-se’, ou seja, não era a questão da prática sexual em si o objeto da declaração, tanto que ele mesmo diz que alguns membros da igreja primitiva foram tais. Usar nesse caso o verbo ser torna a questão mais interessante ainda. Além disso, ele fala sobre perversos, mesmo problema relacionado aos moradores de Sodoma: perversão, que significa corromper, desmoralizar, adulterar algo. Além disso, o próprio apóstolo disse que tudo lhe era permitido, tudo, qual pronome indefinido, não proíbe, nem autoriza alguém a algo. Aliás, vamos além: quando o apóstolo diz ‘tudo’ está lembrando que a escolha quanto à conduta sexual é algo pessoal, ao passo que o julgamento da pessoa cabe, como ensinou Jesus, a Deus, não a humanos. Portanto, usar esses versículos isolados para condenar homoafetivos perde a sustentação se analisado o contexto, incluindo outras passagens das escrituras cristãs.

O verbo ser descreve em absoluto, especialmente quando se refere ao ser humano, ao irreversível. Nessa passagem bíblica Paulo fala sobre os que foram e depois foram lavados, purificados e santificados. Contudo, ele não diz que eles deixaram de ser. Evidentemente que alguns da igreja primitiva prezavam um modo de vida que excluísse o prazer sexual, auto impondo uma regra de conduta. Mas não nas Escrituras um regulamento que tornasse absoluta a maneira de um indivíduo pensar. Tal é a verdade desse fato que, no concílio de Jerusalém, relatado em Atos, capítulo 15, de todas as restrições que eram impostas pela Lei de Moisés, os apóstolos humildemente decidiram: lizar, adulterar algo. Além disso, o próprio apóstolo disse que tudo lhe era permitido, tudo, qual pronome indefinido, não proíbe, nem autoriza alguém a algo. Aliás, vamos além: quando o apóstolo diz ‘tudo’ está lembrando que a escolha quanto à conduta sexual é algo pessoal, ao passo que o julgamento da pessoa, cabe como ensinou Jesus, a Deus, não a humanos. Portanto, usar esses versículos isolados para condenar homoafetivos perde a sustentação se analisado o contexto, incluindo outras passagens das escrituras cristãs.

O verbo ser descreve em absoluto, especialmente quando se refere ao ser humano, ao irreversível. Nessa passagem bíblica Paulo fala sobre os que foram e depois foram lavados, purificados e santificados. Contudo, ele não diz que eles deixaram de ser. Evidentemente que alguns da igreja primitiva prezavam um modo de vida que excluísse o prazer sexual, auto impondo uma regra de conduta. Mas não a nas Escrituras um regulamento que tornasse absoluta a maneira de um indivíduo pensar. Tal é a verdade desse fato que, no concílio de Jerusalém, relatado em Atos, capítulo 15, de todas as restrições que eram impostas pela Lei de Moisés, os apóstolos humildemente decidiram:

Pois pareceu bem ao espírito santo e a nós não impor a vocês nenhum fardo além destas coisas necessárias: que persistam em se abster de coisas sacrificadas a ídolos, de sangue, do que foi estrangulado e de imoralidade sexual. Se vocês se guardarem cuidadosamente dessas coisas, tudo irá bem com vocês. Saudações!³⁷

Segundo Orlandis (1993) o primeiro Concílio dos Apóstolos, em Jerusalém, por volta do ano 51 a.D., onde estavam os apóstolos Pedro, João, Mateus e outros, além de Tiago, irmão de Jesus, foi a primeira reunião dos líderes cristãos para decidir um assunto que estava causando problema entre os cristãos: eles deveriam ser circuncidados, como dizia a Lei de Moisés, observada pelos judeus ou não? Veja que a questão levantada, e isso se repete em todas as Escrituras gregas, eram relacionadas aos costumes judaicos, se eram obrigatórios para os cristãos ou não, como levar uma boa vida familiar, como maridos deveriam tratar as esposas, como homens e mulheres deveriam se portar na igreja e na cidade onde viviam, como evitar problemas com a lei, respeitar as autoridades governamentais e outras questões da vida cotidiana.

Foi considerada de maior importância a questão da idolatria, da má utilização do sangue, para propósitos diversos e da imoralidade sexual. Alguns encerram a expressão imoralidade nas práticas sexuais que não se dão segundo costume meramente sociais. Por exemplo, há os que consideram as práticas sexuais à parte do casamento como pecaminosas. Mas que dizer do tempo que o casamento não seguia nenhuma das regras sociais estabelecidas hoje? Por exemplo, por muito tempo o casamento consistia somente em um homem levar a mulher para sua casa, sem formalidades ou registros.

Era isso imoral? Que dizer do tempo que o casamento entre parentes consanguíneos, era tolerado? E quanto aos inúmeros personagens bíblicos que viviam em poligamia, procuraram os serviços de prostitutas e alguns até serviram para prostituição religiosa, homens e mulheres?

Sabemos que, como colocado, houve da parte de Deus indulgência e tolerância, não porque esse não tivesse a capacidade, se assim desejasse de por fim a todas essas situações. Contudo, ter Ele permitido e até registrado as mesmas na bíblia serve de prova irrefutável que a constituição humana, mesmo com o passar dos milênios não muda. Mas seria lógico esperar que o mesmo Deus que fora tão longânimo e paciente nos tempos passados, após a

³⁷ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA. *Atos dos Apóstolos, capítulo 15, versículos 28 e 29*: Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada. Disponível em <<http://wol.jw.org/pt/wol/b/r5/lp-t/nwt/T/2015/44/15#study=discover>>. Acesso em 8 fev. 2017.

chegada de Jesus, o mestre do amor, se convertesse em alguém intolerante e vingativo? Na verdade, é o conceito da cristandade a respeito de Deus que está seriamente deturpado.

A origem mais provável dos perushim é que tenham surgido do grupo religioso judaico chamado hassidim (os piedosos), que apoiaram a revolta dos Macabeus (168-142 a.C.) contra Antíoco IV Epifânio, rei do Império Selêucida, que incentivou a eliminação de toda cultura não-grega através da assimilação forçada e da proibição de qualquer fé particular. Uma parte da aristocracia da época e dos círculos dos sacerdotes apoiaram as intenções de Antíoco, mas o povo em geral, sob a liderança de Judas Macabeu e sua família, revoltou-se.

Os judeus conseguiram vencer os exércitos helênicos e estabelecer um reino judaico independente na região entre 142 a.C.- 63 a.C., quando então foram dominados pelos romanos. Durante este período de 142-63 a.C., a família dos macabeus estabeleceu-se no poder e iniciou uma nova dinastia real e sacerdotal, dominando tanto o poder secular como o religioso. Isto provocou uma série de crises e divisões dentro da sociedade israelita da época, visto que pelas suas origens os Macabeus (também conhecidos pelo nome de família como Asmoneus) não eram da linhagem de Davi, não podendo assim ocupar o trono de Israel, e também não eram da linhagem sacerdotal de Arão.

E foi provavelmente nesta época que alguns grupos apareceram dentro da sociedade judaica, começando a estabelecer certo tipo de divisão de posturas, normalmente com relação à política ou religião e com a vida em geral, e com isso se relacionando com a maneira de pensar e de se encaixar na sociedade da época. Dois dos grupos são: Os tzadokim (saduceus), clamando ser os legítimos descendentes de Tzadok e, portanto os legítimos detentores do sumo sacerdócio e da liderança religiosa em Israel; e os perushim (fariseus), oriundos dos hassidim que, geralmente, desiludidos com a política, voltaram-se para a vida religiosa e estudo da Torá, esperando pela vinda do Messias e do reino de Deus. Outras linhas já existiam há algum tempo e tiveram também seu papel neste cenário, mesmo que de maneira indireta ou subjetiva, um exemplo são os Essênios, que viviam mais em uma vida de consagração ao Criador se estabeleciam na região do deserto, nos montes, como o Carmelo, e em algumas outras regiões a fim de preparar o caminho para a vinda do Rei Messias.

Segundo Josefo (2003), historiador judeu do 1º século d.C., o número de perushim na época era de pouco mais de seis mil pessoas. Eles estavam intimamente ligados à liderança das sinagogas, ao seu culto e escolas. Eles também participavam como um grupo importante, ainda que minoritário, do Sinédrio, a suprema corte religiosa e política do Judaísmo da época. Muitos dentre os "perushim" tinham a profissão de sofrer (escriba), ou seja, a pessoa

responsável pela transmissão escrita dos manuscritos e da interpretação dos mesmos. Duas escolas de interpretação religiosa se desenvolveram no seio dos perushim e se tornaram famosas: a escola de Hillel e a escola de Shammai. A escola de Hillel era considerada mais “liberal” na sua interpretação da Lei, enquanto a de Shammai era mais "estrita".

No entanto os "perushim" eram uma seita de grande influência em Israel devido ao ensino religioso e político. Aceitavam a Torá escrita e as tradições da Torá oral, na unicidade do Criador, na ressurreição dos mortos, em anjos e demônios, no julgamento futuro e na vinda do rei Messias. Eram os principais mestres nas sinagogas, o que os favoreceu como elemento de influência dentro do judaísmo após a destruição do Templo. São precursores por suas filosofias e ideias do judaísmo rabínico.

Essa foi a formação do apóstolo Paulo como jovem e, visto que é impossível alguém se desvincular totalmente de suas origens, especialmente quando essas são adquiridas na primeira infância, não podemos nos espantar com o fato de Paulo ter levado consigo todo o rigor do farisaísmo. Mesmo antes de se tornar cristão, Paulo foi um dos que cooperou com a perseguição dos cristãos na Judeia, participando na morte de Estevão e, como ele mesmo disse, ‘devastando qualquer um que pertencesse ao Caminho’. Foi somente na sua viagem para Síria que Paulo após uma visão converteu-se ao cristianismo e passa a ter o mesmo fervor, mas agora na causa cristã.

Contudo, embora não questionemos a autoridade de Paulo qual apóstolo e, na verdade, essa resenha não é para debatermos assuntos teológicos ou religiosos, é interessante uma análise do pano de fundo das pessoas que escreveram a bíblia que, aceitemos ou não, é o livro mais influente da humanidade, o mais traduzido, mais lido e menos compreendido. Muitas crueldades e crimes contra humanidade foram cometidos por pessoas deploráveis e estúpidas, usando as Escrituras como escudo, quando, na verdade, a análise dos fatos faz com que tais argumentos trêfegos de pessoas pusilânimes caem por terra um a um.

Assim sendo, à luz das Escrituras e segundo o fundamento principal do cristianismo, o amor, não podemos ser nem taxativos, nem juízes, nem inquisidores daqueles que por razões cientificamente desconhecidas, e provavelmente jamais descobertas, optam ou são levados ao modo de vida homoafetivo. O que se sabe com plena convicção é que tais, em todos os sentidos, seja moral, religioso, emocional e humano, em nada difere de qualquer outro ser humano. São tão capazes quanto os demais e contribuem como todos os demais seres humanos para uma sociedade pluralista e rica. Sociologicamente falando isso é riquíssimo.

Na próxima seção, trataremos sobre a homossexualidade e questões sociológicas,

embasadas em David Émile Durkheim (1858 – 1917) e outros.

Destacaremos o olhar da sociologia, que segundo Silva (2017) consiste em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem. Pode-se dizer que para o autor o sujeito era totalmente resultado de uma imposição de normas e regras impostas pela sociedade, ou seja, definido pelo meio em que vivia.

SEÇÃO 3 – OLHAR SOCIOLÓGICO

“A educação é uma coisa admirável, mas é bom recordar que nada do que vale a pena saber pode ser ensinado”

Oscar Wilde

Foi por ser este o olhar mais importante e significativo nesta pesquisa, que surge maior valoração e a criação de uma seção destinada para tal. Devemos pensar que os padrões e normas que são impostos atuam de forma a tentar homogeneizar em um contexto marcado pela diversidade de crenças e comportamentos. Será que estamos preparados para lidarmos com as diferenças? E ainda, será que as políticas de estado são capazes de produzir efeitos neste contexto patriarcalista, machista e discriminador?

O assunto que estamos discutindo é demasiado controverso, não pelo seu aspecto moral, ético ou religioso. Na verdade, essa tese abstém-se de colocar em questionamento quaisquer fatores subjetivos, posto que seu propósito seja especificamente a análise sociológica da questão, não querendo estabelecer procedimentos, criar ou aprovar comportamentos e muito menos reprová-los. Na verdade, conforme Durkheim (1984) define, sociologicamente falando, que a análise apropriada é feita desprovida de sentimentos, não por sermos pessoas desprovidas de opinião pessoal, mas para que tal consideração não se torne a mera expressão inepta de subjetividade.

Nas raízes da sociologia, Durkheim (1984) define também o fato social. O que vem a ser? São os agentes reais ou o conjunto de maneira que estão no foco de uma sociedade. São os instrumentos sociais e culturais que determinam na vida de um indivíduo as maneiras de agir, pensar e sentir e o obrigam a se adaptar às regras da sociedade. A teoria está no cerne da sociologia funcionalista e estruturalista e podem ser normas sociais, valores, convenções e regras. Os fatos sociais existem independente da vontade do indivíduo, como explica Durkheim (1994, p.9) e são independentes. A tese central de Durkheim aponta que o fato social está na percepção do indivíduo e de maneira grosseira é condicionada por realidades sociais que impõem os limites do comportamento a ser aceito pela sociedade. O ponto fundamental do fato social é sua coercitividade está relacionada ao poder ou à força e que os padrões da cultura de uma determinada sociedade são impostos aos integrantes. Essa característica, diz Souza (2011) obriga os indivíduos a cumprir os padrões culturais.

Outro aspecto analisado pela sociologia é a abrangência e significado de violência. Estamos acostumados à violência física que se exterioriza e apresenta com relação a outrem, causando dano. Contudo, há, por exemplo, a violência socioeconômica: os atos ou processos coletivos que põem à margem de benefícios, dos frutos do trabalho e das atividades sociais, uma pessoa ou um grupo. Um segundo tipo de violência é a tecnológica que ocorre em nossos dias de maneira ampla: pessoas que não têm acesso aos processos e materiais tecnológicos ficam apartados, alienados dos processos de globalização e, conseqüentemente, não desfrutam dos benefícios produzidos pelo mundo tecnológico.

Outro tipo de violência, também preocupante é a violência simbólica. Esta violência é um conceito social elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (2005,p.86) no qual aborda uma forma de violência exercida pelo corpo sem coação física, em que causa danos morais e psicológicos. É uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada, seja esta econômica, social ou simbólica. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a esse conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação desse conhecimento através do reconhecimento da legitimidade desse discurso dominante. Para Bourdieu (2005, p.86) a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico. Segundo Miranda (2005) o indivíduo que sofre a violência simbólica sinte-se inferiorizado como acontece, por exemplo, nas questões de *bullying* (humilhação constante), raça, gênero, sexualidade, filosofia etc.

Analisar a homoafetividade sob esses aspectos sociológicos nos põem as seguintes questões: o fato social possui três características essenciais: a generalidade, a externalidade e a coercitividade. Como os fatos sociais são externos ao indivíduo, esses fatos existem sem a nossa consciência da sua existência ou da sua autonomia. O ser humano adquire muito dos fatos sociais desde o início da sua educação, e tende a internalizar muito das suas características. Como isso ocorre, há uma habitualidade de convivência com os fatos sociais e assim, disfarça-se o seu caráter vinculativo, devido ao costume: a esse processo Durkheim (1994, p.9) chamou de princípio da socialização. Um dos critérios para o reconhecimento de fatos sociais é determinar a resistência à mudança de uma coisa: os fatos sociais não podem ser alterados por uma simples declaração de vontade. Isso não implica na impossibilidade de alteração dos fatos sociais, mas é necessário um grande esforço para fazê-lo.

Existem diversas formas de se determinar um fato social, e uma delas é por meio das

estatísticas. O fato social deve representar “certo estado de espírito coletivo”, e por isso, fatos com baixíssima incidência ou habitualidade não devem ser reconhecidos como fatos sociais normais ou habituais. Ao expor o conceito de fato social, Durkheim mostra como a sociedade, através de eventos sociais, influencia a forma de pensar e de estar de um indivíduo. Apesar de no início dos seus trabalhos Durkheim (2002, p. 143) ter focado no caráter coercitivo dos fatos sociais, o desenvolvimento dos estudos e o seu amadurecimento levou-o a explorar previamente as demais características, e nos seus trabalhos mais recentes, a palavra “obrigação” quase não aparece relacionada aos fatos sociais.

Através de seu trabalho, Durkheim mostra uma análise sociológica dos fatos sociais. Na divisão, examina como a demografia, a tecnologia, o transporte e a comunicação podem mudar a consciência coletiva de uma sociedade. Durante seu estudo do “O Suicídio”, Durkheim (2002, p. 143-152) tenta provar que este fato social, também está condicionado a fatores sociais, suicídio, relembra Teixeira (2002), morte do corpo, devido à indiferença, a imposição ou pressão social. Assim a discussão que circunda a homoafetividade tem ligação imediata com o fator mudança, embora de modo geral não seja visto ou aceito com bons olhos. Mesmo os que dizem ‘não ter nada contra’, tampouco se mostram favoráveis e, assim, usam a máscara da hipocrisia, tão própria dos povos latinos. Por esse motivo, ainda que haja a resistência, não se podem negar os fatos.

Como também dissemos a homoafetividade, especialmente nos últimos anos, assume a forma de fenômeno social. Isso corresponde aos comportamentos, ações e situações observadas em determinadas sociedades, organizações e grupos. Ocorrem frequentemente em determinados períodos da história. Um exemplo da nossa vida diária é a moda. Os fenômenos podem ser tanto de efeitos positivos quanto negativos. Caso negativo é chamado de problema social. Na literatura, a expressão fenômeno social é utilizada frequentemente para representar uma época característica dentro da história, tais como fenômeno social de: Machado de Assis, Beatles, Pelé, Projeto Apollo, Copa do Mundo. Em razão do fato social, que é orientado pelos padrões heteroafetivos, a homoafetividade assume um papel negativo aos olhos da ‘moral social’, uma transgressão de princípios e uma afronta à família ‘tradicional’ e aos bons costumes.

Quando se analisa os fatos e fenômenos sociais, como observado a pouco, a preocupação é quanto esse constituirá um problema ou se ele terá características de morbidez, como no caso do crime. A homoafetividade não assume hoje o viés criminal no mundo inteiro, mas houve épocas e há países onde essa é tida como crime, punível com pena capital. Ainda assim, uma vez que esse fato social é, como todos os demais, uma coisa, a

questão não é a aceitabilidade ou não, mas sim a sua ocorrência e a necessidade de uma abordagem menos tradicionalista, que tende à falso moralismo, e mais humana e cidadã do assunto.

Por exemplo, falando-se do crime, todos os indivíduos devem, de acordo com Durkheim, independente do agrupamento social, respeitar a vida, a propriedade e a honra de seus semelhantes. Nesse sentido, quando há o desrespeito a um desses elementos supracitados, Durkheim considera a existência de um crime. Para o autor, adepto da concepção da escola criminológica italiana, o crime consiste quase que exclusivamente em matar, ferir e roubar. Assim, o criminoso seria todo aquele que atenta contra a propriedade ou contra a pessoa de alguém. No entanto, o pensador desenvolve uma análise histórica da ocorrência de crimes e observa que antigamente, atitudes que já na época do autor eram consideradas extremamente imorais não o eram assim consideradas, algumas inclusive eram facultativas.

Assim, Durkheim (1994) ressalta uma maior flexibilização em sociedades mais inferiores, e é nítida essa característica quando observamos a menor gravidade das penas que sancionavam essas atitudes. No livro “Lições de Sociologia” o autor acima (1994) relaciona esse enrijecimento das punições a maior valoração atribuída à moral e à ética no decorrer do desenvolvimento das sociedades. É importante ressaltar a importância da sociedade, das instituições sociais e da solidariedade na obra sociológica de Durkheim. Para Teske (1999) a coletividade é essencial à sobrevivência do indivíduo, afinal numa leitura simplista de sua obra é possível afirmar que para o autor o ser humano se tornou “superior” porque vive em sociedade. Portanto, define que o direito e as instituições sociais têm como finalidade a manutenção da sociedade. Por isso o autor é visto como conservador.

Assim, divide os fatos sociais em normais e patológicos, os primeiros são aqueles presentes em todas as sociedades e que reforçam os laços sociais, já os fatos sociais patológicos são aqueles que negam a sociedade, são atos egoístas, como o suicídio e, para alguns, a homoafetividade. Existe uma solidariedade social proveniente do fato de que certos números de estados de consciência são comuns a todos os membros da mesma sociedade. O papel que ela representa na integração geral da sociedade depende da maior ou menor extensão da vida social que a consciência comum abraça e regulamenta (solidariedade mecânica, mais forte, em sociedades mais coesas e menores x solidariedade orgânica, laços menos fortes, sociedade menos coesa).

Os crimes são aqueles atos que ofendem os estados fortes e definidos desta consciência

coletiva ou que ofendem a instituição a instituição social, esta que tem por função repelir quaisquer sentimentos antagônicos à sociedade. Por ofenderem algo tão importante à sobrevivência da sociedade é que são reprimidos. Ainda assim, são fatos sociais normais porque sua repressão, a pena, reforça a solidariedade nos indivíduos. As penas são reações passionais graduadas caso a caso contra indivíduos que ofenderam normas de conduta essenciais para a sobrevivência da sociedade. Segundo o autor as penas não deveriam ser graduadas de acordo com o crime, mas sim conforme o criminoso fosse mais ou menos empedernido (perigosos à sociedade, propensos a cometer novos crimes), ou seja, as penas devem proteger a sociedade contra possíveis novos crimes.

Em sociedades mais industrializadas, a divisão do trabalho tende a dispersar a solidariedade, pois a consciência comum tende a perder força e sua regulamentação na vida social também. Como o direito repressivo (direito penal) está intimamente relacionado à solidariedade, porque pretende protegê-la de comportamentos antagônicos, quanto maior o número de crimes, maior a coesão social. Por isso, é possível avaliar o funcionamento de uma sociedade de acordo com a repressão aos crimes. Mas é claro que em alguns casos, certos elementos da consciência coletiva são mais indeterminados ou tem menor energia, e por isso não fazem parte do direito repressivo, mas fazem parte do direito reparativo (direito civil comercial). Por fim, com a menor importância da consciência coletiva, da solidariedade nas sociedades, em que as pessoas são cada vez mais egoístas e individualistas, a anomia é cada vez maior. O que tende a aumentar os casos de crimes, já que as pessoas tendem a praticar atos que negam a solidariedade, e a sociedade.

Em “As Regras do Método Sociológico (1895)”, Durkheim colocou que o crime tem uma função na sociedade e, portanto, é normal. Um fato social é normal para um tipo social particular, considerado numa determinada fase do seu desenvolvimento, quando o- corre no meio das sociedades, neste caso, visto na fase correspondente de sua evolução. Apesar de não estar em conformidade com as normas sociais, está presente em todas as sociedades. Além disso, "os danos causados à sociedade podem ser cancelados pela sentença, se ela funciona de forma consistente”.

Como menciona Santos (2005) existe uma metonímica social, um fascismo que impede a coexistência do diferente, impondo como válido somente aquilo que é corriqueiro, nesse caso a maioria que tem um estilo de vida chamado normal, simplesmente por uma estética estabelecida com base em conceitos coletivos, de cunho estritamente pessoal, sem autoridade suficiente para impor à sociedade o que é ou não correto.

O grave nesse contexto é que os que se indis põem com a mudança mostram-se insensíveis à questão da marginalização daqueles que, embora semelhantes, optam ou até necessitam adotar padrões diferenciados. E, uma vez que nenhum de nós consegue estabelecer quais os fatores preponderantes na gênese da homoafetividade, sendo a única certeza que essa não é uma patologia, a única postura admissível no debate seria da imparcialidade. Obviamente que ser imparcial não significa ser desprovido de opinião, mas, cabe aos nossos conceitos e opiniões pessoais o seu real papel: pessoal e íntimo.

Apesar deste prognóstico pessimista, Durkheim (1994) vê na morte dos velhos deuses o advento de novas formas de religião que levarão à mudança da sociedade ocidental. Durante os séculos XVIII e XIX, a sociedade ocidental estava passando por uma forte divisão do trabalho, pelo crescimento das cidades, pela industrialização, o que levou a um maior individualismo. Esse individualismo levou a um ponto em que a única coisa que todas as pessoas tinham em comum era precisamente sua individualidade. Por esta razão, uma sociedade centrada em torno do culto indivíduo parece bastante natural, pois, essa é a única coisa que ainda é capaz de reunir e unificar toda a consciência individual. Essa religião também tem sua própria moralidade. Além disso, no culto do indivíduo, a metafísica cristã é substituída pela ciência moderna. Essa nova religião ainda está presente em nossa sociedade, especialmente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), bem como nos discursos de vários grupos anarquistas/comunistas. Ela também é vista na propagação das democracias modernas em todo o mundo. O domínio da ciência moderna hoje também ecoa a análise e previsões de Durkheim.

A análise da moral feita por Durkheim (1994) foi, em muito, influenciada por Immanuel Kant (1724 – 1804) e a sua noção de dever. A partir deste ponto, Durkheim crítica e elabora a sua teoria da moral enquanto sistema de regras de conduta. Nesse sentido, Durkheim se utiliza da ideia de dever de Kant para construir a ideia de que o dever e a obrigatoriedade constituem uma espécie de obrigatoriedade moral que direciona o comportamento das pessoas. Ou seja, existem certos padrões morais pré-estabelecidos aos quais as pessoas devem obedecer. Além disso, deve a moral ser legitimada por aqueles que, ao seguir os deveres por ela impostos, acreditam estar fazendo um bem, ou seja, a natureza obrigatória da moral caminha conjuntamente à manifestação voluntária da vontade de segui-la.

Sobre a possibilidade de a moral se modificar, Durkheim argumentava que o ideal moral é mutável uma vez que ele surge se modifica e evolui na medida em que se modificam

as sociedades às quais se aplica. De acordo com Durkheim (1994) essas mudanças na moral podem ocorrer devido aos mais diversos fatores – mesmo uma rápida mudança pode vir a ser capaz de alterar toda a consciência coletiva. Com isso, constantemente, surgem e se modificam novas estruturas de moralidade. Nesse sentido, o desvio social constitui um fator importante na mudança da moral tanto de forma indireta – quando a própria consideração do crime como tal pela consciência coletiva mostra que a sua inevitabilidade está ligada à impossibilidade de imposição da consciência coletiva sobre a consciência individual, fato esse que levaria à uma situação de imutabilidade moral – e de forma direta – quando o próprio criminoso mostra-se o precursor da mudança moral.

Ao longo de sua vida, entretanto, o estudo e a interpretação do vínculo social se modificaram. Inicialmente, quando sua obra pouco era permeada por religião, Durkheim interpretou o vínculo social através dos conceitos de solidariedade orgânica e mecânica. Entretanto, à medida que Durkheim reconheceu a religião e a inseriu em suas teorias a sua visão de vínculo social se modificou.

Em seu livro, “Da Divisão do Trabalho Social”, Durkheim (1994) define a evolução da solidariedade: as sociedades tradicionais passadas foram baseadas na solidariedade mecânica, que incluía comportamento coletivo e atividades de produção pouco diferenciadas. Esta solidariedade foi baseada na proximidade, similaridade e no compartilhamento de histórias e de valores comuns às comunidades humanas.

Tais histórias e valores nunca produziram solidariedade ao que fosse considerado anormal, como por muito tempo a homoafetividade foi taxada.³⁸

Entretanto, essa solidariedade deu lugar a uma solidariedade orgânica, prevalecente na sociedade moderna. Esta solidariedade é definida pela interdependência e complementaridade impostas pela sociedade moderna para os seres humanos. De acordo com ela, cada membro da sociedade, enquanto ser independente e único está ligado aos demais numa estrutura de solidariedade complementar. Esse modelo de solidariedade deu as primeiras mostras com a divisão do trabalho e as suas decorrências tais como a alta densidade populacional e o avanço da tecnologia. De acordo com Durkheim, essa divisão social do trabalho parece criar uma relação de interdependência, uma função social, entre os seres humanos.

Durkheim foi repetidamente acusado de determinismo e holismo por causa de sua

³⁸QUINTANEIRO, Tania. *Um toque de clássicos – Marx/Durkheim/Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 79-83.

posição e sua metodologia. Outros críticos vão tão longe a ponto de dizer que Durkheim é anti-individual, e que não deixa espaço para o indivíduo em suas teorias. Nesse sentido, Durkheim é muitas vezes comparado a Max Weber, que enfatiza o indivíduo em sua análise. Assim, pergunta-se sobre qual seria o papel do indivíduo na obra de Durkheim. Mesmo que o autor tentasse explicar os fenômenos sociais da comunidade, o que deixa muito espaço para os indivíduos e para o livre arbítrio em suas teorias e análises, as acusações de determinismo ou holismo deixam de levar em conta e interpretar um grande número de elementos do seu trabalho.

É preciso lembrar que os fatos sociais são externos e internos aos indivíduos ao mesmo tempo. Isso, pois, os elementos da sociedade, tais como crenças religiosas, moralidade, ou linguagem, são incorporados e apropriados pelos indivíduos em sua própria maneira. Embora seja verdade que, por exemplo, representações coletivas seja o trabalho da comunidade, elas são compostas pelas experiências do indivíduo. Para atestar tal ideia, Durkheim usa o exemplo da moral e defende que cada indivíduo é, em parte, sua moralidade ao mesmo tempo em que absorve a moral coletiva. Assim, há em cada um de nós uma vida moral interior, e não há consciência individual que reflète exatamente a consciência comum.

Isto também se aplica a tudo o que é social, que desvia os críticos que dizem que a teoria de Durkheim a religião não permite que a fé pessoal. No entanto, Durkheim explica que a fé religiosa é incorporada e interpretada por cada indivíduo. Neste sentido, é a fé comum, doutrina ou ideal, partilhada por todos os membros da sociedade, também permeada pela fé individual, que é uma mistura de personalidade e experiência do indivíduo, de um lado, e fé coletiva ou ideal do outro. Reiterando esse ponto, ainda, deve-se lembrar que o fato social emerge a partir da fusão das consciências individuais. Em tudo isso, há uma reciprocidade delicada entre o indivíduo e a sociedade, que é negligenciada por críticos de Durkheim. Na obra de Durkheim, não apenas os indivíduos mantêm a sua individualidade, mas eles têm a oportunidade de enriquecer o campo de forças sociais, através da contribuição de seus próprios sentimentos e pensamentos.

Durkheim, como muitos outros escritores de sua época, Schopenhauer, Nietzsche, Freud, Darwin, entre muitos outros, tendem a ver e tentar explicar o que ele via como a inferioridade das mulheres. Embora Durkheim procurasse fornecer explicações sociológicas para os fenômenos que ele estudou, ele ainda estava condicionado a princípios biológicos e naturais, comuns em seu tempo. No caso de seu estudo sobre o suicídio, por exemplo, Durkheim escreveu que se as mulheres se suicidam menos do que os homens depois de um

luto ou divórcio, isso foi devido as diferenças naturais envolvidas em seu comportamento “mais instintivo”.

A questão sobre a violência contra as populações homoafetivas é empiricamente observada nos dados já mencionados de violência física. Não é demais repetir: o Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo. Ademais, a morte simbólica é uma imposição das teorias sobre a violência simbólica de Bourdieu (2005). Assédio moral, sexual, violência verbal são realidades vividas por pessoas homoafetivas desde as suas infâncias. Algumas são portadoras dessas cicatrizes por todo seu ciclo de vida biológico, desenvolvendo males como depressão, transtornos afetivos de humor. Há também os que, por serem vítimas de uma violência física, especialmente sexual, vivem o estigma da automutilação social e perseguição de si próprios, sempre se sentindo culpados pelos abusos sofridos durante a juventude. Alguns, de maneira muito frustrante, acabam se entregando à vida de prostituição, como consequência ou cicatriz dos abusos da infância ou juventude.

Quanto à violência social e econômica, usaríamos extensas laudas para falarmos do óbvio: homoafetivos eram excluídos dos círculos de poder, política e economia da sociedade em todos os países. A discriminação atinge mesmo o alto escalão das relações internacionais. A França, uma das filhas mais queridas da Igreja Católica na Europa, chamada de sua ‘primogênita’, nomeou para ser seu embaixador junto ao Vaticano um homossexual, o embaixador Laurent Stefanini. O Chefe de Estado do Vaticano, papa Francisco (2016) permaneceu em silêncio quanto à aceitação das credenciais do embaixador. Diante desse silêncio intimidador, o presidente da França cancelou a indicação.³⁹

Pois bem, a indicação do presidente francês foi estritamente política. O diplomata não cumpriria nenhum papel ou ofício religioso. Logo, ser ele homossexual ou não seria absolutamente indiferente. Porém, a negativa silenciosa por parte do Vaticano, além de mostrar o alcance da violência simbólica, que exclui homoafetivos também dos círculos de poder, em questões técnicas, quanto mais no que diz respeito à opinião pública. Tampouco podemos nos esquecer dos possíveis efeitos danosos à honra e à saúde mental desse diplomata. Ele foi exposto ao opróbrio público para todo o planeta, primeiro quanto à sua sexualidade, que ele poderia escolher manter como algo privado, posteriormente como ser humano que teve sua honra reprimida em virtude dos preceitos religiosos de um Estado

³⁹EL PAÍS. *França desiste de diplomata gay como embaixador no Vaticano*. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/internacional/1461061992_7_75308.html>. Acesso em 8 fev. 2017.

político, em relações políticas. Como se sentiu ou foi afetado do diplomata Stefanini? Isso é violência simbólica em ação. Como são as populações homoafetivas pobres, negras e já marginalizadas por si só.

Assim sendo, mesmo sob o prisma da Sociologia, a questão homoafetiva tende a sempre se deparará com as tradições e contradições do mundo moderno. Ainda que os anos passem e as pessoas tendam a desenvolver um ponto de vista menos intolerante, isso não significa que elas se tornarão tolerantes. Por incrível que pareça, ainda que a religião não exerça forte influência na vida das pessoas, essa por ser decana na existência humana arraigou fortemente seus padrões, nos quais de determina macho e fêmea e a relação exclusivamente entre tais. Contudo, como dissemos no início, visto que a palavra mulher no hebraico antigo significa ‘homem-fêmea’, não podemos ser deterministas em dizer que haveria de ter exclusividade entre o homem e o ‘homem-fêmea’. Afinal, morfológicamente falando, estaríamos falando de iguais, não de diferentes.

Embora essa definição talvez cause choque e espanto, especialmente aos que fazem fortes asserções contra as expressões homoafetivas, como dissemos a abordagem que queremos dar é a mais imparcial possível, considerando todos os aspectos relacionados, não desprezando nenhum credo religioso, mas também evitando ser guiado por um deles. A questão é quanto à ciência do social e a apresentação dessa realidade que se faz presente diuturnamente nos nossos dias. Teremos, sem dúvida, o dever moral de explicar, abordar e dimensionar a importância da questão face às novas realidades que surgirão. O tema da homossexualidade, segundo Pereira (1981) tem sido alvo de um forte debate social, quer ao nível da igualdade de direitos humanos, como é exemplo o casamento civil e a adoção de filhos por pais homoafetivos, quer no combate ao preconceito e discriminação contra os homossexuais nos vários contextos sociais.

Segundo Mott (2017) os homossexuais são os mais odiados dentre todos os grupos minoritários, explicando-se tal intolerância porque o amor entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado crime hediondo, condenado como pecado abominável, escondido através de um verdadeiro complô do silêncio. A lgbtfobia cultural e institucional contaminam inclusive as próprias vítimas: gays, lésbicas e transgêneros, que em sua maior parte vivem numa espécie de vácuo identitário e sob o efeito perverso da alienação, com baixa autoestima, incapazes de iniciativas em defesa da própria cidadania.

Na próxima Seção, intitulada “Homofobia e as condições de subalternidade”, veremos que a homofobia, como aborda Eribon (1999) pode partir de pessoas heterossexuais

direcionada a sujeitos não heterossexuais, como também pode manifestar-se a partir do próprio indivíduo não heterossexual em direção a si e a outras pessoas pertencentes ao(s) mesmo(s) grupo(s), bem como a tudo o que fizer alusão à não-heterossexualidade. Quando este fenômeno acontece, como aborda Hernández (2013) recebe a alcunha de homofobia internalizada, que se conceitua como uma atitude negativa por parte dos indivíduos não heterossexuais acerca da sua orientação sexual.

SEÇÃO 4 – HOMOFOBIA E AS CONDIÇÕES DE SUBALTERNIDADE

“É no problema da educação que assenta o grande segredo do aperfeiçoamento da humanidade”

Immanuel Kant

Barrientos e Cárdenas (2013) mostram que há uma crescente evolução na discussão acerca do uso do termo homofobia como representativamente limitado à agressão física e verbal contra indivíduos não heterossexuais - caracterizada por comportamentos de interação social - quando, na verdade, o escopo da homofobia transcende os aspectos físicos e verbais e englobam formas mais sutis de violência como não apoiar políticas públicas que visam a ampliação ou conquista dos direitos dessa população.

O preconceito homofóbico e as condições de subalternidade e inferioridade a que certos grupos, entendidos como minoritários, estão submetidos, compõem um espectro de fenômenos da realidade brasileira. Estes fenômenos mostram-se presentes na base de constituição das relações sociais e que, demarcam possibilidades e impossibilidades, constituem processos de inclusão e exclusão sociais materializados e reproduzidos nos discursos e nas práticas sociais e que, demandam, portanto, de questionamento, crítica e transformação, almejando a construção de relações interpessoais menos violentas, mais justas e de solidariedade.

Eribon (2008) relata que ao finalizar a escrita do prefácio de seu livro teve acesso pelo jornal da notícia do assassinato de um jovem homossexual. A partir desta notícia fez uma provocação: “Como não pedir ao leitor para nunca esquecer, ao lê-lo, que não são apenas problemas teóricos que estão em jogo?”. É ponto nodal conceber a violência homofóbica não como um problema epistemológico apenas, é, sobretudo, uma realidade vivida diariamente por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTI) e heterossexuais. Borrillo (2009) mostra que no caso destes últimos desde que tragam construídos em seus corpos marcas do sexo oposto, ou seja, homens mais feminilizados e mulheres mais masculinizadas, ou nas palavras de Borrillo “mulheres heterossexuais que têm personalidade forte, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade”. Não por acaso, em função de sua intrínseca complexidade, esta discussão mostra-se sempre desafiadora.

Acerca da sexualidade, um dos determinantes da constituição dos sujeitos,

considerada “tão necessária quanto o ar que respiramos”. Constitutiva dos seres humanos, talvez a sexualidade se constitua no conjunto das práticas humanas menos ‘naturais’, pois se encontra recoberta por valores estabelecidos e reproduzidos pelos discursos médico, religioso e científico. Para Prado e Junqueira (2011, p. 51-72) a sexualidade envolve diferentes formas de expressão, de vivência de prazeres, de (im) possibilidades peculiares de visibilidade e práticas de ser/estar do/no mundo social.

A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo nossa identidade. Todavia [...] esse jogo não se faz a margem da história, muito pelo contrário, ele se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o ‘eu’ e o ‘outro’; o ‘eu’ e o ‘nós’, o ‘nós’ e o ‘eles’ (PRADO; JUNQUEIRA, 2011).

Estes autores trazem relevo a sexualidade como categoria constitutiva do ser humano, produzida e experienciada pelas e nas relações sociais. Demarcam a importância do contexto histórico neste processo de construção e, para além disso, apontam para a sexualidade como uma dimensão que permite que padrões de diferenciação e valoração sejam construídos e perpetrados por alguns grupos em detrimento de outros. A partir de valores considerados hegemônicos, tornasse possível afirmar que ‘eu sou isso e não aquilo’; ‘nós somos isso e não aquilo’; e viver as conseqüentes práticas advindas deste discurso que, em inúmeras vezes, se consubstanciam em relações sociais fundamentadas pelo ódio manifesto e intolerância a diferença, ou seja, pela violência.

Para além da sexualidade como prática vivida na intimidade de cada sujeito nas suas relações sociais - e aqui se agrega a violência contra sujeitos cuja seqüência sexo-gênerosexualidade não se conforma com padrões heteronormativos - Prado e Junqueira discutem a dimensão das instituições na produção de diferenciações, normalizações e hierarquizações. De acordo com eles a igreja, a família e a escola são instituições que engendram e controlam padrões de sexo, gênero e sexualidade como necessariamente lineares, ou seja, um sujeito do sexo masculino deve se posicionar como homem e com todos os atributos esperados para um homem na sociedade brasileira e viver uma sexualidade heterossexual. Estes mesmos autores destacam que a família e a escola são respectivamente, primeiro e segundo lugares, nos quais a discriminação homofóbica é vivida, argumentando que a realidade é esta porque uma determinada identidade é eleita e tornada naturalmente como a correta e esperada. Eleita desta forma passa a funcionar como padrão de diferenciação, hierarquização e inferiorização em relação àqueles que não compartilham desta

mesma identidade.

Sobre este processo de diferenciação, a identidade diz respeito a aquilo que um sujeito é como, por exemplo, ser gay. Se sua identidade é marcada pela homossexualidade então a sua diferença reside exatamente em não ser heterossexual. Silva (2000, p.45) argumenta que este processo de diferenciação é, em essência, a instauração de relações de poder.

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas [...]. São outras tantas marcas de poder: incluir/excluir ('esses pertencem, aqueles não'); demarcar fronteiras ('nós, eles'); classificar ('bons e maus; puros e impuros; desenvolvidos e primitivos; racionais e irracionais'); normalizar - 'nós somos normais, eles são anormais' – (SILVA, 2000).

Existem disputas, ainda segundo Silva (2000) entre diferentes grupos sociais (representados por diferentes identidades) por privilégios de acesso aos bens simbólicos e de consumo na sociedade capitalista, ressaltando que estas disputas são sempre marcadas por relações assimétricas de poder. Ele sintetiza que “A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”.

Entendendo que este processo de hierarquização das identidades não é desinteressado, inocente ou desprovido de intencionalidade, tem-se que o lado conservador e fundamentalista religioso da sociedade continua atuante na manutenção de seus valores e no repúdio às diferenças individuais e grupais.

Este tema já era denunciado por Adorno (1995) quando esclarecia sobre a intolerância dos sujeitos pertencentes ao chamado endogrupo em relação aos sujeitos do exogrupo. Revelou que seus entrevistados concebiam homossexuais como pecadores e criminosos, merecedores de castigos piores que a prisão como serem açoitados em público, por exemplo. Eram os '*depravados sexuales*', '*los malditos sífilíticos*'.

Ainda sobre as diferenciações e alocação de certos sujeitos como hegemônicos ou dissidentes, a linguagem opera segundo uma lógica binária, fundamentada em oposições e, que, constrói padrões valorativos. Para Miskolci (2007) existe o normal porque existe o anormal como seu negativo; existe o masculino porque existe o feminino como seu negativo, a heterossexualidade porque existe a homo e bissexualidade como os seus negativos e o desejável e o abjeto como seu negativo. Ao discutir sobre identidade e diferença como um par indissociável denomina este mecanismo como uma operação de diferenciação, processo este que classifica, categoriza e localiza as identidades em hierarquias a partir da (des)valoração das diferenças (SILVA, 2000).

A heterossexualidade e a homossexualidade são construções modernas, mas que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo existem desde os tempos mais remotos. Prado e Junqueira (2011) dizem que homossexualidade foi inventada como o inverso negativo da heterossexualidade burguesa, tida como inteligível, licita, desejável, natural, aquilo que faz com que a reprodução humana seja possível. Nesse ínterim, a homossexualidade foi instituída prática e discursivamente como crime, pecado, doença, perversão, o abjeto, o que não tem status de existência.

A sexualidade como dimensão constitutiva da vida privada e pública do ser humano, passou então a funcionar como um mecanismo reprodutor de hierarquias de poder, produtora e reprodutora de desigualdades, de inferioridade e subordinação seguindo á égide heteronormativa. Em concordância com a argumentação dos autores supracitados, Eribon (2008) afirma que em relação aos homossexuais existe um ordem social que considera estes sujeitos como subalternos, subordinados e inferiores porque não estão concatenados com a norma heterossexual posta, operando na manutenção do preconceito homofóbico. “No cerne desse tratamento discriminatório, a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural” (BORRILLO, 2009).

As possibilidades de manifestações homofóbicas traz relevo à discussão sobre o lugar que os homossexuais ocupam nas hierarquias sexuais, como o de doente e que precisa ser tratado para regressar a normalidade, e sobre as posições de subalternidade e inferioridade a que as sexualidades homo estão inscritas, consideradas como secundárias ou desvalorizadas.

A homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica [...]. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária. (BORRILLO, 2009, p. 196)

Junqueira (2007) em seu texto “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas” discute sobre as origens do termo homofobia argumentando que a base do radical homo, no latim, diz respeito a figura masculina e, portanto, o termo homofobia estaria encerrado às diversas práticas violentas cometidas contra o homem homossexual, ou

homem gay. Desta forma, outros sujeitos componentes da sigla LGBTTI, as lésbicas, os bissexuais as travestis e transexuais estariam excluídos desta base conceitual. Assevera o autor que estes grupos, ao não se sentirem contemplados, devido as peculiaridades de cada grupo, “empregam os termos ‘lesbofobia’ e ‘transfobia’ com o intuito de chamarem a atenção [...] conferirem maior visibilidade política às suas lutas”.

Segundo Prado e Junqueira (2011) a compreensão restrita de que o conceito homofobia se refere a violência cometida apenas contra gays revela mais uma face do machismo brasileiro, fazendo perdurar a invisibilidade lésbica.

Crenshaw (2002) diz que quanto mais complexo for o contexto de vulnerabilidade do sujeito, mais numerosos são os cruzamentos de eixos ou categorias de opressão que podem ser observadas. Butler (2003) mostra que quando se intersecciona gênero e sexualidade, por exemplo, pela lógica da normalização o sexo masculino teria que coincidir com masculinidade e deveria, necessariamente, direcionar desejos sexuais por corpos femininos; o corpo feminino deveria coincidir com feminilidade e deveria, necessariamente, direcionar desejos sexuais por corpos masculinos. Dito de outra forma existe uma “...crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”.

Em síntese, a partir desta linha argumentativa, o destino de um corpo deveria ser, obrigatoriamente, o corpo do sexo oposto e as sexualidades experimentadas fora destes padrões, estariam, portanto, localizados em posições de inferioridade nas hierarquias de poder e mais suscetíveis a violência homofóbica.

Outro elemento a ser trazido à discussão, para torná-la ainda mais complexa, são as intersecções de categorias analíticas como as de sexualidade, classe social e etnia.

No cenário das sexualidades, Silveira e Nardi (2014) mostram que a experiência de um gay, mais masculino, branco e de classe alta é vivida de forma bastante antagônica a de gays negros, mais femininos e de camadas mais populares, pois estes acumulam vários eixos ou categorias de opressão e, por conseguinte, estão mais vulneráveis a violência homofóbica como consequência de seu não enquadramento nos padrões de normalidade, sendo necessário, em absoluto, de contextualizações de quais sujeitos LGBTTI está se discutindo.

Como resistência a noção de normalidade, Butler (2003) em lança mão do conceito “abjeto” tão caro as discussões sobre identidades e sexualidades tidas como “dissidentes”. De acordo com ela, e daí vem a sua crítica aos discursos normalizadores, o abjeto seria aquele ser humano que não tem voz, o que não importa, o que não está na norma heterossexual, o que não é esperado, o que não está para a inteligibilidade dos outros. Segundo Prins e Meijer (2002) são corpos que existem de forma transgressora, ilegítima e “relaciona-se a todo tipo de

corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’. Nesse sentido as homossexualidades, as travestilidades e transexualidades estariam encerradas na figura do abjeto, da ambiguidade, do “monstro” e do indesejável, uma vez que rompem a “normalidade” heterossexual.

É necessário, segundo Prado e Junqueira (2011) discutir sobre homofobia a partir de concepções que extrapolem a esfera da individualidade, tanto do homofóbico quanto da vítima de violência, e alcancem a compreensão de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais como sujeitos capazes de produzir resistência a realidade posta, como sujeitos políticos que são em uma perspectiva de direitos.

A recente preocupação com a hostilidade para com gays e lésbicas muda a maneira como a questão vinha sendo problematizada. De fato, em vez de se dedicar ao estudo do comportamento homossexual, a atenção se volta agora para as razões que levaram essa forma de sexualidade a ser considerada, no passado, desviante. Esse deslocamento do objeto de análise sobre a homofobia produz uma mudança tanto epistemológica quanto política. Epistemológica porque não se trata exatamente de conhecer ou compreender a origem e o funcionamento da homossexualidade, mas sim de analisar a hostilidade provocada por essa forma específica de orientação sexual. Política porque não é mais a questão homossexual, mas a homofobia que merece, a partir de agora, uma problematização particular. (BORRILLO, 2009, p.54)

Em termos de resistência as relações assimétricas de poder e política, Foucault (1982) afirma que “...temos a possibilidade de mudar a situação, que esta possibilidade existe sempre. Não podemos nos colocar fora da situação”.

SEÇÃO 5 – HOMOSSEXUALIDADE, PSICOLOGIA, SOCIOLOGIA E SUBJETIVIDADE

“A educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui”

Jean-Jacques Rousseau

Estudar a homossexualidade é algo que demanda olhares atentos e profundos de diversos campos. Por exemplo, a simples qualificação como um gesto comportamental, deixaria ou desconsideraria importantes aspectos subjetivos. Claro que o behaviorismo, baseado na questão fundamental do estímulo/resposta, é, evidentemente, algo observável. Mas especificamente nesse tópico, há estímulo, endógeno ou exógeno que nos ajude a compreender a ocorrência da homossexualidade? Não sabemos. O “behaviorismo clássico” apresenta a Psicologia como um ramo puramente objetivo e experimental das ciências naturais. Uma fórmula comum dessa teoria, segundo Costa (2002) é: “Psicologia S-R” e “Psicologia da Contração Muscular”. A finalidade da Psicologia seria, então, prever e controlar o comportamento de todo e qualquer indivíduo.

A proposta de Watson era abandonar, ao menos provisoriamente, o estudo dos processos mentais, como pensamento ou sentimentos, mudando o foco da Psicologia, até então mentalista, para o comportamento observável. Para Watson, a pesquisa dos processos mentais era pouco produtiva, de modo que seria conveniente concentrar-se no que é observável, o comportamento. Strapasson (2012) diz que o comportamento seria qualquer mudança observada em um organismo, que fossem consequência de algum estímulo ambiental anterior, especialmente alterações nos sistemas glandulares e motores. Nesse sentido Watson cria a teoria do behaviorismo metodológico.

O Behaviorismo Clássico partia do princípio de que o comportamento era modelado pelo paradigma ‘pavloviano’ de estímulo e resposta conhecido como condicionamento clássico. Em outras palavras, para o Behaviorista Clássico, um comportamento é sempre uma resposta a um estímulo específico. Esta proposta viria a ser superada por comportamentalistas posteriores, porém. Ocorre de se referirem ao Comportamentismo

Clássico como Psicologia S-R (sendo S-R a sigla de Stimulus-Response - estímulo- resposta - em inglês).

É importante notar, porém, que Watson em momento algum nega a existência de processos mentais. Para Watson, o problema no uso destes conceitos não é tanto o conceito em si, mas a inviabilidade de, à época, poder analisar os processos mentais de maneira objetiva. De fato, ainda segundo Strapasson (2012), Watson não propôs que os processos mentais não existam, mas sim que seu estudo fosse abandonado, mesmo que provisoriamente, em favor do estudo do comportamento observável. Uma vez que, para Watson, os processos mentais devem ser ignorados por uma questão de método (e não porque não existissem), o comportamentismo clássico também ficou conhecido pela alcunha de “behaviorismo metodológico”.

Watson era um defensor da importância do meio na construção e desenvolvimento do indivíduo. Ele acreditava que todo comportamento era consequência da influência do meio, a ponto de afirmar que, dado algumas crianças recém-nascidas arbitrárias e um ambiente totalmente controlado, seria possível determinar qual a profissão e o caráter de cada uma delas. Embora não tenha executado algum experimento do tipo, por razões óbvias, Watson executou o clássico e controverso experimento do Pequeno Albert, demonstrando o condicionamento dos sentimentos humanos através do condicionamento responsivo.

Como resposta às correntes internas do comportamentalismo e inspirado pelo behaviorismo filosófico, Burrhus F. Skinner publicou, em 1953, o livro *Science and Human Behavior*. A publicação desse livro marca o início da corrente comportamentalista conhecida como behaviorismo radical. Tal foi desenvolvido não como um campo de pesquisa experimental, mas sim uma proposta de filosofia sobre o comportamento humano. As pesquisas experimentais constituem a ‘Análise Experimental do Comportamento’, enquanto as aplicações práticas fazem parte da ‘Análise Aplicada do Comportamento’. O behaviorismo radical seria uma filosofia da ciência do comportamento. Skinner foi fortemente anti-mentalista, ou seja, considerava não pragmáticas as noções “internalistas” (entidades “mentais” como origem do comportamento, sejam elas entendidas como cognição, id-ego-superego, inconsciente coletivo, etc.) que permeiam as diversas teorias psicológicas existentes. Skinner jamais negou em sua teoria a existência dos processos mentais (eles são entendidos como comportamento), mas afirma ser improdutivo buscar nessas variáveis a origem das ações humanas, ou seja, os eventos mentais não causam o comportamento das pessoas, os eventos mentais são comportamentos e são de natureza

física. A análise de um comportamento (seja ele cognitivo, emocional ou motor) deve envolver, além das respostas em questão, o contexto em que ele ocorre e os eventos que seguem as respostas. Tal posição evidentemente opunha-se à visão watsoniana do behaviorismo, pela qual a principal razão para não se estudar fenômenos não fisiológicos seria apenas a limitação do método, não a efetiva inexistência de tais fenômenos de natureza diferente da física. O behaviorismo skinneriano também se opunha aos neobehaviorismos mediacionais, negando a relevância científica de variáveis mediacionais: para Skinner, o homem é uma entidade única, uniforme, em oposição ao homem “composto” de corpo e mente, ou seja, a visão de homem é a visão monista (Skinner, 1952).

Skinner (1952) desenvolveu os princípios do condicionamento operante e a sistematização do modelo de seleção por consequências para explicar o comportamento. O condicionamento operante segue o modelo Sd-R-Sr, onde um primeiro estímulo Sd, dito estímulo discriminativo, aumenta a probabilidade de ocorrência de uma resposta R. A diferença em relação aos paradigmas S-R e S-O-R é que, no modelo Sd-R-Sr, o condicionamento ocorre se, após a resposta R, segue-se um estímulo reforçador Sr, que pode ser um reforço (positivo ou negativo) que "estimule" o comportamento (aumente sua probabilidade de ocorrência), ou uma punição (positiva ou negativa) que iniba o comportamento em situações semelhantes posteriores.

O condicionamento operante difere do condicionamento respondente de Pavlov e Watson porque, no comportamento operante, o comportamento é condicionado não por associação reflexa entre estímulo e resposta, mas sim pela probabilidade de um estímulo se seguir à resposta condicionada. Quando um comportamento é seguido da apresentação de um reforço positivo ou negativo, aquela resposta tem maior probabilidade de se repetir com a mesma função; do mesmo modo, quando o comportamento é seguido por uma punição (positiva ou negativa), a resposta tem menor probabilidade de ocorrer posteriormente. O behaviorismo radical se propõe a explicar o comportamento animal através do modelo de seleção por consequências. Desse modo, o behaviorismo radical propõe um modelo de condicionamento não linear e probabilístico, em oposição ao modelo linear e reflexo das teorias precedentes do comportamentalismo. Watson (1974) diz que para Skinner, a maior parte dos comportamentos humanos são condicionados dessa maneira operantes.

Para Skinner (1952), os comportamentos são selecionados através de três níveis de seleção. Os componentes da mesma são: 1 - Nível filogenético: que corresponde aos aspectos biológicos da espécie e da hereditariedade do indivíduo; 2 - Nível ontogenético: que

corresponde a toda a história de vida do indivíduo; 3- Nível cultural: os aspectos culturais que influenciam a conduta humana. Através da interação desses três níveis (onde nenhum deles possui um status superior a outro) os comportamentos são selecionados. Para Skinner (1952), o ser humano é um ser ativo, que opera no ambiente, provocando modificações nele, modificações essas que retroagem sobre o sujeito, modificando seus padrões comportamentais.

Tal estudo comportamental proposto por Skinner poderia justificar a atitude homoafetiva, mas não nos daria uma resposta quanto à sua origem e até necessidade àquele que se sente atraído, não necessariamente no sentido sexual, pelo gênero semelhante. O mais interessante é que o behaviorismo não deixaria a pessoa engessada a rígidos moldes, uma vez que as infinitudes de estímulos produzem, conseqüentemente, a mesma proporção de respostas. Daí possa, talvez, compreender alguns casos nos quais a pessoas tem inicialmente uma vida sexual heteroafetiva e, posteriormente, homoafetiva e vice-versa. O ponto é que não podemos cercar o assunto ao ponto de esgotarmos as possibilidades e respostas.

Outro pesquisador do desenvolvimento do comportamento humano, Piaget, desenvolveu em suas pesquisas a teoria da construção do conhecimento, mais conhecida como Epistemologia genética, seu foco principal foi o sujeito Epistemológico o qual foi estudado pelo método clínico desenvolvido pelo próprio Piaget. Colinvaux (2010) mostra que teoria explica como o conhecimento é adquirido e montado em nossa 'psiqué', desde a primeira infância até a maturação humana. A obra deste estudioso é reconhecida em todo mundo, pois contribui para compreensão da formação e construção do intelecto.

Através desta teoria, diversas propostas de educação, diferenciadas para crianças em cada uma das fases, surgiram, todas com a pretensão de melhorar a educação através das características específicas de cada uma destas fases observadas, por Piaget, em seus estudos. Ao entender como acontece o processo de construção do conhecimento pode-se desenvolver métodos pedagógicos mais eficientes a fim de aperfeiçoar ou substituir os sistemas de ensino já existentes. Como exemplo, um de seus alunos, Reuven Feuerstein, desenvolveu a Teoria da modificabilidade cognitiva estrutural. Cruz (2007) afirma que a inteligência humana pode ser estimulada e que qualquer indivíduo, independente de idade e mesmo considerado inapto, pode adquirir a capacidade de aprender.

A conclusão quanto à Piaget nos remete à mesma situação que estamos em todos os momentos: o desenvolvimento e construção do intelecto se dão à parte da sexualidade, de modo que não qualquer superioridade ou inferioridade nos indivíduos homoafetivos, dotados

da mesma capacidade de percepção, juízo, julgamento e valores que todos os demais. Permanecerá então a incógnita. Portanto, por mais que busquemos esgotar a análise, levando em consideração as diversas escolas psicológicas, filosóficas e inclusive religiosas, a única definição concreta que temos é: pouco ou nada sabemos a respeito. Tudo que se pode publicar a respeito do assunto será única e exclusivamente referente aos seus aspectos objetivos, mas jamais se chegará ao cerne subjetivo do tema. A conclusão quanto à Piaget nos remete à mesma situação que estamos em todos os momentos: o desenvolvimento e construção do intelecto se dão à parte da sexualidade, de modo que não qualquer superioridade ou inferioridade nos indivíduos homoafetivos, dotados da mesma capacidade de percepção, juízo, julgamento e valores que todos os demais. Permanecerá então a incógnita. Portanto, por mais que busquemos esgotar a análise, levando em consideração as diversas escolas psicológicas, filosóficas e inclusive religiosas, a única definição concreta que temos é: pouco ou nada sabemos a respeito.

Nos aspectos jurídicos e sociais, é inconcebível que, na era do esclarecimento, o homem chegue à Lua, envie sondas investigativas a Marte, envie sondas exploratórias pelo sistema solar, aprofunda seu entendimento sobre genoma humano, sobre os processos de sustentabilidade da vida e do bioma ambiental, mas não seja capaz de exercer o critério, o bom senso e o juízo, deixando alienados da vida comum e saudáveis pessoas, seres humanos, por razão de questões sexuais. Estamos falando de algo que não é de generalidade pública, de conhecimento ou de necessária avaliação do corpo social. Ser homoafetivo é um assunto exclusivo da pessoa, um direito fundamental e inviolável, independentemente das questões envolvidas no 'ser' homoafetivo.

Estamos falando de milhões de jovens e adultos que apenas desejam ter o direito a viver sem medo de serem assassinados, violados em seus sentimentos e afetos, assim como pessoas heteroafetivas têm e usufruem esse direito. A vida de tais não é um jogo de negociações políticas ou comerciais, mas pessoas que têm as mesmas necessidades *humanas* que todos os demais têm. Contudo, a persistente violação dos Direitos Humanos de populações homoafetivas, está criando definitivamente, a criminalização velada de um modo de vida que não causa dano algum, nem no nível micro, nem macrossocial. Antes, são pessoas com intelecto, disposição, energias como todas as demais pessoas e que têm um potencial mal explorado por puro preconceito.

Não podemos falar que há ignorância por parte das pessoas porque a ignorância é o desconhecimento sobre um assunto. O preconceito, antes, é fruto do medo ou do ódio. Medo de que paradigmas sejam transpostos. Ódio por se perceber que a exploração violenta,

socioeconômica tende a se esgotar ao passo que as populações homoafetivas recebem o merecido e necessário respeito e garantia de novos direitos, como o casamento civil, o direito à adoção, entre outros. Algo de extrema preocupação é a restrição puramente discriminatória a pessoas homoafetivas que desejam doar sangue, mas não podem.

Voltando para o aspecto da religião, Claval (2011) destaca duas dimensões fundamentais: (1) ela tem por base crenças sobre o bem, o mal, a justiça, a felicidade terrestre e celeste, o futuro, a salvação da alma, etc. Essas crenças dão um sentido à vida presente ou futura de cada um e da comunidade, e propõem regras para agir. (2) A vida religiosa dispõe também sobre práticas e rituais individuais e coletivos. Elas regulam a existência de cada um, o obrigam a orar para Deus, a meditar sozinho, e a participar em ações coletivas que criam o sentido de integração numa comunidade, que muitas vezes resultam na não aceitação do diferente, que é julgado por não se enquadrar nos padrões de quem é visto como “normal” pelo entendimento da cegueira do preconceito.

SEÇÃO 6 – METODOLOGIA

*“A boa educação é moeda de ouro. Em toda a parte tem valor”
Padre Antônio Vieira*

Esta Seção trás para o leitor mais detalhes de como a pesquisa foi construída, sua localidade, onde foi realizada, tipo de estudo, população estudada, processo de amostra, variáveis selecionadas, técnicas, instrumentos e métodos de coleta, processamento e análise dos dados, incluindo os de natureza estatística. As questões de ética da pesquisa foram analisadas e aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp Araraquara.

Cada ano será discutido abaixo (projeto pedagógico):

Ano 1
EXPRESSÃO ARTÍSTICA – DANÇA: Curso de dança com duração de dez meses, oferecido por três educadores, especialistas em diversas áreas (do street dance ao ballet clássico). O curso se encerrará com uma apresentação, que será gravada em vídeo (DVD).
EXPRESSÃO CÊNICA – WEB TV: Curso de técnicas de jornalismo multimídia e de criação de programas curtos para exibição online, com duração de dez meses, oferecido por dois educadores, especialistas em jornalismo multimídia e informática. O curso se encerrará com a produção de 9 (nove) programas WEB TV e um documentário, a ser exibido na internet e gravado em DVD.
EXPRESSÃO GRÁFICA – ZINE: Curso de criação de zines, publicações que priorizam a linguagem visual gráfica, com duração de dez meses, oferecido por um educador, jornalista. O curso se encerrará com a produção de 5 (cinco) edições zines.

Ano 2
<p>EXPRESSÃO ARTÍSTICA – MÚSICA: Curso de composição e canto, com duração de dez meses, oferecido por dois educadores. O curso se encerrará com um concurso, no qual o vencedor gravará um CD de músicas compostas pelos jovens do projeto.</p>
<p>EXPRESSÃO CÊNICA – TEATRO: Curso de teatro, explorando técnicas de teatro do oprimido, com duração de dez meses e oferecido por uma educadora, atriz de teatro formada em artes cênicas. O curso se encerrará com uma apresentação da peça, que será gravada em vídeo (DVD).</p>
<p>EXPRESSÃO GRÁFICA – REVISTA: Curso de criação de revistas, com duração de dez meses, oferecido por dois educadores, jornalistas. O curso se encerrará com a publicação de 2 (duas) edições de revistas com matérias de interesse à juventude LGBTTI.</p>
Ano 3
<p>EXPRESSÃO ARTÍSTICA – PERFORMANCE (DRAG QUEEN): Curso de performance e caracterização drag queen (transformista), incluindo dublagem, maquiagem e figurino, com duração de dez meses, oferecido por uma educadora drag queen. O curso se encerrará com a apresentação de um show, gravado em vídeo (DVD) e com músicas lançadas em CD.</p>
<p>EXPRESSÃO CÊNICA – CINEMA: Curso de cinema e vídeo com duração de dez meses, oferecido por um educador com formação na área. O curso se encerrará com a produção de um filme (DVD).</p>
<p>EXPRESSÃO GRÁFICA – LIVRO: Curso criação literária, com duração de dez meses, oferecido por um educador com formação em jornalismo. O curso se encerrará com a publicação de 1 (uma) edição de livro, escrito e/ou organizado coletivamente pelos jovens do projeto.</p>

A carga horária das disciplinas era de 10 horas. E a carga horária total do currículo é de 80 horas. O nível de ensino a que corresponde tal formação é o da modalidade de educação não formal⁴⁰, destinada a proporcionar aos alunos conhecimentos para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. O corpo docente que atuou na instituição era composto por seis (06) docentes e a formação exigida é a de graduação completa, sendo que três (3) professores são mestres e dois (2) finalizaram suas dissertações durante o tempo de atuação docente na E-JOVEM.

Além do trabalho do corpo docente da E-JOVEM, o papel do gestores não se resumia meramente à administração do estabelecimento de ensino, mas a de agentes responsáveis por mudanças. Liderança, planejamento, com a participação dos envolvidos no cenário escolar, organizando, dirigindo e controlando todo o processo administrativo, utilizando-se de concepções e ferramentas administrativas. Visando o alcance dos objetivos e metas. Destaca-se, no quadro abaixo, as principais atividades dos fundadores/gestores da E-JOVEM:

GESTORES – E-JOVEM	
NOME COMPLETO: ANDRÉ RODRIGUES RIBEIRO (DECO RIBEIRO)	
FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: CONSELHEIRO, EDUCADOR E GESTOR	
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO DE REALIZAÇÃO
"E-jovem.com" – Objetivo: Disponibilizar na internet informações sobre saúde e cidadania para adolescentes e jovens LGBTTI. Abrangência: Internet	2001-2009
"Meu Cachorro Gay" – Objetivo: Mostrar, através de um vídeo curta-metragem, o cotidiano de um jovem gay, as discriminações que ele sofre e o que fazer para superá-las. Abrangência: Filme exibido na internet, em praça pública em Campinas, e para grupos de adolescentes e em escolas de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.	2002
"Parada do Orgulho LGBTTI de Campinas" – Objetivo: Celebrar o dia 28 de junho, dia do Orgulho GLTTB; Abrangência: Campinas	2003-2006
"Quem Será Katlyn?" – Curta-metragem. Roteirista e Assistente de Direção. Premiado como Melhor Curta Regional no Festival de Paulínia em 2009	2008
"Sander & Junior" e "Segurança para Ser o que Somos" – Vídeos curta-metragens resultado de oficinas de vídeo com adolescentes e jovens LGBTTI.	2009
Jornalismo – publicou diversas matérias na mídia, em jornais e revistas de circulação nacional, como a FOLHA DE S.PAULO, a G MAGAZINE e a SEXBOYS.	2005-2009
"Projeto GALERA E-JOVEM" – Monitor do projeto, palestrante e oficinairo.	2009-2010

⁴⁰ A educação não formal é aquela que ocorre fora do sistema formal de ensino, sendo complementar a este. É um processo organizado, mas geralmente os resultados de aprendizagem não são avaliados formalmente.

NOME COMPLETO: CHESLLER MOREIRA (LOHREN BEAUTY)	
FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: PRESIDENTE/GESTOR	
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO DE REALIZAÇÃO
"Parada do Orgulho LGBTTITT de Campinas" – Objetivo: Celebrar o dia 28 de junho, dia do Orgulho GLTTB; Abrangência: Campinas	2006-2009
Desfile das coleções "PROFANO" e "LENDAS BRASILEIRAS" – realizados no SENAC/Campinas.	2009
"Big Juice Party" – show em praça pública em homenagem à juventude LGBTTI, com performances de várias drag queens da cidade de Campinas.	2009
"Matinê Rainbow Teen" – apresentações e performances de <i>drag queen</i> em festas voltadas a adolescentes LGBTTI	2009
"Projeto GALERA E-JOVEM" – Coordenador do projeto e oficinairo.	2009-2010

Quadro com as principais atividades do corpo gestor/fundador da E-JOVEM.

Segundo as informações contidas no Formulário de Inscrição para o Programa Mais Cultura (MINC), os fundadores da E-JOVEM destacam a importância de que não há no Estado de São Paulo um projeto no qual o jovem LGBTTI possa se expressar tanto e de tantas maneiras como este oferecido pelo E-JOVEM. Toda essa discussão é muito nova na sociedade e que se esperam no projeto, recuperar o tempo perdido. Mais do que ensinar, o projeto procura aprender com estes jovens e transmitir esse aprendizado ao Estado e à sociedade que, muitas vezes, tanto os rejeita e os violenta.

6.1 Participantes

Participam da pesquisa à equipe gestora/fundadora da E-JOVEM, totalizando dois (02) entrevistados.

6.1.1 Estratégia de coleta de dados

Fase focalizada, realizada por meio de entrevistas individuais, semiestruturadas, com a equipe gestora/fundadora. As entrevistas foram feitas e transcritas na íntegra e foram analisadas, havendo posições onde o mesmo situava-se, diante do que se viu e sentiu. Com relação à história de vida de cada entrevistado (HV), para as finalidades a que se propõe esta tese, abordou-se nas entrevistas uma profundidade na qual o pesquisador constantemente interagiu com os informantes. Para Minayo (2001), sua principal função é retratar as

experiências vivenciadas pela equipe entrevistada. Existem dois tipos de HV: a completa, que retrata todo o conjunto da experiência vivida e a tópica, que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão, neste caso, para tal projeto, a tópica.

A HV tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante as entrevistas, existirá a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Esses relatos formularão um material extremamente rico para análise. Neles se encontrará o reflexo da dimensão coletiva à partir da visão individual.

6.1.2 Análise dos dados

A análise dos dados, levando em conta o trabalho de Minayo (2001) tem três finalidades: estabelecer a compreensão dos dados coletados, confirmar ou não pressupostos de pesquisas e/ou responder questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre a pesquisa, articulando-a ao contexto cultural e social do qual faz parte. As transcrições literais das entrevistas passaram por uma análise de conteúdo tradicional, interpretando os dados com a finalidade de confirmar ou rejeitar os pressupostos expostos no referencial teórico, além de preencher os objetivos propostos neste estudo, onde temos uma percepção da direção, dos professores e dos alunos sobre os resultados que a referida formação pedagógica trouxe a cada um desses segmentos, à luz do objetivo da criação da escola, que é a promoção e o combate à homofobia e o respeito pelas diferenças.

6.1.3 Aspectos Éticos

O projeto desta pesquisa, por envolver seres humanos, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (COMEP/UNESP), em conformidade com a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. A aprovação foi obtida pelo Parecer Consubstanciado de número

70896417.5.0000.5400, credenciando o prosseguimento da pesquisa de campo. Além disso, todo o trabalho foi feito mediante consentimento dos pesquisados, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Seção 7 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

*“A educação desenvolve as faculdades, mas não as cria”
Voltaire*

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora/fundadora da E-JOVEM. Para isso, partimos de três eixos temáticos: História de vida; Criação da E-JOVEM; Funcionamento e encerramento das atividades.

7.1 Caracterização dos entrevistados

PARTICIPANTES	IDADE	ESCOLARIDADE	FUNÇÃO NA E-JOVEM
André Ribeiro/ Deco Ribeiro	41 anos	Graduado e Mestre pela Unicamp	Gestor/Fundador da E-JOVEM – Ex- Professor de Expressão Cênica
Chesller Moreira/ Lohren	39 anos	Graduada – Educadora Social	Gestora/ Fundadora e Professora Expressão Artística- Drag Queen

Quadro: Grupo gestor/fundadores que serão entrevistados.

7.1.1 Categorias relativas às entrevistas individuais

7.1.2 História de vida

Os atores principais, dois entrevistados, primeiramente falaram um pouco sobre suas histórias de vida, para que pudéssemos entender como tudo começou e o por que desta

iniciativa. Um deles destacou o aspecto do cuidado para não parecer gay no início de sua juventude, destacando sua militância desde que se assumiu, mas demonstrando medo, insegurança, por conta de represálias, no que acarretou, em certos momentos de sua juventude, muitas tentativas para não ser visto como homossexual, por medo de rejeição, exclusão. Seus relatos podem ser observados a seguir:

Chesller Moreira (...) Tenho consciência de que sou gay desde muito pequeno, por volta dos cinco anos, e ficava assustado quando eu via o ódio que as pessoas tinham de gays e a quantidade de piadas que existiam. Eu ficava me perguntando: “será que eles vão me odiar tanto assim quando descobrirem que sou gay?” E isso era uma tortura. (...). Foi muito complicado meu processo de aceitação por minha família, sempre tive comigo: um dia eles vão entender e se não entenderem, aí seguirei meu caminho, mas antes disso plantarei todas as minhas sementes: a pessoa que sou, meu caráter, minha honestidade e principalmente sagrar o ser que eu sou. Cada história tem o seu tempo, a minha levou cerca de ... bom, dos meus 16 aos 20 mais ou menos, alias hoje com 39 anos, minha luta ainda continua.

Deco Ribeiro (...) André Ribeiro, mas me chamam de Deco Ribeiro há quase 20 anos. Nasci no Rio, mas vim pra SP com 3 anos. Passei por Cuiabá - onde me descobri gay -, voltei ao Rio, fui fazer faculdade em Campinas - onde me assumi gay, participei de organização da Parada e desenvolvi vários projetos LGBTTI, incluindo a Escola Jovem - e voltei a SP. Trabalho hoje com mídias sociais na ALESP. (...) Ter a família do meu lado me apoiando e me amando como sempre fizeram... foram tão legais comigo que sempre trataram bem os quatro namorados que tive ... Todos frequentavam minha casa e até dormiam lá comigo... e três deles não eram assumidos para as famílias... meus pais respeitaram essas decisões e nunca comentaram nada com os pais deles... acho que tenho muita sorte de ter nascido em uma família que coloca o amor acima de tudo e é contra qualquer tipo de preconceito... todos são heróis pra mim. Atualmente estou numa relação com o Chesller (somos casados) que minha mãe e meu pai respeitam muito mais que a anterior, porque os medos de que me perdesse em sexo, drogas, promiscuidade e me tornasse afeminado passou.

Tal como relata Chesller Moreira, questionar sobre sentir atração por pessoas do mesmo sexo é algo inevitável para um homossexual no decorrer do seu desenvolvimento, às vezes desde muito cedo. No entanto, por mais que se busque mudar, a homossexualidade é

simplesmente uma parte de seu ser, sendo a pressão externa e interna pela mudança, uma violência gerada pela dificuldade de não pertencer ao formato humano “adequado”, e de tornar-se um fator perturbador no próprio ambiente. Em muitos casos, acontecem tentativas sociais maciças de mudar sua orientação sexual, na família, na escola, nas igrejas. Às vezes acontecem, namoros e casamentos forjados em prol do que os outros possam falar. Um (a) gay pode ser censurado (a) quando deixa aflorar seus sentimentos, sendo esmagado diariamente por sua consciência, sentindo que não pode ser quem é, tendo que usar máscaras... As máscaras escondem medos, angústias, paranoias, pois quando se sufoca um sentimento, obtendo a sensação de opressão e infelicidade.

Observa-se nos relatos de Chesler que o que a família vai dizer sobre o se assumir tem um peso muito grande. Observa-se um medo de ser deixado à margem, desvinculado de pessoas importantes do seu convívio. Deco em sua fala destaca o apoio que recebeu de sua família, algo de suma importância, para qualquer pessoa que esteja vivenciado uma aceitação individual e social.

A sexualidade, ao longo da história da humanidade (e até os dias de hoje) vem sendo interpretada e transmitida pelas igrejas, escolas e pela sociedade, na maioria das vezes, ainda de maneira reducionista e repressiva, em muitos casos levada à população como um modelador de vidas, posicionando “verdades” e dando formas a imaginação diante do que é certo ou errado. Tendo a noção e a percepção de sua sexualidade, formula-se a “identidade de gênero”, que se dá independente do sexo, onde um ser humano pode ter a identidade de gênero de mulher, de homem ou ainda outras identidades de gênero possíveis, lembrando que a identidade de gênero é uma construção social, e não um signo físico ou biológico como nos aponta Bonfim (2010, p. 174):

Identidade de gênero refere-se à forma como alguém se identifica, se apresenta, para si próprio e aos que o rodeiam, bem como, relaciona-se à percepção de si como ser “masculino” ou “feminino”, ou ambos, independe do sexo biológico ou de sua orientação sexual, ou seja, da sua maneira subjetiva de ser masculino ou feminino, de acordo com comportamento ou papéis socialmente estabelecidos.

A sexualidade é muito mais do que meramente um ato sexual, ela é mais abrangente, como nos mostra Nunes e Silva (2006, p. 73):

[...] a sexualidade é uma marca única do homem, uma característica somente

desenvolvida e presente na condição cultural e histórica [...]. A sexualidade transcende a consideração meramente biológica, centrada na reprodução das capacidades instintivas [...]. A sexualidade é a própria vivência e significação do sexo, para além do determinismo naturalista, isto é, carrega dentro de si a intencionalidade e a escolha, que a tornam uma dimensão humana, dialógica, cultural [...]

É necessário mostrar, com muita ênfase, também, que a sexualidade é um fator historicamente construído pela humanidade, como salienta Foucault (1982, p. 12):

A sexualidade é um “dispositivo histórico”, visto que, é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”. Sua definição e dispositivo sugere a direção e abrangência de nosso olhar.

Na resposta de Chesller sobre a auto percepção como “gay”, nota-se que se existisse a escolha de ser ou não homossexual, a heterossexualidade seria a opção desejada, pois estando em uma sociedade que ainda vê a homossexualidade, em muitos casos, como doença ou falta religiosa, é natural o desejo de estar em um grupo visto como “normal”. Em uma sociedade onde impera o preconceito e as divisões sociais, raciais e de gênero, a noção predominante sobre sexualidade é a da heteronormatividade, ou seja, só é considerada aceitável a relação sexual entre um homem e uma mulher, sendo a procriação da espécie seu único sentido.

7.1.3 A homossexualidade e seus estigmas

Os dois entrevistados relataram como a homossexualidade é vista na sociedade. Um deles aborda o estigma da homossexualidade e o *HIV/AIDS*. O outro aborda a visão de pecado que algumas religiões impõem diante dos gays.

L.B (...) Paro pra pensar toda hora, povo acha que só GAY pode ter AIDS, parece que sou um objeto de doenças - CUIDADO, NÃO ME TOQUE! - risadas.

D.R Fiz parte de uma igreja que via a homossexualidade como algo do Diabo. Muitas vezes saia de lá tonto, de tanto que era jogado para um lado e para outro, aquilo me feria. Deus tinha que me amar como sou poxa! Não gosto de mulher, mas, sou seu filho também, penso dessa forma! (...)

L.B em sua fala nos mostra sobre o que o mesmo vivencia na questão de ser

homossexual e de conviver com o estigma e, por ter essa orientação sexual ser taxado como portador do vírus *HIV/AIDS*. O advento da *AIDS* nos anos 80 serviu de motivo para o recrudescimento de preconceitos contra os homossexuais, e a própria homossexualidade masculina se transformou num sinônimo de *AIDS*. No início, a associação chegou a tal ponto que a doença, recém-descoberta, chegou a ser chamada de GRID (*Gay Related Immunodeficiency*) nos meios científicos e de câncer gay, peste gay ou peste rosa pela imprensa e pela opinião pública.

O impacto da *AIDS* sobre homossexuais chegou a assumir dimensões catastróficas nos países ocidentais, já que estão entre os mais atingidos. Por outro lado, os homossexuais, sejam através de lideranças ou organizações gays, estão entre aqueles que, ainda nos anos 80. Viver com uma doença séria, estigmatizada e potencialmente fatal pode ser extremamente estressante e difícil. Embora alguém com *HIV/AIDS* possa manter-se saudável por muitos anos, existe um medo enorme, e mal entendido por parte da sociedade ou até mesmo pelas pessoas que contraem o vírus. Essas pessoas, podem se deparar com a hostilidade ou rejeição mesmo daqueles mais próximos como amigos e família. Elas podem perder seus trabalhos, suas casas ou relações importantes como resultado de atitude negativa com relação a esta doença. E neste caso, levando o peso do duplo preconceito: portador do vírus e por ser homossexual.

O preconceito sexual que advém da associação da doença aos homoeroticamente inclinados contém significados históricos criados pela linguagem, que passam por diversas conotações. Podemos visualizá-las no discurso médico como anomalia; no psiquiátrico como neurose; no psicanalítico como perversão; no senso comum como indecência. “Esses discursos incidem na moral desses sujeitos e refletem na maneira como lidam com o contágio da *AIDS*. (COSTA, 2002)”.

O estigma e a discriminação são processos de desvalorização dos sujeitos, que produzem iniquidades sociais e reforçam aquelas já existentes. Viver livre do estigma e de qualquer tipo de discriminação é um direito humano básico e que deve ser respeitado. Ser portador do *HIV/AIDS* não pode e não deve ser motivo para desrespeitar esse direito, seja ele heterossexual, homossexual, bissexual, travesti, etc, pois a garantia de direitos é estabelecida a todos e não somente a um grupo específico.

Abordando sobre o entrevistado L.B., somos levados à reflexão sobre a questão de

Deus e da homossexualidade. Culpar-se diante de se ter nascido “diferente” dos demais é corriqueiro para o público LGBTTI, pois ao ver-se fora dos padrões já estabelecidos pela sociedade, o questionamento pode ser muitas vezes um motivo de fuga ou esconderijo social. Em primeiro lugar precisamos entender que a sexualidade não é uma questão simplesmente de “querer”, ou seja, inerente a sua vontade. O indivíduo tem esta característica intrínseca, faz parte da sua natureza, simplesmente nasceu assim, do contrário, quem é que “optaria” por passar por tanto preconceito, marginalização, exclusão social e familiar, *bullying*, violência, incompreensão, intolerância religiosa e tantos outros sofrimentos.

7.1.4 De fora da família e do âmbito social: preconceito

Os dois entrevistados abordam sobre a não aceitação de suas orientações sexuais perante suas famílias e pela sociedade que o cercam. Um deles relata momentos de humilhação e desprezo, por ser visto como diferente dos outros. Outro entrevistado relata sobre a preocupação de seus pais diante de doenças sexualmente transmissíveis no momento em que o mesmo se encontrava namorando, deixando claro ainda a estigmatização da *AIDS* diante do público LGBTTI.

L.B (...) Foi muito complicado meu processo de aceitação por minha família, tive que dar passos de formada e sempre ter comigo: um dia eles vão entender e se não entenderem, ai seguirei meu caminho, mas antes disso plantarei todas as minhas sementes: a pessoa que sou, meu caráter, minha honestidade e principalmente sagrar o ser que eu sou. (...) fora, somos humilhados. Penso que seria diferente se o mundo fosse também diferente, pois não quero ser visto como um gay, e sim, como um rapaz normal.

D.R Quando eu namorava, antes de me casar, meu ex ia na minha casa, ficava comigo no quarto (meus pais não gostavam de olhar, mas diziam sempre - Se cuidem! - pensando em camisinha). (...) Hoje em dia, quem sabe sobre aceita, mas não faço muita questão que eles saibam de muita coisa de minha vida.

Analisando a fala de L.B é possível destacar a importância que o homem contemporâneo atribui à construção de caráter, de uma identidade própria, carreira

profissional e de questões que permitirá a este uma vivência harmônica em sociedade. As pessoas, historicamente, associam a formação pessoal ao contexto de sociabilidade, preocupando-se com a velha questão: O que será que as pessoas pensam sobre mim?

Quanto à aceitação pela família, cabe destacar a importância que a pessoa que assumirá uma identidade não heteronormativa em compreender questões socioculturais que contemplam o raciocínio, a personalidade, os costumes e os hábitos de suas famílias.

Porchat (2008) afirma a dificuldade de assumir uma identidade e assim, apresentá-la ao meio sociofamiliar quando esta apresenta aspectos de rejeição. A autora revela que este conflito social em assumir uma sexualidade em um contexto conservador acarreta no indivíduo fragilidades emocionais que podem levar à prática de atos contra a própria vida ou mesmo o adoecimento mental. Ele aponta o sofrimento vivenciado em “ter de ser de um sexo definido” (PORCHAT, 2008, p. 48) ou mesmo de sofrer a imposição de uma linguagem sexual heteronormativa (BUTLER, 2003).

O pensamento social conservador ainda é tão forte, que a homossexualidade, transexualidade ou a travestilidade ainda sofrem com a visão da anormalidade, e o mais preocupante é que pessoas que expressam estas sexualidades tão rotuladas e estereotipadas também se consideram anormais, como revela o entrevistado L.B. Sua angústia e percepção de si remete para as implicações que a visão conservadora transmite à sociedade e seus rebatimentos frente ao público LGBTTI, que para alguns, vivem uma anormalidade.

Segundo Silva (2009), são várias as agressões que vulnerabilizam socialmente e psicologicamente os LGBTTI's, como a violência e/ou discriminação são relacionados à motivação individual, mídia, sistema educacional, discriminação familiar e doméstica, discriminação no trabalho, saúde, segurança, legislação e sistema judiciário, organização popular e religião.

Assim, o pensamento conservador observa a sexualidade não heteronormativa como “uma afronta à moral e aos bons costumes, a homossexualidade permanece como alvo da rejeição social, sendo rotulada como anormalidade, gerando um sistema de exclusão impulsionado pelo preconceito” (SANTOS, 2007, p. 01).

Por outro lado, há aqueles que vivem em um contexto familiar mais esclarecido, com uma mentalidade expandida frente às diversidades do mundo moderno. D. R. deixa claro que sua família, mesmo sentindo uma contrariedade frente à sua relação homoafetiva, não impedia que esta fosse vivenciada. Atualmente, pensa-se que o papel das tecnologias de comunicação e informação e principalmente o papel da educação como protagonista da educação sexual é muito importante no sentido de esclarecer questões de ordem relacionadas à dimensão da

sexualidade humana, que transcende o fator biológico para o campo sociocultural, socioafetivo, cognitivo e histórico.

Mott (2002, p.9) analisa a sexualidade humana “como uma construção social e uma expressão cultural”, devendo ser trabalhada com as famílias e jovens, sejam crianças e adolescentes, no sentido de trabalhar a educação enquanto respeito, tolerância, formas de lidar com familiares que vivem as múltiplas sexualidades, cuidados com a saúde, rompendo estigmas e preconceitos que acentuam a violência urbana frente os LGBTTI's.

7.1.5 O social: amizades e convivência

Neste cenário, apenas um entrevistado relatou sobre seu ciclo de amizades e sobre os locais onde frequenta, mostrando também sobre a falta de confiabilidade de seus pais diante de suas ações.

L.B Vou para a casa de meus amigos, para as baladas (fervos), bebo (muitas vezes até cair - risadas) e também beijo (quando dá - risadas). Como meus pais me acham ainda "criança" (mesmo sendo quase uma maricona), tive que me casar para conquistar independência.

Geralmente o círculo social dos homossexuais contemplam pessoas que também vivem as mesmas expressões sociais, sendo o grupo de amizades somado, em alguns casos, por homens e mulheres heterossexuais, sendo o grupo feminino, o mais presente.

Segundo pesquisa de Silva (2009), 88% dos LGBTTI's entrevistados constituem seus círculos de sociabilidade com outros LGBTTI's. Os demais 12% verbalizaram possuir amizades com homens e mulheres heterossexuais, destacando não ver problema nesta relação.

Muitos sentem receio pelo fato da discriminação, temem ser alvos de chacota, de brincadeiras sem graça, de ofensas mais graves, principalmente entre o público heterossexual masculino. Esse público apresenta uma parcela que ainda cultua o machismo, tornando-se intolerantes frente à diversidade sexual. Existem mulheres que se enquadram no perfil citado, entretanto é importante destacar a aceitação de heterossexuais em possuir amizades com homossexuais, rompendo com concepções de “se ando com gay, posso ser considerado gay também”.

Cada um possui uma identidade que vai sendo desenvolvida ao longo do processo de

formação da pessoa humana. Hoje é comum observar círculos sociais de amigos que apresentam uma multiplicidade de identidades sexuais. Essa realidade felizmente mostra que é possível existir mudanças no tocante ao fim da intolerância e instalação da paz e da aceitação de LGBTTI's na sociedade contemporânea.

Quanto ao posicionamento de L.B. este afirma possuir vida social com amigos nas suas moradias e em baladas. Deixou claro o uso de bebida alcoólica e mencionou que nem sempre se relaciona com alguém nos entretenimentos que pratica.

Cabe mencionar que culturalmente, o homossexual é visto como uma pessoa promiscua e libertina, todavia, é importante deixar esclarecido que questões de fetiches sexuais ou nas palavras de Foucault (2007) fazer uso dos seus prazeres através do contato corporal, com liberdade e autonomia não está formatada apenas no desejo dos LGBTTI's, o público heterossexual também constrói desejos e fetiches que, muitas vezes, pela dinâmica social conservadora em que vivem não são vivenciadas ou saciadas, caindo assim, na frustração, acentuando as formas de julgar e apontar críticas frente àqueles que manifestam seus desejos.

7.1.6 Quando eram alunos/as: homofobia existia?

Os dois entrevistados relataram momentos de agressões nas escolas onde estudaram. Um deles foi diversas vezes chamado por nomes pejorativos e até mesmo teve problemas na adolescência por esses fatos. O outro escutava de colegas, brincadeiras de mau gosto e até mesmo relata tentativas do diretor da escola onde estudava para o afastar dos outros alunos.

L.B. Sim, várias vezes eu fui chamado com nomes pejorativos, já tacaram pedras em mim na escola, já recebi um chute na perna por ser gay, e por isso tive muito problemas principalmente na adolescência, eu deixei de ir em alguns lugares e quase não saía de casa por causa disso.

D.B. Já ouvi: bicha, viado, boiola, frutinha, isso era normal na escola. Muitos até falavam: vem de saia hoje! vem de salto! Mariquinha! Chegava em casa chorando, nossa! (...) No terceiro ano do Ensino Médio o diretor do colégio me fez separar os assentos dos meus colegas que me aceitavam na estratégia de me afastar daqueles "que estavam me influenciando".

As falas dos entrevistados deixam claro que família e escola não estão preparadas

para trabalhar a sexualidade humana com a juventude. A família há que considerar questões culturais que dificultam este trabalho, mas a escola, é inadmissível que em pleno século XXI, ainda trate a diversidade sexual como tabu, mesmo observando os índices de violência entre alunos, como ilustraram os entrevistados, que foram vítimas das mais variadas violências, sendo as principais: física (pedradas e chutes), psicológica (viadinho, vem de saia hoje) e até mesmo violência moral (a atitude do professor que não contribuiu com a defesa e o respeito do aluno).

7.1.7 Locais públicos: correndo de pedradas

Os entrevistados relataram sobre agressões vivenciadas em locais públicos. Os dois sofreram algum tipo de agressão em diferentes locais, como escolas, igrejas, bares, restaurantes, etc.

L.B. Estava em uma festa da faculdade e acabei ficando com uma menina, na frente de muita gente. Quando ficamos, muitos homens que estavam perto da gente começaram a gritar e a tirar fotos com o celular, e chegavam perto de mim e da menina que eu estava, pedindo pra entrar no meio de nos duas. Eu no começo ri um pouco da situação, mas depois deixou de ter graça, quando eles não paravam de tirar fotos, mesmo quando eu só estava conversando com a menina (...)

D.R. Eu tinha 15 e o cara 30 anos. Ele havia me visto na rua, me adicionou na internet e começou a conversar. Através de um perfil "fake" ele descobriu que eu não havia ficado com homem, mas que tinha vontade, que eu achava que era gay. A partir daí ele começou a me ameaçar de morte, me seguia quando eu saía da escola para que eu transasse com ele. Eu estava com muito medo, eu era muito imaturo e ingênuo, ainda brincava com carrinho, fui criado com primos menores de idade sempre fui muito "mulecão"... Resultado, eu tive que contar para meus pais para não ter que sair com o cara. Ele dizia que ou eu saía com ele, ou ele transformaria minha vida num inferno. Assim como ele, existem muitos pedófilos por aí, ele ainda está livre, nunca foi preso e fiquei sabendo que não fui o único que ele ameaçou e que ele é traficante. (...)

Em concordância com Mott (2002) sobre o processo histórico do preconceito, há séculos, os homossexuais são discriminados e sofrem com práticas violentas que perpassaram os séculos só modificando as formas de ação e não abolindo-as de uma vez por todas. Nos

séculos referentes à Idade Média existiam as torturas e a Inquisição do Santo Ofício com a incineração de homossexuais em praças públicas através da fogueira. Hoje, existem armas de fogo, a força física, armas brancas, dentre outras que estendem ainda mais o preconceito histórico enraizado na sociedade ocidental moderna.

Os insultos, o mau atendimento e a indiferença também são formas de violência contra LGBTTI's, pois viola-se os direitos de liberdade de expressão, bem como direitos do consumidor como o de ser bem atendido em estabelecimentos comerciais. L.B. destaca indiretamente o despreparo de profissionais em lidar com a diversidade sexual, misturando princípios morais particulares no ambiente de trabalho; e D.R. menciona os riscos que sofrera por recusar uma relação sexual com uma pessoa mais velha.

A violência física é uma das mais preocupantes na problemática da homofobia, pois com esta prática, a vítima perde direitos como de liberdade de expressão, de ir e vir, de viver em paz em sua comunidade, de ser respeitada independente de qualquer característica, sexualidade, raça, etnia, religião que essa pessoa venha a ter, dentre outras.

O segmento LGBTTI é considerado por alguns intelectuais como uma categoria de minorias sociais, ou seja, grupos específicos que possuem concepções, formas de manifestação e expressão restritas ao seu grupo.

Somos obrigados a reconhecer que de todas as chamadas “minorias sociais”, no Brasil, e na maior parte do mundo, os homossexuais continuam a ser as principais vítimas do preconceito e da discriminação. Todos nós já ouvimos mais de um pai declarar: “prefiro ter um filho ladrão do que homossexual”! (MOTT, 2006, p. 511).

Mott ainda apresenta dados apontando os índices de crueldade e assassinatos de homossexuais por grupos de intolerantes. Ele aponta que “a cada dois dias um homossexual continua sendo brutalmente assassinado no Brasil, vítima da homofobia” (p. 513). Os anos de 1990 a 1999 são os que mais se registrou índices de assassinatos (1256). A fonte foi extraída do Grupo Gay da Bahia e da ABGLT. Até 2004 registram-se números de 671 assassinatos. O autor frisa que essa pesquisa cobre dois terços do território nacional, ou seja, os índices em nível nacional são mais elevados.

7.1.8 E-JOVEM

Dois entrevistados relataram sobre a abertura da E-JOVEM. Um deles falou que muitos religiosos foram contra a abertura, porém, até um prêmio a escola recebeu, mostrando seu papel perante a sociedade. O outro entrevistado disse que muitas críticas foram realizadas

diante de uma nova proposta de escola, porém, o mesmo mostra que não se importa com tais palavras e que isso não o afetou.

L.B. Muitos religiosos contra, muita gente desinformada contra (até de dentro da comunidade LGBTTI), mas muito apoio no geral - fomos até premiados como melhor projeto educacional voltado à diversidade de 2010.

D.R. Foi alvo de críticas e também de aplausos, ninguém é 100% aplaudido também, todos nós sabemos disso, sempre vai ter alguém para achar algum defeito. Claro, temos muitos erros e aprendemos com eles, porém, nossa maior felicidade está no sorriso dos jovens, quando aprendem algo ou quando se abrem.

A proposta da Escola Jovem se mostra interessante pois parte da intencionalidade de explorar aspectos educacionais voltados para a pluralidade sexual existente na atualidade.

Romper com tabus, apresentar debates polêmicos, trabalhar a sexualidade e suas expressões cotidianas compreendem em ações desafiadoras e que merecem visibilidade e pauta, considerando os elevados índices de preconceitos e visões distorcidas que membros da sociedade ainda apresentam frente os LGBTTI's.

7.1.9 Suas funções como escola

L.B. Basicamente, permitir a livre expressão desses jovens e oferecer técnicas para que eles se expressem da melhor maneira possível. “Temos por princípios norteadores do projeto o reconhecimento e a valorização da diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero”. Em três anos, esperamos conseguir criar um espaço de convivência para adolescentes e jovens onde todas as formas de expressão identitária sejam incentivadas, ao invés de reprimidas, como muitas vezes acontece no ambiente escolar formal. Também é nosso objetivo capacitar esses jovens em diferentes formas de expressão, para que eles exercitem as com as quais mais se identifiquem e o façam da melhor forma possível (...)

D.R. Diferenciada por seu público, mas não se pode dizer que apenas gays podem estudar aqui, isso é uma inverdade. Muitas amigas e amigos (héteros) aparecem aqui para conversar, conhecer, as meninas querem aprender a andarem de salto nas aulas de Drag e tudo mais. Aqui é aberto para todos, difere apenas na questão do público alvo.

A E-JOVEM, segundo a fala dos entrevistados, objetiva trabalhar questões

educacionais e sociais a respeito da diversidade sexual, orientando jovens LGBTTI's sobre a multiplicidade cultural existente neste contexto.

Tal escola consiste em uma iniciativa governamental que, com apoio da sociedade civil organizada oferece ações de desenvolvimento social, visando a emancipação dos sujeitos LGBTTI's em seus contextos territoriais, ensinando-os a lidar com a sexualidade humana e seus enfrentamentos na sociedade ainda marcada pela homofobia.

A parceria Estado – Sociedade ilustra a visão antes neoliberal e agora neodesenvolvimentista de política econômica e social, sendo que o poder público volta a assumir as responsabilidades frente a sociedade, todavia sem perder a parceria com a sociedade civil. Tendo o projeto pedagógico, em sua amplitude da proposta, como libertária e inovadora.

7.1.10 E-JOVEM? Pra que?

Os entrevistados abordaram sobre o trabalho da E-JOVEM. Um deles diz ser de apoiar, formar e lutar pelos direitos LGBTTI. O outro diz que é um modo de dar voz a juventude gay. Os relatos podem ser verificados a seguir:

L.B. Oferecer APOIO, FORMAÇÃO e LUTAR PELOS DIREITOS dos adolescentes LGBTTT. (...) Nos tempos atuais, vejo que o papel da E-JOVEM foi de abrir os olhos dos alunos, para saberem lidar com novas situações, se modificarem e ampliarem conhecimentos, terem estratégias para resolverem problemas, conviverem em grupo e saberem se relacionar e que assim, apontem sugestões necessárias a todas as pessoas, em qualquer momento, dentro e fora da escola.

D.R. Promover a voz da juventude LGBTTI, silenciada por anos e anos pelo preconceito e por falas de políticos. (...) Foi uma entidade pioneira no trato a jovens LGBTTI's, sua importância deu-se ao atender jovens que são marginalizados e excluídos culturalmente, socialmente e sem acesso a políticas públicas. (...) Entender o homem como alguém capaz de se modificar, alguém que está em constante e contínuo processo; capaz de conscientizar-se do que sabe e ampliar seus conhecimentos a partir de uma mediação, de um local diferente, para receberem o "diferente" e mostrar para ele que o mundo pode o aceitar como tal. Os alunos da E-JOVEM procuravam sempre mostrar de onde vieram e para onde

vão, e a escola buscou dar caminhos para esses jovens que muitas vezes são deixados por suas famílias e esquecidos pela sociedade.

A escola, instituição social de formação humana é uma importante ferramenta que deve atuar no combate a todas as formas de preconceito, sendo uma delas a diversidade sexual humana, nas relações homossexuais.

Educar as novas gerações, realizar uma reeducação através dos veículos de informação presentes no cotidiano das famílias, de todas as classes socioeconômicas voltadas à trabalhar a sexualidade humana e suas múltiplas formas de expressão corresponde à transformar a realidade social das minorias discriminadas, neste caso, dos LGBTTI's, no sentido de quebrar com uma tradição pejorativa construída pelos homens através da história, demonstrar a diversidade sexual humana positivamente, com vistas a promover a inclusão social com respeito e igualdade, trabalhar as pessoas para que a orientação sexual não seja motivo para discriminação e violência contra um sujeito.

Podemos crer que uma educação sem preconceitos poderá lidar com essa compreensão do caráter convencional das instituições humanas e dentre elas a sexualidade. Assim, no tocante à sexualidade, uma educação sem preconceitos implicará uma educação para a qual as convenções dos padrões sexuais de uma determinada sociedade e época serão tratadas como tais, podendo ser questionadas, alteradas e substituídas (SOUZA FILHO, 2001, p. 01 – 02).

Dessa forma:

Sem preconceitos, a educação pode relativizar a força dos padrões e das convenções, ao mesmo tempo em que pode contribuir com o alívio do sofrimento das pessoas pela crença de que estes mesmos padrões e convenções são produtos intransformáveis, divinos, etc. (SOUZA FILHO, 2001, p.2).

O preconceito ainda está enraizado nos espaços de sociabilidade, realidade observada nos questionários, entrevistas, nas próprias temáticas da Parada do Orgulho LGBTTI de São Paulo, na revisão de literatura realizada no percurso de elaboração da presente pesquisa e através das informações transmitidas pelos veículos de comunicação presentes atualmente. Porém, com as mobilizações existentes em âmbito estatal e sociedade civil, é possível observar a importância que a diversidade sexual está ganhando.

Até então, pouco se falava de diversidade, entretanto, as discussões de intelectuais

sobre temas diversos englobam nas pautas a vertente da sexualidade humana e suas múltiplas formas de expressão.

7.1.11 Método de ensino E-JOVEM

Um entrevistado abordou sobre o método utilizado na E-JOVEM.

D.R. (...) Nosso método pode ser sintetizado por meio da seguinte fórmula: “Da prática ao conhecimento, do conhecimento à prática”: prática existencial conhecimento sensível > conhecimento racional > prática revolucionária. Para isso, nosso trabalho foi realizado em atividades que envolviam três formas de expressão (gráfica, cênica e artística), exploradas ao longo de três anos, da seguinte forma: ANO 1: Expressão Gráfica - Criação de Fanzines; Expressão Cênica - WebTV; Expressão Artística - Dança. ANO 2: Expressão Gráfica - Criação de Revistas; Expressão Cênica - Teatro; Expressão Artística - Música. ANO 3: Expressão Gráfica - Criação Literária; Expressão Cênica - Cinema; Expressão Artística - Performance Drag Queen (...)

Entende-se que o trabalho voltado para a sensibilidade do ser humano é capaz de instruir e formar o cidadão a compreender com mais facilidade e discernimento questões internas, que envolvem sua vida íntima, como também aspectos sociais e suas relações com as particularidades de cada sujeito.

O método apresentado pelo entrevistado objetiva educar o jovem, para que, através do conhecimento adquirido e da sensibilidade estimulada, possa disseminar o apreendido buscando melhorar as relações sociais nos espaços de convivência e sociabilidade.

7.1.12 Diretor da E-JOVEM

Um entrevistado abordou sobre o papel do diretor da escola, que cuidou da gestão de pessoal, atendimento aos alunos e pais, gerenciamento de recursos financeiros, questões legais e administrativas, busca por parcerias, resolver conflitos internos e, acima de tudo, buscava com que tudo isto estivesse a serviço da aprendizagem dos alunos, função, segundo ele,

principal da escola.

D.R. (...) Ao diretor ccabia executar este projeto, que contava com educadores em todos os cursos que desenvolviam as atividades, avaliavam os alunos e coordenavam os produtos desenvolvidos (...)

A função de direção, ou melhor, liderança é importante, pois retrata todo o desenvolvimento das ações propostas. É a partir da postura do gestor de cada projeto que é possível verificar a qualidade do andamento do trabalho, considerando índices de adesão e permanência dos jovens nas atividades, motivação dos profissionais que desenvolvem os trabalhos, relações com a comunidade, qualidade das atividades burocráticas, como os resultados obtidos frente à população alvo.

7.1.13 Avaliação institucional

Um entrevistado abordou sobre o modo de avaliação institucional, sendo os cursos vistoriados pelos respectivos educadores (professores).

D.R. (...) Cada curso era constantemente avaliado pelo respectivo educador junto à direção. Avaliações semestrais também eram feitas por toda a equipe, em conjunto. A palavra dos alunos era sempre bem-vinda.

O processo de avaliar consiste em “colocar em questão” (BAPTISTA, 2000) a realidade planejada, confrontando-a com o executado. Em outras palavras, concordando com Baptista, a avaliação acontece desde o start de uma ação, mesmo ainda sem realizar a sua documentação. É tomar partido de uma realidade e analisá-la sob o viés técnico, crítico e reflexivo.

A avaliação é uma negação do planejado e do realizado para sua superação. Quando se está avaliando, está se colocando em questão a proposta, sua realização e seus resultados. Este “colocar em questão” não é simplesmente uma negação, mas também um caminho de superação da ação, apropriando-se dos aspectos que foram se mostrando frutíferos para o alcance das intencionalidades que a nortearam e modificando aqueles que se mostraram inadequados, ou que foram sendo superados no decorrer do processo (BAPTISTA, 2000, p. 114).

O processo avaliativo é importante, pois além de negar o executado, proporcionará ao trabalho, indicadores e resultados concretos que vise a superação de dificuldades e o aprimoramento do que deu certo colocar em prática. A participação de todos os envolvidos, desde direção, educadores e alunos se mostra importante para o exercício democrático e para a otimização do trabalho do E-JOVEM.

Colocando como desafio, seria interessante um trabalho de sensibilização familiar e inserir esta no processo de avaliação dos trabalhos, reportando a mesma para uma visão macro, ou seja, além E-JOVEM, considerando os impactos sociais do trabalho na esfera comunitária.

7.1.14 Resultados obtidos pela E-JOVEM

Os entrevistados acreditam que a E-JOVEM obteve resultados na luta contra a homofobia, mas um deles aponta que a escola sozinha não conseguiu resolver o problema.

L.B. Acho uma atitude pioneira e que apesar de eu acreditar que não sane o problema da Homofobia, esta é uma alternativa para reduzir atos de violência num futuro próximo.

D.R. Não depende de uma única entidade resolver as mazelas da comunidade LGBTTI, mas o E-JOVEM é uma ferramenta fundamental na conquista dos direitos LGBTTI.

Dedicar-se ao trabalho, criar estratégias didáticas para despertar a atenção do alunado e resistir ao preconceito e aos valores retrógrados de uma sociedade ainda conservadora e hipócrita são mecanismos de otimização e potencialização do trabalho, pois somente levando as ações a sério, acreditando nos seus impactos sociais é que os alunos perceberão a seriedade das atividades e o que as mesmas podem oferecer de positivo aos mesmos.

7.1.15 E-JOVEM funcionou como uma escola inclusiva?

Os entrevistados mostraram que é importante na educação brasileira, noções de direitos humanos, para que a juventude aprenda desde os primeiros anos escolares a lidar com

questões que transcendem as morais particulares de cada pessoa dentro do seu contexto sócio-histórico e cultural.

L.B. A proposta é bacana, mas sinto que deva ser amadurecida para: educar para diversidade. Se em um ambiente como o nosso, da escola, tem o respaldo dos professores e pais, eu acho ótimo, porém, penso que muitos pais aqui nem querem ver os filhos. Tenho ainda meu caso, que sofri bullying e preconceito desde a 5 série até....bem...até hoje. A educação inclusiva esta no caminho certo, e aos poucos vai amadurecendo. Vamos contribuir para esse amadurecimento e não para sua extinção, pois é um movimento muito bonito, a escola aqui de Campinas é bonita, mas poderia estar nas outras também, seria uma boa.

D.R. (...) Lembro que a escola que eu estudei valorizava o respeito ao ser humano. Com 9 anos, quando entrei para o fundamental, comecei a estudar uma matéria que abordava vários assuntos ligados à ética e a cidadania, entre eles, a sexualidade e a diversidade da mesma. Tive, além de colegas, professores(as) e coordenadores (as) homossexuais assumidos e com eles, também nunca presenciei uma atitude homofóbica. Tive a sorte de ter “aprendido” a respeitar a diversidade desde pequena. Participei na escola de projetos culturais, debates, palestras com psicólogos, entre outros, que me ajudaram a formar-me uma pessoa melhor. Acredito que todas as escolas deveriam ter um exemplo assim, pois além de ser doloroso para uma criança gay a discriminação, todas as pessoas que estão ao redor da mesma, também “aprenderão” a respeitar e aceitar a diversidade.

Interpretando a fala dos entrevistados, compreende-se que é importante que educação brasileira, insira no seu currículo noções de direitos humanos, para que a juventude aprenda desde os primeiros anos escolares a lidarem com questões que transcendem as morais particulares de cada pessoa dentro do seu contexto sócio- histórico e cultural.

A expressão direitos humanos é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida (DALLARI, 2004, p. 12).

São direitos fundamentais: o direito à vida, à alimentação, à higiene, a ser tratada como pessoa, ao emprego, à higiene, ao teto, ao vestuário, ou seja são direitos que visam garantir o mínimo necessário para uma pessoa sobreviver no meio em que vive. Segundo Dallari (2004) esses direitos devem ser garantidos desde o nascimento.

Esses direitos “correspondem a necessidades essenciais da pessoa humana”, ou seja, “necessidades que são iguais para todos os seres humanos e que devem ser atendidas para que a pessoa possa viver com a dignidade que deve ser assegurada” (id. p. 13).

Direitos implicam em garantir a dignidade e cidadania. A dignidade compreende na pessoa ser respeitada e poder usufruir dos direitos para uma qualidade de vida satisfatória, a cidadania consiste no direito de participar da vida em sociedade, das decisões políticas, de se inserir na política, de usufruir de direitos como saúde, trabalho, moradia, desde que cumpra com seus deveres.

A dignidade e cidadania proporcionam liberdade a essas pessoas. A liberdade é um direito que a pessoa tem de ir e vir, de se expressar, de fazer o que quiser, onde quiser, desde que respeitando as normas de conduta estabelecidas no seu meio social, respeitando as diferenças e a diversidade de comportamentos e de cultura.

No tocante a estes direitos, a esta compreensão de “ser humano”, a educação básica tem o fundamental papel de ensinar aos jovens as múltiplas expressões sociais, biológicas e culturais das pessoas, inferindo sempre o conceito de respeito, tolerância e diversidade, formando cidadãos preparados para lidar e disseminar conhecimentos que poderão transformar para melhor a sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Minayo e Silva (2018) a literatura mostra que países da Europa e das Américas têm caminhado cada vez mais para o reconhecimento da igualdade de direitos civis para a população LGBTTI. Por exemplo, já são 17 os países em que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é permitido. No Brasil, a união estável entre essas pessoas é reconhecida por autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) desde maio de 2011. O Programa “Brasil sem Homofobia”, (Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Secretaria de Direitos Humanos) desde seu lançamento, em 2004, busca superar a violência e a discriminação contra a população LGBTTI e fomentar a promoção de sua cidadania, neste caso, levando em conta a E-JOVEM. No Brasil, várias leis têm sido criadas para melhorar ou garantir os direitos dos homossexuais, o que é fruto de um forte movimento dos grupos que compõem esse segmento, concomitante às correntes de democratização do país em torno dos direitos chamados de quarta geração (FARAH, 2004).

Ainda segundo Minayo e Silva (2018) vários estudos apontam para sinais de mudança nas mentalidades. É o caso da pesquisa nacional realizada por Vera e Francisco. (2008), por meio da qual, os autores observaram avanços da consciência social sobre os direitos da população LGBTTI, particularmente, nas gerações mais jovens que tendem a ser mais tolerantes e igualitárias. Pesquisa de Costa (2012), em Sergipe, igualmente, ressaltou a importância do movimento homossexual e também de agentes ligados à saúde e à segurança pública na consolidação da legislação estadual sobre as pessoas LGBTTI.

O Brasil vivencia ainda hoje o fato de partidos políticos de cunho religioso e outros grupos moralistas interferindo nas questões referentes à sexualidade, considerando todas as manifestações não heteronormativas uma afronta “à moral e aos bons costumes”.

No entanto, a diversidade sexual não fere direitos correlatos à liberdade das pessoas. Compreender, legitimar e politizar a diversidade sexual é atentar-se à garantia da liberdade incondicional que todo ser humano necessita para se desenvolver.

Quando um Estado, representado por políticos moralistas defendem ideais excludentes, como por exemplo, quando negam reconhecer direitos aos LGBTTI's, estão

ferindo não só as pessoas, mas também a carta constitucional e tratados internacionais que preconizam a liberdade.

Deixar de reconhecer e legitimar a existência digna dos LGBTTI's nesta nação é perpetuar um histórico de violência e preconceito frente a este público; é manter a nação estagnada no tempo, desrespeitando o povo que aqui nasceu ou que escolheu o Brasil como território para moradia e desenvolvimento.

Discutir sexualidade e suas múltiplas expressões é pensar nas oportunidades sociais, civis e políticas que todos merecem possuir. Debater a questão sexual e as implicações sociais nesta é pensar em melhores condições de vida aos LGBTTI's.

Nota-se que muitas pessoas têm se mobilizado no sentido de questionar as privações a que estão submetidas e exigem uma olhar mais sensível por parte do Estado para questões de ordem racial, de gênero e de sexualidade. Estes aspectos se tornam, portanto, fundamentais quando se pensa desenvolvimento humano e social. Abordar uma escola destinada ao público LGBTTI's em um programa de Pós – Graduação em Educação Escolar é saber reconhecer a importância de estudos que podem ser úteis para a ampliação nas produções científicas referentes ao segmento LGBTTI, além de refletir sobre possibilidades para garantia de seus direitos e sociabilidade na sociedade contemporânea, mostrando que a humanidade se desenvolve de acordo não só com as mudanças econômicas e sim com mudanças sociais.

A E-JOVEM proporcionou aos alunos momentos de libertação diante da opressão vivida por cada um, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passou para seus alunos e a comunidade, o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo se isso não existisse ao menos no espaço escolar da E-JOVEM.

Como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que vemos e convivemos cada dia mais com uma diversidade sexual cada vez mais rica e menos rotulada, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas de pessoas, grupos e instituições conservadoras. Esse embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão originada nos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos. Na família, no círculo de amigos, na comunidade, no trabalho e, é claro, na escola.

É fundamental hoje que se ampliem, criem e estabeleçam políticas públicas voltadas para profissionais de educação que trabalhem para deslocar as discussões sobre a

homossexualidade.

É importante ampliar o debate sobre sexualidade, gênero, sexismo, enfim, uma série de questões mais amplas e que são fundamentais para a superação de um ambiente homofóbico na escola.

Gadotti (2000, p 41) questiona “que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos 20 anos, para viver este mundo tão diverso?” Certamente, eles e elas, necessitam de uma educação para a diversidade, necessitam de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade. Uma escola que eduque para a pluralidade cultural, que perceba o outro como legítimo outro, o qual possui uma história, uma cultura, uma etnia e que perceba a turma de alunos como heterogênea, visto que cada aluno possui um diferencial, pois provém de lugares, culturas e famílias distintas, apresentando ritmos diferentes para aprender, o que caracteriza a pluralidade no espaço escolar.

A luta dos educadores da E-JOVEM, iniciada em 2009 e finalizada em 2012, pelos direitos e pelo reconhecimento das diferenças não pode ser vista de forma separada e isolada. É preciso que políticas governamentais apoiem os programas educacionais, bem como os meios de comunicação, os quais tem forte influência de persuasão. O professor não pode pensar que a inclusão é exclusividade de deficientes ou de pessoas vistas como “não pertencentes” ao convívio social (visão homofóbica) e que para esta acontecer basta adaptar o espaço físico e ter profissionais qualificados. Isto é preciso, mas não é o suficiente, porque uma escola com olhar voltado para a inclusão social, jamais irá pensar somente no “diferente”, mas sim em todo tipo de diferença que existe e que surge a cada dia. É necessário que a escola prepare as novas gerações para esta educação, voltada para a diversidade. Através desta perspectiva, acredita-se que irão se romper as barreiras negativas construídas ao longo do processo histórico, “o preconceito”. Segundo Junqueira (2012) na escola, a homofobia deseduca e afeta a formação de todas as pessoas. O prejuízo é geral, embora alguns sejam chamados a pagar uma conta bem mais alta.

A E-JOVEM representou uma iniciativa de resistência ao conservadorismo e de emancipação do respeito à visibilidade LGBTTI. As políticas para a juventude ganham com ações da natureza apresentada pela Escola Jovem e a sociedade, mesmo resistente, passa a enxergar (o que é muito importante em um processo de ruptura e desenvolvimento) o trabalho realizado por tal instituição, mesmo por tão pouco tempo.

Pensar a questão da implementação das políticas públicas contra a homofobia importa em uma tentativa de definirmos as políticas públicas. Para Souza (2002), não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública e sintetiza dizendo:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2002).

Conclui-se que a E-JOVEM proporcionou aos alunos momentos de libertação diante da opressão vivenciada por cada um, pode se verificar, nas falas dos entrevistados que o preconceito que ainda existe contra pessoas que vão em caminhos inversos do que a sociedade coloca como padrão, é forte e preocupante. Ao se ter momentos de afetividade e de abertura diante das falas e da preocupação daqueles que sofrem, a E-JOVEM passou para seus alunos e a comunidade, o sentido da liberdade diante da aceitação de suas orientações sexuais, sem medo de represálias, mesmo que isso existisse somente no espaço escolar da E-JOVEM.

A implementação dos programas de políticas públicas contra a homofobia vem atender dispositivo constitucional e garantia suprema dos direitos humanos, objetivando ações proativas dos organismos de segurança pública no combate aos crimes de intolerância, assim como promover no seio da sociedade a cultura da tolerância e respeito às diferenças. Não se concebe a luz do estado democrático de direito que ainda existam sociedades que pratiquem fomentem ou se omitam em relação aos crimes de ódio que vêm dizimando membros de sua sociedade, colocando-os em um segundo plano, empurrando-os para um armário sombrio onde muitos vivem durante toda a vida com medo da discriminação, privados do maior de todos os direitos dados ao ser humano: a felicidade. Apesar de termos já políticas públicas orientadas para este fim, o resultado em termos de diminuição da violência contra a população LGBTTI ainda é insatisfatório no Brasil. É necessário avaliar a eficácia das políticas públicas já em andamento e as finalizadas, como é o caso deste estudo, mas também implementar novas políticas que contribuam com a mudança de mentalidade da população.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Educação e Emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ABRAMOVAY, M., Castro, G. M., & Silva, L. B. (2004). *Juventudes e sexualidade*. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Brasil.

AGÊNCIA BRASIL. *Número de homicídios de pessoas LGBTTI pode ser recorde em 2016*. Débora Brito, 29 dez. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-12/numero-de-homicidios-de-pessoas-LGBTTI-pode-ser-recorde-em-2016>.

AGÊNCIA SENADO. *A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil, alerta Simone Tebet*. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/30/a-cada-11-minutos-uma-mulher-e-estuprada-no-brasil-alerta-simone-tebet>.

_____. *Projeto que criminaliza a homofobia será arquivado*. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/01/07/projeto-que-criminaliza-homofobia-sera-arquivado>. Acesso em 8 fev. 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *JAMA: Gay Is Okay With APA (American Psychiatric Association)*. Disponível em: <http://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/187846>. (tradução livre)

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Being Gay Is Just as Healthy as Being Straight*. Disponível em: <http://www.apa.org/research/action/gay.aspx>. (tradução livre).

ARENDT, H. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, prefácio de Celso Lafer. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA. *Atos dos Apóstolos, capítulo*

15, versículos 28 e 29: Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada. Disponível em: <http://wol.jw.org/pt/wol/b/r5/lp-t/nwt/T/2015/44/15#study=discover>.

BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social: Intencionalidade e Instrumentação. 2ª ed. São Paulo: Veras Editora, 2000.

BALTZLY, Dirk. Stoicism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/stoicism/>. (tradução livre)

BBC BRASIL. *A cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, diz CPI*. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36461295>.

BEN, Pablo. Latin America: Colonial. *GLBTQ Encyclopedia*. Disponível em: http://www.glbqtarchive.com/ssh/latin_america_colonial_S.pdf.

BÍBLIA ONLINE. *Carta de São Judas, versículo 7*: Versão Almeida Corrigida e Revisada Fiel. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/jd/1>.

2º livro de Samuel, capítulo 1, versículo 26: Sociedade Bíblica Britânica. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/tb/2sm/1>.

_____. *Evangelho de S. Mateus, Capítulo 7, versículo 7*: Nova Versão Internacional. Disponível: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/mt/7>.

_____. *Livro de Gênesis: Versão Católica*. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/vc/gn>.

_____. *Primeira carta de São Paulo aos Coríntios, capítulo 6, versículos 9 ao 12*: Nova Versão Internacional. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/1co/6>.

BAILEY, J.M.; ZUCKER, K.J. Childhood sex-typed behavior and sexual orientation: a

conceptual analysis and quantitative review. *Developmental Psychology* 31, jan. 1995, (tradução livre).

Barrientos, J., & Cárdenas, M. (2013). Homofobia y calidad de vida de gay y lesbianas: una mirada psicosocial. *Psykhe*, 22(1),3-14. Recuperado em http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22282013000100001&script=sci_arttext

BONFIM, Cláudia. Gênero, Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Disponível em:<<http://educacaoesexualidadeprofclaudiabonfim.blogspot.com.br/2009/07/genero-identidade-de-genero-e.html>>.

BORRILLO, D. Homofobia. Espanha: Bellaterra, 2001.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. 2009.

_____ Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BOSWELL, John. *Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century*. University of Chicago Press, 1980.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005/1989.

BRASIL. *Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 131/2011*. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>.

_____. *Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/2011*.

Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. *Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002*: Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>.

_____. *Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009*: Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112010.htm>.

_____. *Projeto de Lei 122 de 12 de dezembro de 2006*: Criminaliza a Homofobia. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>.

_____. *Projeto de lei 6.583 de 16 de outubro de 2013*: Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mstrarintegra;jsessionid=DB035646B298E911D0CA4315668C8DB0.proposicoesWebExterno1?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013>.

_____. *Resolução 175 de 14 de maio de 2013*. <Disponível em: <http://www.cnj.jus.br//images/atos_normativos/resolucao/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf>.

Butler, Judith. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (Tradução de Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRUN, J. 1987. O Epicurismo. Trad. Rui Pacheco. Editora Edições 70. Lisboa. Portugal.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de lei 1.151 de 26 de outubro de 1995*: Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>.

CANETTI, E. Diálogo com o interlocutor cruel. In: A consciência das palavras. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.55-72.

CASAMENTO CIVIL.ORG. *Espanha, 28% dos jovens de Madrid considera homossexualidade doença*. Disponível em: <http://casamentocivil.org/casamentocivil/news.asp?uid=260706B>.

CERQUEIRA, Daniel et alli. *Atlas da Violência 2016*. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2016/03/atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf

CLAVAL, Paul. Política, espaço e cultura: as ligações entre poder e religião. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 12, 2011.

COLINVAUX, Dominique. Pensador rigoroso, homem afável. *Revista Educação - História da Pedagogia*, nº 1, São Paulo, 2010.

CONGRESSO EM FOCO. *Em mais de 80 países, homossexualidade é crime*. Luma Poletti em 20 jun. 2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/em-mais-de-80-paises-homossexualidade-e-crime/>.

CONNER, Randy P., *Cassell's Encyclopedia of Queer Myth, Symbol and Spirit*. UK: Cassell, 1998. (tradução livre)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 1 de 22 de março de 1999*: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação

Sexual. Disponível em:

http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.

COSTA, Jurandir Freire, “Homossexualismo/Homoerotismo”, in: *Ética e o Espelho da Cultura*, Rio de Janeiro, Editora Rocco.

COSTA, Nazaré. *Terapia Analítico-comportamental: Dos Fundamentos Filosóficos à Relação com o Modelo Cognitivista*. Santo André: ESETec, 2002.

COSTA, P.R.S.M. Aracaju dos anos 1990: crimes sexuais, homossexualidade, homofobia e justiça. Tese - Ciências Humanas na Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre 2002, 171-188. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em 07 jun. 2017.

CRISTALDO, Heloísa. Violência doméstica mata cinco mulheres por hora diariamente em todo o mundo. *Agência Brasil* 8 mar. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-03/violencia-domestica-mata-cinco-mulheres-por-hora-diariamente-em>.

CRUZ, Sylvio Benedicto. *A teoria da modificabilidade cognitiva estrutural de Feuerstein. Aplicação do Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI) em estudantes da 3ª série de escolas do ensino médio* <10.11606/T.48.2007.tde-10122007-160413>. São Paulo : Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado em Educação.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. Coleção Polêmica. 2ª ed. rer. 13ª impre. São Paulo: Moderna, 2004.

DE FREITAS, Marta Helena; PIASSON, Douglas Leite. Religião, religiosidade e espiritualidade: repercussão na mídia e formação profissional em psicologia. Esferas, v. 1, n.

8, 2017.

DE SOUSA, Francisco Helder Ferreira. A CURA GAY: UMA DECISÃO JUDICIAL QUE AFRONTA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL?. Revista Eletrônica de Direito da Faculdade Estácio do Pará, v. 4, n. 6, p. 1-18, 2017.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; SILVA, Renan Antônio. Maria Cecília de Souza Minayo e Renan Antônio Silva. Revista Educação e Emancipação, v. 10, n. 4, p. 9-10, 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Transfeminismo: Teorias & Práticas. Rio de Janeiro, Matanoia Editora. Ed 2, 2015

DURKHEIM, Émile. *As regras do método Sociológico*. São Paulo: Editora Nacional, 1984.

EL PAÍS. *França desiste de diplomata gay como embaixador no Vaticano*.

Disponível em:

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/internacional/1461061992_775308.html.

ERIBON, D. (1999). *Réflexions sur la question gay*. Paris: Fayard.

_____ Reflexões sobre a questão gay. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

ESPAÑA. *Lei 13 de 1 de Julio de 2005*: modifica el Código Civil en matéria de derecho a contraer matrimonio. Disponível em:

https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2005-11364.

_____ *Real Decreto de 24 de Julio de 1889*: se publica el Código Civil. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1889-4763>.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2007.

EVANS PRITCHARD, E. E. Sexual Inversion among the Azande. *American Anthropologist, New Series*, vol. 72 dec. 1970, 1428–1434.

GALVANINI, Gabriela Ferreira. A Homossexualidade no direito e outros aspectos. *Etic*, vol. 5, nº5, 2009.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em 1ª mão*, Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1998.

FARAH, M.F.S. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FREIRE, P. (1984). Ideologia e educação. Reflexões sobre a não neutralidade da educação. In M. A. Gadotti, *Educação contra a educação* (pp.15-19). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FOUCAULT, Michel. Sexo, Poder e a Política da Identidade. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982. In: *Sexo, Poder e Indivíduo – entrevistas selecionadas*. Trad. David de Souza e Jason de Lima e Silva, 2ª ed. Desterro: Ed. Nefelibata, 2005, 27-45. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/4995/3537>. Acesso em 07 jun. 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____ *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____ *História da Sexualidade: A vontade de saber*. 18ª ed. Traduzido por Maria Thereza da Costa Albuquerque et. al. Vol. 1. São Paulo: Graal, 2007.

_____ *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

GOODE, Erica. On Gay Issue, *Psychoanalysis Treats Itself*. NYT 12 dec. 1998. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1998/12/12/arts/on-gay-issue->

[psychoanalysis-treats-itself.html?sec=&spon=&pagewanted=print](#)>. (tradução livre)

HÉRITIER, Françoise. *Masculino, feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piager, 1996.

HERNÁNDEZ, J. (2013). *Filhas de famílias homoparentais: Processos, confrontos e pluralidades* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

IBGE. *Atlas religioso do Brasil*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ap&tema=censodemog2010_relig>.

ILGA. *Europe Rainbow Map – May 2016*. Disponível em: http://ilga-europe.org/sites/default/files/Attachments/side_a_rainbow_europe_map_2016_a3_small.pdf>.

JORNAL ZERO HORA. *Suprema Corte da Índia examinará descriminalização da homossexualidade*. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/02/suprema-corte-da-india-examinara-descriminalizacao-da-homossexualidade-4966114.html>>.

JOSEFO, Flávio. *Antiguidades Judaicas*. Curitiba: Juruá, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas*. Revista Bagoas – Estudos gay, gêneros e sexualidades. V.1, n.1, julho/dez, 2007. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art07_junqueira.pdf. Acesso em 07 jun. 2017.

_____ "Aqui não temos gays nem lésbicas": estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 2012.

KINGDOM OF NORWAY. *Constitution from May 17th of 1814*. Disponível

em:

<https://www.stortinget.no/en/Grunnlovsjubileet/In-English/The-Constitution---Complete-text/>. (tradução livre)

LEWIS, Clive Staples. *Os quatro Amores*. 2ª. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2009.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. - 8ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARTIN, M. Kay; VOORHIES, B. *Supernumerary Sexes: Chapter 4 of Female of the Species*. New York: Columbia University Press, 1975.

MAUSS, Marcel. *Manual de Etnografia*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MENA, Fernanda. Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos. *Folha de São Paulo*,

21 set. de 2016. Disponível em:

http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/18_15301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml.

MINTON, H. L. (1986). Femininity in men and masculinity in women: American psychiatry and psychology portray homosexuality in the 1930s, *Journal of Homosexuality*, nº 13, jan. 1986. (tradução livre)

MIRANDA, Luciano. *Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2005.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: 16º Congresso de Leitura do Brasil, 2007, Campinas. Anais Eletrônicos do 16º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2007. Disponível

em

http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em 07 jun. 2017.

MOTT, Luís. Homoafetividade e Direitos Humanos. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 14, n°2 mai- set/2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2006000200011&script=sci_arttext#tx11.

_____. HOMOFOBIA: UMA PRAGA CRISTÃ (Dossiê Gênero e violência na população LGBTTQIA no Brasil). *e-hum*, v. 9, n. 2, p. 66-73, 2017.

NAZILA, Fathi. Despite Denials, Gays Insist They Exist, if Quietly, in Iran. *New York Times*, 30 sep. 2007. Disponível em: http://www.nytimes.com/2007/09/30/world/middleeast/30gays.html?_r=1&hp&oref=slogin.

NEEDLEMAN, Jacob; PIAZZA, John. *The Essential Marcus Aurelius*. Penguin Publishing Group, 2008. (tradução livre)

NOVA, Rita da,. Metade da Comunidade LGBTTI portuguesa sente-se discriminada. *Jornal Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/05/17/sociedade/noticia/metade-da-comunidade-LGBTTI-portuguesa-sentese-discriminada-1594696>.

NUNES, César. SILVA, Edna. *A Educação Sexual da Criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade*. Campinas, SP. Autores Associados. 2006. (coleção polêmicas do nosso tempo).

ONU. *Países membros da ONU*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>.

ORLANDIS, José. *História breve do Cristianismo*. Tradução de Osvaldo Aguiar - Lisboa: Rei dos Livros, 1993.

PRADO, Marco Aurélio M; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hierarquização e Humilhação Social. In: *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

PEDRO, Mártir de Anglería (1530). *Décadas del Mundo Nuevo*. Quoted by Coello de la Rosa, Alexandre. "Good Indians", "Bad Indians", "What Christians?": The Dark Side of the New World in Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (1478- 1557), *Delaware Review of Latin American Studies*, Vol. 3, No. 2, 2002.

PENROSE, Walter. Hidden in History: Female Homoeroticism and Women of a "Third Nature" in the South Asian Past, *Journal of the History of Sexuality* n°1 oct 2001.

PEREIRA, Aldo. *Vida Intima - Enciclopédia do amor e do sexo*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

PORCHAT, Patrícia. A dança dos Gêneros. In: Revista Mente e Cérebro. Scientific American. Nº. 185. Ano XV. São Paulo: Duetto, 2008, p. 44 – 49.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, 1996, p.59-7.

PORTUGAL. *Decreto-Lei 47.344 de 25 de novembro de 1966* (versão actualizada).

Disponível em:

[<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.hp?ficha=1501&artigo_id=&nid=775&pagina=16 &tabela=leis&nversao=&so_miolo=>](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.hp?ficha=1501&artigo_id=&nid=775&pagina=16 &tabela=leis&nversao=&so_miolo=>).

_____. *Decreto-Lei 47.344 de 25 de ____*. *Decreto-Lei 47.344 de 25 de novembro de 1966*. Disponível em:

[<http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugal_codig_ocivil.pdf>](http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugal_codig_ocivil.pdf).

_____. *Lei 9 de 31 de maio de 2010*: Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo. Disponível em: [<http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=>](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=>).

PRIBERAM DICIONÁRIO. *Forninar*. Disponível em:

[<https://www.priberam.pt/DLPO/fornicar>](https://www.priberam.pt/DLPO/fornicar).

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, 155-67. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2002000100009. Acesso em 07 jun. 2017.

QUINTANEITO, Tania. *Um toque de clássicos – Marx/Durkheim/Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

REINISCH, June Machover. *Adolescence and puberty*. By John Bancroft. (tradução livre)

REPUBLIC OF ICELAND. *Constitution from June 24th of 1999*. Disponível em:

<http://www.government.is/constitution/>. (tradução livre)

_____. *Decreto-Lei 47.344 de 25 de novembro de 1966*. Disponível em:

http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugal_codig_ocivil.pdf.

_____. *Lei 9 de 31 de maio de 2010: Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo*. Disponível em:

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=>.

PEREIRA, Annelyse dos Santos Lira Soares et al. As crenças sobre a homossexualidade e o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho. *Temas em Psicologia*, v. 25, n. 2, p. 563-575, 2017.

PRIBERAM DICIONÁRIO. *Forninar*. Disponível em:

<https://www.priberam.pt/DLPO/fornicar>.

QUINTANEITO, Tania. *Um toque de clássicos – Marx/Durkheim/Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

REINISCH, June Machover. *Adolescence and puberty*. By John Bancroft. (tradução livre).

REPUBLIC OF ICELAND. *Constitution from June 24th of 1999*. Disponível em:

<http://www.government.is/constitution/>. (tradução livre).

REPUBLIC OF INDIA. *The Indian Penal Code of 6th of October of 1860*.

Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=20_1592. (tradução livre)

REPÚBLICA ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina*. Disponível

em: <http://www.constitution.org/cons/argentin.htm?PHPSESSID=095185bf7651b6839b7c935f65b5d89e>. (tradução livre).

ROCHA, João Manuel. Papa defende o acolhimento de gays, mas não seu casamento. *Jornal Público* 4 out. 2015. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2015/10/04/mundo/noticia/papa-reafirma-oposicao-ao-casamento-gay-1710037>.

ROSCOE, Will. *The Zuni Man-Woman*. Cidade do México: UNM Press, 1991.

ROYAL COLLEGE OF PSYCHIATRISTS. *Royal College of Psychiatrists response to comments on Nolan Show regarding homosexuality as a mental disorder*.

Disponível em: <http://www.rcpsych.ac.uk/rollofhonour/specialinterestgroups/gaylesbian/submissiontothecofe/psychiatryandlgbpeople.aspx>.

RUSSELL, Bertrand. *A History of Western Philosophy*. 2nd ed., Routledge, 2004. (tradução livre)

SANTOMÉ, J. T. *O curriculum oculto*. 3^a. Ed. Porto: Porto Editora, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos Santos. Sexualidades e gêneros: questões introdutória. in: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, 2008.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: Alteridade e Ética no movimento de expansão dos direitos universais. *Revista Mana*, Vol. 12, nº1, Rio de Janeiro, abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-3132006000100008.

SENADO FEDERAL. A adoção feita por homossexuais: batalhas e vitórias legais. *Revista Em Discussão*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/relatos-reais-sobre-adocao/-a-adocao-feita-por-homossexuais-batalhas-e-vitorias-legais.aspx>.

_____. *Projeto de lei do Senado 236 de 9 de julho de 2012: Reforma do Código Penal Brasileiro*. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias//materia/106404>.

SILVA, Silva Antônio. “O pecado chamado prazer: análise do paradigma sexual entre os adolescentes membros da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias a partir da ótica de Michel Foucault.” Anais dos Simpósios da ABHR 12, no. 1 .2014

SILVA, Glaucilene Ribeiro; CHAGAS, Renata Ramos; SILVA, Vivian. Representações sociais: convergências e dissensos no campo da Sociologia e no campo da Psicologia. *REVISTA HUM@NAE*, v. 11, n. 1, 2017.

SILVA, Thiago Rodrigo. *As Múltiplas Expressões da Diversidade Sexual e Políticas Públicas: Construção da homossociabilidade LGBTTTT no espaço social contemporâneo*. Monografia de conclusão de curso. Serviço Social. Ribeirão Preto: UNAERP, 2009.

SILVEIRA, Raquel S; NARDI, Henrique C. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 2014, 14-24. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/3719-11418-1-PB.pdf>. Acesso em 07 jun. 2017.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. *Transtornos da personalidade e do comportamento adulto*. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>.

SKINNER, B. F. The operational analysis of psychological terms. *Journal Psychological Review*, may/1952. Disponível em: <http://psycnet.apa.org/journals/rev/52/5/270/>. (tradução livre)

SOBRINHO, Wanderley Preite. Duas em cada dez empresas recusam-se a cotratar homossexuais no Brasil. *Revista Carta Capital*, 20 maio 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/duas-em-cada-dez-empresas-se-recusam-a-contratar-homossexuais-no-brasil-1703.html>.

SOUSA FILHO, Alípio. Educação sem Preconceito: A Família e a Homossexualidade. In: *Revista Eletrônica Boca da Noite*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2001. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20EM%20JORNAL%20E%20REVISTAS/ARTJORNAL_PDF/EDUCACAO%20SEM%20PRECONCEITO.pdf. Acesso em: 07 abr. 2018.

SOUZA, Luiz Antonio Francisco de,. *Sociologia da violência e do controle social*. Curitiba: IESDE Brasil, 2011.

SOUZA, M. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

STRAPASSON, Bruno Angelo. A caracterização de John B. Watson como behaviorista metodológico na literatura brasileira: possíveis fontes de controle. *Revista Estudos de Psicologia*, jan.-abr./2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n1/10.pdf>.

TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues. Três fórmulas para compreender “O Suicídio” de Durkheim. *Revista Comunicação, Saúde, Educação*. Vol. 6, n° 11, ago. 2002.

TERRY, J. *An American obsession: Science, medicine, and homosexuality in modern*

society. Chicago: University of Chicago Press, 1999. (tradução livre)

TESKE, Ottmar et alli. *Sociologia: Textos e Contextos*. Canoas: Editora ULBRA, 1999.

TIN, Louis George (org). *The Dictionary of Homophobia*. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2008.

UNITED STATES. *Supreme Court of California, Case S147999*. Disponível em: http://www.courts.ca.gov/documents/05Rymer_Opening_Brief_on_the_Merits.pdf.

VASSI, Marco. Beyond Bisexuality. *Journal of Bisexuality*, nº 5, 2005. (tradução livre).

VERA, P; FRANCISCO A; FRANCISCO I. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, Suppl.1, p. 54-64, 2008.

WATSON, John B. Psychology as the behaviorist views it. *Journal Psychological Review* . Disponível em: <http://doi.apa.org/getdoi.cfm?doi=10.1037/h0074428>. (tradução livre).

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n.2, Florianópolis, 2001.

GLOSSÁRIO⁴¹

Arco-íris (bandeira do) – criada como símbolo do orgulho gay e lésbico em São Francisco em 1978 por Gilbert Baker. Foi originalmente o símbolo da Marcha Gay da Liberdade de São Francisco de 1978, querendo-se com ela representar a diversidade das pessoas gays e lésbicas; depois disto o arco-íris e a bandeira do arco-íris foram adotados como símbolos de todo o movimento LGBTTI.

Bifobia – ódio, medo ou repulsa irracionais e injustificados por pessoas bissexuais.

Bissexual (Bi) – pessoa que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por pessoas quer do mesmo sexo quer por pessoas de sexo diferente.

Cisgênero - pessoa cuja identidade de gênero corresponde àquela que lhe foi atribuída à nascença.

Drag – diz respeito à adaptação de roupas e de papéis que tradicionalmente estão relacionados com um sexo diferente do seu. O objetivo é o jogo, o entretenimento ou o erotismo. Os homens que adotam elementos convencionais da mulher denominam-se Drag Queens e as mulheres que adotam elementos convencionais do homem denominam-se Drag Kings. Esta palavra não deve ser confundida com a palavra crossdresser.

DSTs – sigla para Doenças Sexualmente Transmissíveis.

E-JOVEM: escola jovem destinada ao público LGBTTI

Fanzine ou zine (aglutinação de fã e magazine) é uma publicação não profissional e não oficial, produzido por entusiastas de uma cultura particular fenômeno (como um gênero literário ou musical) para o prazer de outros que compartilham seu interesse.

Feminino/a – termo criado para descrever as características físicas, emocionais e sociais convencionalmente atribuídas e impostas às mulheres.

⁴¹ Este Glossário foi agraciado pela Rede Ex Aequo (Portugal), sendo uma rede de apoio, quebra de isolamento e ativismo para jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes entre os 16 e os 30 anos. É uma associação de âmbito nacional e está sediada no Centro LGBT (Rua dos Fanqueiros 38, 3ºesq 1100-231 Lisboa), espaço este cedido pela Associação ILGA Portugal. <https://www.rea.pt/glossario-lgbt/>

Gay – 1) diz-se de um homem que se sente atraído fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por um outro homem. 2) usado por vezes como sinónimo de homossexual. Em inglês o termo gay engloba quer o homem homossexual quer a mulher homossexual.

Gênero – 1) sistema de classificação que atribui qualidades de masculinidade e de feminilidade aos corpos do homem e da mulher. As características de gênero são muitas vezes arbitrárias e podem mudar quer ao longo do tempo quer de cultura para cultura. 2) Muitas vezes confunde-se o conceito de gênero com o conceito de sexo biológico. Separar os conceitos é bastante útil para compreender os diferentes comportamentos e também para a compreensão de fatores que dizem respeito ao desejo sexual e à expressão de gênero ou identidade.

Gênero (expressão de) – diz respeito aos maneirismos, forma de vestir, forma de apresentação, aspeto físico, gostos e atitudes de uma pessoa.

Gênero (identidade de) – identificação pessoal, subjetiva e autonomamente determinada que cada indivíduo tem relativamente ao seu gênero. Pode, ou não, estar de acordo com o gênero associado ao sexo que lhe foi atribuído à nascença

Heterofobia – consiste nas reações de medo e de ódio tidas por pessoas homossexuais em relação a pessoas heterossexuais.

Heterossexual – pessoa que se sente atraída física, emocional e psicologicamente por pessoas de sexo diferente do seu.

Heterossexismo – é o pressuposto social de que todos/as são heterossexuais e que a heterossexualidade é de alguma forma superior à homossexualidade. Heterossexismo é um termo mais abrangente que a homofobia, já que este último remete imediatamente para a noção de fobia. O heterossexismo está presente em frases como: “ela enlouquece qualquer homem” ou “ele é o marido de sonho para todas as mulheres”, frases que partem do pressuposto de que a heterossexualidade é a única orientação que existe ou que importa.

Homofobia – termo usado pela primeira vez pelo psicólogo George Weinberg num livro seu intitulado *A Sociedade e o Homossexual Saudável* (1972), em que se refere à homofobia como sendo medo irrealista ou irracional ou como uma aversão à homossexualidade e/ou a pessoas homossexuais. A homofobia é uma doença social que se tem vindo a prolongar

devido aos estereótipos negativos e aos conceitos errados associados geralmente à homossexualidade. A homofobia pode levar ao ódio, à discriminação e à violência contra homossexuais e bissexuais.

Homofobia internalizada – acontece quando alguém faz comentários homofóbicos em relação a si próprio/a ou à homossexualidade em geral. Tendo em conta que muitas pessoas na sociedade ainda veem a homossexualidade como algo pervertido, sujo e anormal, uma pessoa com homofobia internalizada vai interiorizar e dirigir essa homofobia para si própria acreditando que é alguém pervertido/a, sujo/a ou defeituoso/a. Isto leva a sentimentos complexos e pode ter um grande impacto na autoestima, podendo provocar depressões e ansiedade. Há pessoas que se autoinfligem ou chegam mesmo a tentar o suicídio como resultado da homofobia internalizada.

Homossexual – pessoa que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por uma pessoa do mesmo sexo.

Lésbica – mulher que se sente atraída fisicamente, emocionalmente e psicologicamente por uma outra mulher.

Masculino/a – termo criado para descrever as características físicas, emocionais e sociais convencionalmente atribuídas e impostas aos homens.

Movimento Gay (também conhecido por movimento GLBT ou LGBTTI) – é o esforço ao longo da história para obter compreensão e tratamento igual para gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. É usado frequentemente para designar as lutas contra a discriminação, pelos direitos legais e também as associações que levam a cabo essas lutas.

Orientação Sexual – atração física, sexual, emocional e/ou psicológica de um indivíduo a um sexo em particular. É definida pela Associação Psicológica Americana como um dos quatro componentes da sexualidade e distingue-se pela atração emocional, romântica, sexual ou atração afetiva por indivíduos de um determinado sexo.

Queer – termo que diz respeito à forma como algumas pessoas expressam a sexualidade ou a identidade de gênero. Por vezes é usado como sinónimo da comunidade LGBT. Note-se que por de trás deste termo está geralmente um elevado nível de ativismo político dentro da comunidade LGBTTI. Refira-se ainda que está associada a este termo uma teoria – Teoria

Queer – que se desenvolveu nos anos 80 nos Estados Unidos com a publicação do livro *Gender Trouble* de Judith Butler.

Sexual (identidade) – a autodefinição do comportamento sexual. Etiquetas como assexual, heterossexual, homossexual, gay, lésbica, bissexual, pansexual, queer, indeciso entre outros.

Sexo Biológico – sistema de classificação tendo como base características genéticas ou fenotípicas de um indivíduo. Os indivíduos podem ser classificados, geralmente, como sendo do sexo masculino ou feminino. Existem diversos fatores que contribuem para a classificação do sexo biológico de uma pessoa: cromossomas (XY, XX, ou outras combinações), genitais (estruturas reprodutivas externas), gónadas (presença de testículos ou ovários), hormonas (testosterona, estrogénios), entre outros.

Transfobia – ódio, medo ou repulsa irracionais e injustificados por pessoas trans.

Transgênero – termo abrangente que inclui qualquer pessoa que, por qualquer razão, não se identifica com o gênero associado ao sexo que lhe foi atribuído à nascença. Pode, ou não, fazer algum tipo de transição.

Transsexual – termo médico, que data de 1850, criado para referir as pessoas que desejam que o seu sexo biológico corresponda à sua identidade de gênero, mudando assim o seu corpo através de hormonas e/ou cirurgias. Refere-se a indivíduos que não se identificam com o gênero associado ao sexo que lhes foi atribuído à nascença. Frequentemente descrevem sentir disforia de gênero e fazem algum tipo de transição com o objetivo de aliviar essa disforia.

Travesti – pessoa que se veste com roupas do sexo oposto por prazer ou diversão. Um travesti não é necessariamente um homossexual. Em Portugal, o termo é usado para designar drag queens ou crossdressers, indiferentemente.